Diário de Lisboa

ANO 56.º/19 207 6$00

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

17 NOVEMBRO 1976

APESAR DAS "SONDAGENS" JUNTO DE PARTIDOS

MOTA FREITAS NÃO VOLTA À P.S.P. DO PORTO

É jurídica e moralmente impossível que o major Mota Freitas venha a reassumir o cargo de comandante da Polícia de Segurança Pública do Porto, a despeito das pressões que as forças mais reaccionárias, não só no Norte do País como noutros pontos, tentam exercer com vista à recuperação daquele oficial, há dias libertado de Caxias, onde se encontrava preso por presumível implicação na rede bombista. A derradeira pressão parece ter sido a «sondagem» de um oficial da P.S.P. junto da D.O.R.N. do P.C.P. inquirindo sobre a aceitabilidade de um regresso de Mota Freitas.

Para esclarecer definitivamente a situação do major e outros aspectos ligados às investigações, o superintendente da Polícia Judiciária Militar e conselheiro da Revolução, tenente-coronel Costa Neves, mandou difundir esta manhã o seguinte comunicado:

. «As libertações do major Mota Freitas e de Joaquim Ferreira Torres, ordenadas pelo juiz instrutor do processo, ao abrigo dos artigos 28.º, n.º 1 e 29.º, n.º 2, do Regulamento dos Serviços de Polícia Judiciária Militar, referidos aos artigos 273.º do Código do Processo Penal devem-se, nos termos de tal estipulado legal, à insubsistência dos indícios incriminatórios suficientes para a manutenção da sua prisão preventiva.

«2. Com efeito, se bem que não esteja definitivamente arredada a sua responsabilidade criminal nos factos que levaram à sua detenção, certo é que decorridos já cerca de três meses sobre esta não foram carreados ao processo, no entender do juiz-instrutor, elementos suficientes para as manterem sem embargo de as terem justificado.

«3. Só a continuação das investigações poderá mostrar a responsabilidade dos arguidos nos actos que lhes foram imputados. Mas a despeito da prova recolhida no estado actual das investigações não ser qualitativamente suficiente para justificar a continuação da prisão preventiva, a verdade é que, indícios não desprezíveis, impuseram por outro lado que o juiz de instrução determinasse a sujeição da liberdade dos arguidos em causa às obrigações previstas nos artigos 269 e 270, n.ºs 1 e 4 do Código Penal.»

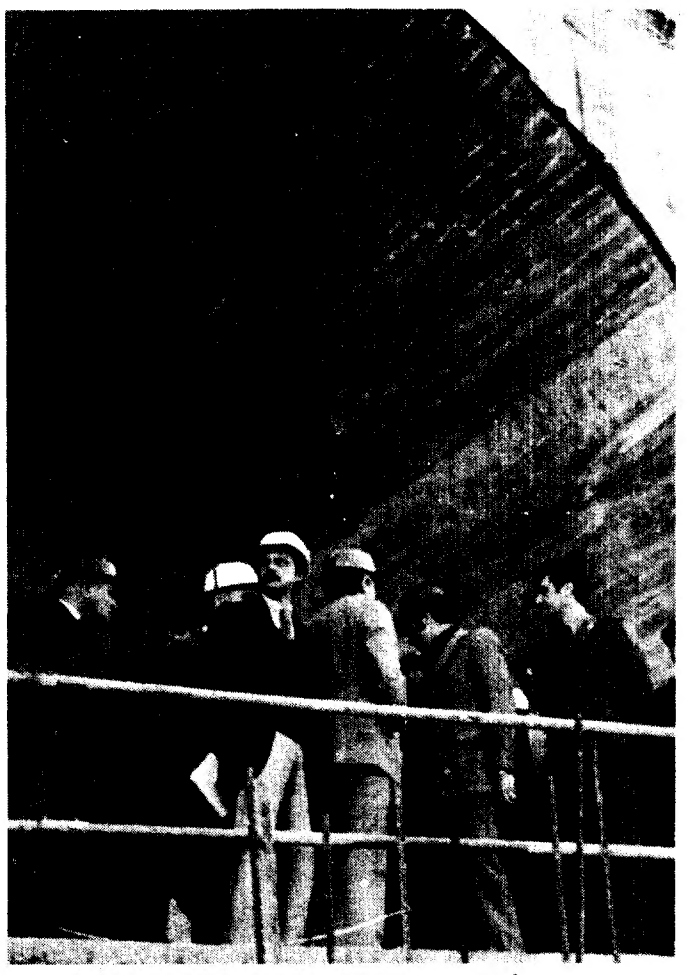
. Entretanto, e com o objectivo de «fazer o ponto» sobre as investigações reuniram-se ontem no Restelo todas as equipas da Polícia Judiciária Militar ligadas ao desmantelamento da rede terrorista. Nesta reunião estiveram presentes o tenente-coronel Costa Neves, o director da P.J.M., coronel Ramos e o juiz de instrução dr. Dario Rainho.

Foram debatidos todos os problemas e analisadas as medidas a tomar e solicitada a colaborar entre as diversas polícias para que as investigações avancem, ao mesmo tempo que se discutiram as razões por que as operações de desmantelamento da rede terrorista não têm decorrido tão rapidamente como seria desejo dos responsáveis.

11 DE MARÇO

Conforme o «D. L.» já tinha anunciado anteontem, o superintendente da Polícia Judiciária Militar, tenente-coronel Costa Neves vai recorrer para o Supremo Tribunal Militar do despacho dum dos juizes instrutores do processo de 11 de Março, que ordenara o arquivamento do material existente em relação ao envolvimento da G. N. R. e das tropas pára-quedistas na rebelião. Num comunicado do Conselho da Revolução ontem tornado público e assinado por Costa Neves, dá-se conta daquele recurso, ao mesmo tempo que se anuncia que o processo respeitante

Continua na pág. 20



O Presidente da República, protegido com um capacete, quando visitava ontem as obras da barragem da Aguieira, que vai ajudar a regularizar o curso inferior do Mondego

Eanes dialogou com trabalhadores no Vale do Mondego

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, esteve ontem na região do Mondego — em Coimbra, na Aguieira e nos campos à volta de Montemor-o-Velho que as secas do Verão e as enchentes do rio no Inverno castigam para prejuízo enorme das culturas locais e agravamento tanto da economia nacional como das condições de vida de milhares de pessoas que ali vivem dependendo das contingências do tempo e sobretudo da falta de assistência técnica. A visita ficou assinalada pelo interesse muito vivo que Eanes revelou pelos problemas locais, pelas espontâneas trocas que teve com os homens, e sobretudo pela franqueza e pelo à-vontade com que os homens receberam o PR e o inteiraram da sua situação. Entretanto, assegura-se que Eanes vai repetir estas visitas noutros locais onde o drama caracteriza as relações do homem com o meio que tem de transformar. A visita de ontem — sem formalidades, de rotina, de trabalho — foi o primeiro precedente.

(Pág. 4)

20 PÁGINAS

"Dilowla" vice de Angola?

Carlos Rocha («Dilowla») poderá ser um dos vice-primeiros-ministros do novo Governo de Angola, cuja constituição deve ser anunciada em breve. Agostinho Neto acumularia a Presidência com a chefia do Governo, mantendo-se Lopo do Nascimento como primeiro-ministro e subindo Nito Alves a outro lugar de «vice».

(Pág. 20)

ELEIÇÕES BRASILEIRAS

Vaga de fundo M.D.B. nas grandes cidades

. RIO DE JANEIRO, 17 (ANOP, FP, R e «D L») Conforme estava previsto, o M. D. B., único partido da oposição consentido no Brasil, derrotou espectacularmente a ARENA, partido governamental, nas grandes cidades, de acordo com os resultados das eleições municipais já conhecidos desde a noite da passada segunda-feira.

Enquanto o partido do Governo vence no interior do país e em zonas afastadas, onde no período pré-eleitoral a oposição não teve possibilidades da resposta ao «bombardeamento» propagandístico oficial, nas principais cidades do país, e nos centros mais politizados, o M. D. B. alcança vantagens esmagadoras, nomeadamente no Rio de Janeiro (65 por cento) e em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul (68 por cento).

Nesta última cidade, onde o escrutínio está mais adiantado, o M. D. B. elegeu 14 conselheiros para a Câmara Municipal, enquanto a ARENA ficou pelos 7. No Rio de Janeiro, os votos conseguidos pela oposição duplicaram os atribuídos ao partido governamental. Em São Paulo, até às 0 horas tmG, acontecia o mesmo e, no interior do Estado, o M. D. B. e a ARENA venciam em seis cidades cada um. Ontem à noite a situação era renhida em Recife, no nordeste do Brasil, com os dois partidos quase empatados.

Entretanto, enquanto prosseguem os trabalhos de escrutínio, que somente deverão terminar no fim desta semana em razão da contagem ser manual (apenas em Porto Alegre foi utilizado um sistema electrónico), registam-se nas grandes cidades vantagens do M. D. B. sobre a Arena que oscilam entre os 25 e os 30 por cento, com excepção do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, onde o avanço ainda é maior. Estão em jogo 35 mil cargos de perfeito e de conselheiros municipais em aproximadamente 3500 cidades. A ARENA concorre em todas e o M. D. B. apenas em 2500. No entanto, o partido oposicionista poderá considerar-se vitorioso se conseguir duplicar o número de municípios sob o seu controlo, que é actualmente de 442.

Discurso de Mussolini num liceu do Porto

. PORTO, 17 — O Conselho Directivo do Liceu Garcia da Orta mandou abrir inquérito aos acontecimentos ali verificados na passada semana durante os quais um discurso do ditador fascista italiano Mussolini foi difundido através da instalação sonora daquele estabelecimento de ensino. O Conselho Directivo mandou também abrir inquérito sumário aos alunos — que entretanto foram suspensos por oito dias — implicados na difusão e elaboração de um panfleto de conteúdo nazi que foi policopiado nos serviços do próprio Liceu. Afirma a Comissão de Gestão do Garcia da Orta que para além do discurso de Mussolini e do panfleto nazi, houve «intromissão de elementos estranhos ao Liceu que agrediram alunos». As confrontações têm-se sucedido.

Entretanto a Juventude Socialista efectuou ontem à tarde uma conferência de Imprensa para «marcar posição sobre os recentes acontecimentos nos liceus do Porto». Também a Juventude Centrista (C. D. S.), acusada publicamente de ser responsável nos acontecimentos do Liceu António Nobre deu ontem uma conferência de Imprensa. Segundo a J. C., o Conselho Directivo mereceu pesadas críticas em todo o processo — hino da Mocidade Portuguesa, agressões, apelo às «Juventudes Hitlerianas». E a J. C. disse: «Cremos que, fundamentalmente, se procura através de uma prática golpista pôr em causa a política do M. E. I. C. e desprestigiar o ministro Sottomayo. Cardia.»

Nacional

Política de A a Z

A ALMA DO NEGÓCIO

Da aurora das civilizações comerciais nas quais predomina o tráfico e a traficância, a memória colectiva fixou a sentença: «o segredo é a alma do negócio». E desde o Abril histórico, o de 1974, que nas lusitanas partes da Ibéria, entre mar e serra, o «segredo» tem sido acalentado como regra e como perversão da vida pública. Só uma infeliz, errada, contraproducente política de «segredo», de camaradagem injustificada, de injustificado companheirismo, de abuso da credulidade pública, terá permitido que se nos depare um «caso» como este do «encontro» com Holden Roberto. São problemas como este que desfiguram a face do **ex-M. F. A.** perante o povo e o País. Torna-se necessário, imperativo, dizê-lo claramente.

E os responsáveis militares e civis, os do Estado e os das Forças Armadas, nao poderao deixar de tornar públicos os resultados do inquérito ao conselheiro da Revolução, sr. major Canto e Castro. A fórmula na ocasião adoptada — não negar, nem confirmar o inquérito — prolonga a «política de segredo» que perante um escândalo público de dimensão internacional, de graves repercussões, é inútil, imoral, ridícula.

A política exige coragem e verdade. E a verdade obriga-nos a dizer que o «encontro de Bruxelas» representa uma tentativa para adiar, ou impedir, a normalização das relações entre Portugal e a República Popular de Angola. As missões a que estão ligados os nomes de António Macedo, Manuel Tito de Morais, Henrique de Barros, as diligências e as aberturas em que forças progressistas e amigos de Angola se têm empenhado, são sabotadas, conscientemente, nas nossas costas, nas costas do Povo português e, também, do povo de Angola.

Porque, qualquer que tenha sido o conteúdo e o alcance da(s) conversa(s) com Holden Roberto, um conselheiro da Revolução, à revelia do Conselho da Revolução, do Presidente da República, do chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, do Governo permitiu-se, no melhor dos casos, ser a origem de uma vasta especulação, e de suposições perfeitamente legitimadas pelo seu acto, que põem em risco a normalização das relações entre Portugal e Angola.

Como no «caso das bombas», como perante o escândalo nacional do «terrorismo em liberdade», o Governo e o Presidente da República devem uma explicação ao País. Para o tráfico, e para a traficância, o segredo pode ser «a alma do negócio», mas a verdade deverá ser, limpidamente, honestamente, a alma da política.

ACTIVIDADES À MARGEM DO GOVERNO

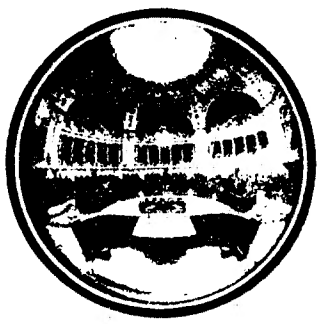
As breves e cautelosas declarações do ministro dos Negócios Estrangeiros, quando lidas nas entrelinhas, são preocupantes. Aludindo aos esforços em que o Governo se empenha para normalizar, sem mais demoras, as relações com a República Popular de Angola, à entrada para São Bento, disse: «O Governo Português... não tem que se pronunciar sobre actividades fora do seu âmbito.» E acrescentou: «A política externa tem que ter uma unidade de representação exterior, que não se compadece com a multiplicidade de órgãos de soberania a fazer política exterior. A minha posição é de que somente o Ministério dos Negócios Estrangeiros pode e deve fazer política externa.» Certo. Mas não esquecendo o papel que cabe ao Presidente da República, a função e soberania da Assembleia da República, o carácter nacional da política externa. São de repudiar — tem Medeiros Ferreira razão — as duplicações da actividade diplomática, mas há que dar à política externa um carácter inequivocamente nacional, não cedendo, em nenhum caso, em nenhuma situação, em nenhuma área geográfica, a tentações ou solicitações partidárias, sejam essas solicitações nacionais ou internacionais.

ACTIVIDADES À MARGEM DA REVOLUÇÃO

Da acção promotora, ou complacente, do conselheiro da Revolução Canto e Castro nos processos de reintegração de servidores do «Estado Novo» deveria ser mandado elaborar um balanço completo. Os resultados desse balanço deveriam ser tornados públicos para que os democratas e o País tivessem conhecimento de uma pertinaz actividade de reposição e de recondução que é contrária aos superiores interesses da institucionalização da vida democrática e que insulta a memória e a presença dos que sofreram a opressão fascista. Talvez desta matéria se devesse ocupar o Conselho da Revolução. Escrevemos: talvez. Damos ao Conselho da Revolução o crédito de ter andado distraído das actividades do conselheiro da Revolução major Canto e Castro. Mas em relação à Assembleia da República não temos dúvidas: cabe-lhe fazer esse inquérito e tornar público esse balanço. Trata-se de uma urgência de serviço nacional; trata-se da defesa da Democracia; trata-se da coerência de uma Revolução.

ACTIVIDADES À MARGEM DA LEI

Alarmados, justamente alarmados, telefonaram-nos democratas do Porto a informar que teriam sido feitas diligências para auscultar partidos políticos sobre um eventual regresso às funções que exercia, à data de ser detido, o major Mota Freitas. Sendo ministro da Administração Interna um homem inteligente, sério e responsável, como o tenente-coronel Costa Brás, nao consideramos possível que o fortemente suspeito de bombista, ou de inspirador de bombistas, ou de protector de bombistas, seja colocado em funções de defesa da «ordem pública». Não é possível. A pessoa que fez as sondagens exagerou. O Governo não pode rodear-se, para defender a «ordem constitucional» e institucionalizar a Democracia, dos que protegeram, ou inspiraram actividades à margem da lei.



ASSEMBLEIA DA REPUBLICA

Deputados do P.S. divergem sobre a Reforma Agrária

Para além das manifestações de repúdio, sobretudo do P. C. P., do P. S. e da U. D. P., pelo atentado à bomba perpetrado contra Lopes Cardoso, a sessão de ontem da Assembleia da República deu, na ordem do dia, e a propósito da discussão da proposta do C. D. S. sobre a suspensão da Lei da Reforma Agrária, preocupantes indicações acerca de futuras posições da bancada socialista acerca desta questão.

Com efeito, não causa espanto que um deputado do P. S. (Braz Pinto) pergunte para o sector C. D. S.: «não foram os trabalhadores que iniciaram a alteração das estruturas fundiárias? Porque é que a C. A. P. tem medo de atacar a lei das expropriações em pleno Alentejo e se faz proteger por imenso aparato bélico? Porque é que o C. D. S., e até o próprio P. S. D., têm tão pouca implantação na chamada zona de intervenção da Reforma Agrária?» Ou que, o mesmo deputado, afirme, em tom peremptório, recordando as eleições para a Constituinte e para a Assembleia da República: «foram duas votações srs. deputados em que a maioria esmagadora de votos, na zona de intervenção da R. A., foram para os partidos que defendiam abertamente as expropriações».

No entanto, ouvir de outro deputado do P. S. (Jaime Gama), membro da Comissão Nacional e do Secretariado do partido, dizer na mesma sala, perante a evidente satisfação dos homens do C. D. S. (Rui Pena elogiou a intervenção) e do P. S. D., que «nenhum ministro socialista subscreveu» as leis das expropriações, ou que «o Alentejo é hoje um país diferente uma espécie de Bulgária de Portugal onde o Estado democrático tem dificuldade em ver funcionar as próprias instituições», ou insinuar uma «ausência de liberdades no Alentejo», causa, certamente alguma estranheza.

Estranhas foram ainda, as afirmações seguintes de Jaime Gama, ao louvar a iniciativa do C. D. S. de apresentar dentro de 90 dias um projecto de «definição das bases da Reforma Agrária» e adiantar que «o Partido Socialista dará, de forma inteiramente positiva, o seu contributo ao debate, que nos aparece como a ocasião exacta para se diferenciarem com clareza as várias reformas agrárias de que são portadores os partidos políticos presentes neste hemiciclo».

Uma tal divergência de opiniões, entre deputados da mesma bancada, sugere e tal facto seria grave para a defesa da Revolução portuguesa a hipótese de, a curto prazo, se estabelecer uma ruptura entre os socialistas.

Um outro deputado do P. S., Carlos Laje, conseguiria, por sua vez, irritar profundamente os homens do C. D. S., ao denunciar os ataques dos «centristas» às conquistas da Revolução, nomeadamente à Reforma Agrária, e ao acentuar que «a folha que o C. D. S. mete sub-repticiamente nas caixas do correio dos cidadãos portugueses, podia ser perfeitamente subscrita pelo antigo secretariado da Informação ou por qualquer agente da P. I. D. E. /D. G. S.». Outra nota significativa da intervenção de Carlos Laje assentou na afirmação (apesar dos ataques que fez à posição de crítica do P. C. P. face ao Governo P. S.) de que o Partido Socialista «está lúcido e aberto ao exame da correlação de forças da sociedade portuguesa».

NÃO CALARÃO A VOZ DO POVO...

Intervindo ainda no debate sobre a Reforma Agrária disse o deputado comunista, Vital Moreira: «o que está expropriado, expropriado está; a terra nacionalizada não voltará à posse dos latifundiários. O que falta expropriar, há-de sê-lo: a democracia portuguesa não é compatível com a existência de grandes agrários ou com a recuperação dos seus poderes. A classe operária e os trabalhadores não o permitirão. Tão-pouco o permitirão os deputados que aqui representam os seus interesses».

Relativamente às declarações de partidos acerca da bomba na residência de Lopes Cardoso, registe-se a denúncia de Carlos Brito (P. C. P.), das «campanhas de imprensa levadas a cabo pelo 'Tempo', 'Dia' e 'Vida Mundial', e da iniciativa do C. D. S. contra a Reforma Agrária», e as palavras de José Luís Nunes (P. S.): «tão grave ou mais grave que os atentados contra as instituições democráticas é a *impunidade* dos bombistas e dos criminosos».

Lopes Cardoso diria, nomeadamente, ao agradecer a solidariedade dos restantes deputados: «os bombistas poderão um dia calar a minha voz, mas não calarão a da maioria desta Assembleia, nem calarão a voz do Povo português.»

Ainda no decorrer desta sessão foi anunciada pelo presidente da mesa a proposta de Lei do Plano e Orçamento para 1977, do Conselho de Ministros, que baixou à Comissão de Economia e Finanças para análise. Esta Comissão tem um prazo de 15 dias para apresentar o seu parecer ao plenário da Assembleia.

E. A.

SOARES NO ENCONTRO DO ESTORIL

"Gostava de ser jornalista"

«Nos tempos do fascismo, quando lá fora me perguntavam o que gostaria de fazer um dia que pudesse regressar ao meu país, respondia imediatamente: jornalismo.»

Foi assim que Mário Soares abriu, ontem, perante os participantes no encontro de Imprensa promovido pelo Conselho da Europa e Ministério dos Negócios Estrangeiros, as palavras de saudação e despedida aos 30 profissionais de Informação que, não apenas do nosso país mas de outras bandeiras (França, Bélgica, Dinamarca, Alemanha Federal, Itália, olanda, Suécia, Suíça, Grécia e Turquia) estiveram durante dois dias reunidos num hotel do Estoril, para debater problemas de classe.

Mário Soares e Medeiros Ferreira, em representação do Governo português, tiveram ensejo de através de troca de impressões com os presentes, saber quanto desgosta (por cá) a não existência de «Código Deontológico», de um «Estatuto da Imprensa Estatizada», de linhas de acção que confiram exclusivamente aos jornalistas (e, não como sucede, a elementos das Forças Armadas) o controlo de noticiários emitidos pela RTP e RDP. Por outro lado, o contacto com jornalistas estrangeiros permitiu aferir a preponderância que o Conselho da Europa (19 membros) está a devotar naquilo que chama *a luta contra a inflação de noticiario provindo de dois blocos fundamentais (EUA e URSS) para o bombardeiro ao velho Continente.*

Aliás, nos dois dias em que os debates se estenderam, houve ocasião para uma análise, profunda e exacta, de diversos tipos de jornalismo, ficando no ar (em relação ao caso português) o rumo a que são impelidos os grandes órgãos de comunicação social: a encruzilhada entre o apoio estatal (apenas admitido como subsídio periódico e nunca como tutela ou paternalismo), a criação de cooperativas exclusivamente de trabalhadores na Imprensa ou, como alguém (do Porto) chegou a preconizar, a reprivatização de alguns jornais.

A confusa situação na RTP e na RDP foram dissecadas, esperando-se (agora) que alguém se debruce sobre críticas que não podem ter ficado no ar, pena sendo que Manuel Alegre (secretário de Estado da Comunicação Social), não tivesse podido assistir a qualquer das sessões de trabalho, de molde a poder julgar (com elementos válidos e palpitantes) situações até aqui aferidas em termos muitas vezes idealistas ou ideológicos.

Em ÁGUEDA, o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na Agência Conde — Rua Luís de Camões

Conselho de Ministros vai dispersar reuniões pelo País

Ontem reunido no Palácio de S. Bento, o Conselho de Ministros decidiu reunir «ocasionalmente» e «com a periodicidade possível e aconselhável», em várias das capitais dos distritos do País. Primeira reunião assim, é já amanhã no Porto, onde o Governo deverá ocupar-se de problemas especialmente ligados à zona norte de Portugal continental. Não estão, para já, previstas outras reuniões noutros locais. Mas a decisão de as levar a efeito dentro dos condicionalismos atrás citados foi tomada, e teve em conta, diz o comunicado emitido no final, que o Governo «não é o Governo de Lisboa, mas de todo o País» e deseja «reforçar a sua atenção aos problemas específicos das grandes regiões nacionais e ser directamente sensibilizado por esses mesmos problemas». Estas reuniões — o comunicado não o diz, mas pode-se calcular — terão a participação dos responsáveis pela administração regional e local.

O plenário governamental debruçou-se ainda sobre um problema emergente na actual situação: a greve dos TLP. O Governo pronuncia-se severamente contra, dizendo que a greve (ou a tentativa de greve: os serviços de comunicações telefónicas de ontem — o próprio comunicado final o assinala — não sofreram perturbações significativas) é «ilegal, injusta e anticonstitucional». O CM declara que não revogará o decreto que a decisão de greve tem por objectivo contestar.

A maior parte das restantes resoluções situam-se no âmbito económico-financeiro e dizem respeito especialmente a empréstimos do estrangeiro a Portugal, a avales do Estado a determinadas empresas e a impostos.

NOTA OFICIOSA

Processo contra "O Milhafre"

A S.E.C.S. emitiu a seguinte nota oficiosa:

«Em flagrante contravenção à Lei de Imprensa foi editada em 6 de Novembro, na Região Autónoma dos Açores, distrito de Ponta Delgada, a publicação intitulada «O Milhafre».

Violando gravemente a Constituição e o Estatuto da Região Autónoma dos Açores, atentando contra a unidade e a integridade da soberania do Estado Português, através de apelos à rebelião, difamando e insultando os órgãos de soberania, perfilhando ideias antidemocráticas e separatistas, a referida publicação constitui, muito mais que um atentado à Constituição uma provocação inqualificável a todos os portugueses e uma flagrante traição à Pátria.

A Secretaria de Estado da Comunicação Social irá de imediato instaurar o respectivo processo junto das autoridades judiciais competentes.»

post-scriptum

A Universidade dos filhos dos papás

No «D L» de 12 do corrente foi publicada uma pequena notícia sobre as eleições para a Comissão de Reestruturação da Faculdade de Direito de Lisboa. Já não tínhamos grandes ilusões sobre o estado a que chegou o movimento estudantil, mas de qualquer modo, lembrados do que foram as grandes jornadas de luta dos estudantes portugueses contra o obscurantismo e a prepotência fascistas, dói-nos sempre confirmar o nosso pessimismo. Os futuros doutores, num período intenso da luta de classes, fazem a sua opção e começam muito cedo a acautelar os seus privilégios...

A notícia a que nos reportamos referia que a lista B, proposta pela Associação dos Estudantes, afecta á Juventude Socialista, e apoiada pelos jovens sociais-democratas e pela lista A, de tendência CDS, que desistiu em favor da B, ganhara as eleições. Estes resultados vão permitir que reentrem na Faculdade de Direito, personalidades como Isabel Colaço, que propôs há tempos o regresso de Marcelo Caetano, ou como Pitta e Cunha, Castro Mendes, etc., todos devotos do «antigamente».

Foi para isto que os capitães de Abril arriscaram e arriscam a vida? Que os camponeses, a classe operária, os empregados, enfim, todo o povo trabalhador, lutaram e lutam?

É possível que a maioria dos alunos da Faculdade de Direito não estejam esclarecidos ou não tivessem a possibilidade de votar. Se assim foi, vão «esclarecer-se» agora, sofrendo a «reestruturação» daqueles que irão rir com gosto e anular o 25 de Abril.

E. Lopes
LISBOA

O ministro dos Transportes e o «corredor» de Benfica

O lisboeta teve conhecimento pelos jornais que o sr. ministro dos Transportes esteve, no local, a estudar o andamento dos trabalhos nos «corredores» do Lumiar e de Benfica. No caso deste último, que conhecemos melhor, é de lamentar que S. Exa. não tenha lá passado (a passo) no seu Mercedes nas horas de ponta, das 8.00 às 9.30 ou das 19.30. O trânsito da Estrada de Benfica e da Rua Conde de Almoster vai todo afunilar-se numa rua estreita e com trânsito em dois sentidos, cujo piso justifica já a sua designação: Rua das Furnas.

Não só os pisos das ruas secundárias de Lisboa não foram calculados para tais cargas, como o tradicional oportunismo de «empreendedores» e técnicos «fiscalizadores» fez com que se construísse «gato por lebre» (oxalá o Brasil não nos devolva tais «cérebros»...). Estamos habituados aos «benefícios» dessas visitas dos srs. ministros. Desde as visitas-surpresa aos bancos dos hospitais pelo ministro da Saúde de Salazar, dr. Martins de Carvalho, e agora repetidas.

Um militar nosso conhecido, e exagerado, costuma dizer que os assuntos de política seriam melhor resolvidos por sargentos, daqueles à antiga, que nos deram a recruta quando por lá passámos.

Não vamos tão longe. Neste caso, qualquer recruta da Polícia de Trânsito, talvez sugerisse que é preciso desviar o trânsito de carros ligeiros particulares para outras vias, reservando as ruas que vão ter ao «funil» para os transportes colectivos (exemplo: para Monsanto e para a Estrada da Luz). Método que a utilizar-se no futuro, dispensaria os incómodos e as perdas de tempo dos senhores ministros com estas ninharias (até porque uma visita de ministro, com carro e «chauffer», custa bastante dinheiro...).

J.B.
LISBOA

O Santo Capital contra o Diabo Socialismo

É lamentável o que ouvi no dia 14/11/76 pelas 11 horas da noite na Rádio Renascença. O douto locutor a torto e a direito, bombardeava os radiouvintes com o «diabo» do «marxismo», metendo os pés pelas mãos, sem um mínimo de conhecimentos sobre a matéria. Que exalte pois a religião católica, está certo, é a sua profissão! Mas que diga publicamente através da Rádio, tamanhas heresias, isso é que não! Afinal como é? Temos locutores transformados em políticos? Que eu saiba a sua missão não é essa! No entanto, devo dizer-lhe que basta ter-se um mínimo de conhecimentos gerais sobre o padrão-estrutura adoptado em todo o mundo civilizado para compreendermos o que é o marxismo, por isso aconselho-o a documentar-se activamente. Não se pode compreender que através da religião se ataque abertamente e descaradamente o marxismo como sistema, em comparações de individualismo e de colectivismo, mesmo em matéria de «produção», como aliás o fez, pois que à partida está logo derrotada a sua tese, e, além disso, prestou muito mau serviço à causa que defende.

O tal fadado individualismo-imaginativo está gasto e moribundo, caro locutor. Desde que o capital falte, a imaginação vai-se..., ao passo que o colectivismo, mesmo com pouca imaginação, vai construindo uma estrutura que é o futuro duma sociedade em colectivização crescente, onde cabem os muito imaginativos e os pouco imaginativos, pois todos são humanos, e em conjunto deixa de haver senhores e escravos a caminho dos reinos do céu, para se evitar aquela parábola do profeta que diz «é mais fácil um camelo entrar no fundo de uma agulha do que um rico entrar no reino dos céus». Já agora acrescento este provérbio para terminar: *ad porcam rabiam torcam.*

Um ex-candidato ao sacerdocio
LOURES

A GESTÃO NO ENSINO SUPERIOR

3. "QUE CAMINHOS PARA A GESTÃO DAS FACULDADES?"

ANTÓNIO MANUEL HESPANHA

Quem tiver lido o meu anterior artigo pode ter sido levado a pensar que nele se fazia uma defesa sem limites do que se passou nas escolas superiores durante os dois anos de gestão democrática. É este um risco natural de quem polemiza (e, apesar de tudo, estes artigos não deixam de se inserir numa grande polémica) o de realçar excessivamente os aspectos deixados na sombra pelo adversário.

No entanto, estou longe de pensar que se possa defender, sem limites, a experiência universitária recente. E isto por várias razões.

Conhecer a realidade mais imediata é a de que não há informação objectiva, completa e sistematizada sobre o que se passou nas escolas. Toda a gente julga conhecer os aspectos epidérmicos dos casos mais gritantes, mas todos concordarão em que pouco sabem dos «processos de fundo», desses que efectivamente contam numa perspectiva de longa duração. Por exemplo, qual foi a participação efectiva de cada corpo na gestão das faculdade, expressa na percentagem de votantes, na participação nas decisões dos conselhos? Quais foram os centros de poder dentro das escolas? Com que frequência reuniram, por exemplo, as AGEs, e que efeitos concretos tiveram as suas decisões na política da escola? Que modificações efectivas (i.é., para além dos nomes das cadeiras) se deram ao conteúdo dos cursos? Quais foram as percentagens de sucesso escolar?

Como não reconheço qualquer valor científico ao que se tem dito, sem qualquer preocupação de objectividade e de rigor (o que é estranho, sobretudo da parte de cientistas...) em desabono da nossa realidade escolar, não ia cair na patetice de, em sentido inverso, fazer o mesmo.

O sentido dos dois últimos artigos não é, portanto, o de afirmar que tudo esteve certo, mas o de, por um lado, denunciar o carácter ideológico dos argumentos dos que falam, sem mais, em degradação do ensino, e, por outro o de recusar a solução que eles propõem para a crise, solução que, normalmente, passa pelo congelamento da gestão democrática.

A REGRA DE OURO

O princípio fundamental que deve presidir ao encontro de uma solução justa para o problema do governo das escolas e o de que qualquer sistema de gestão tem que partir das realidades actuais da escola portuguesa e não de esquemas abstractos ou importados, por muito perfeitos e racionais que, em princípio, sejam. Só existe um canone para a racionalidade e essa é a realidade.

Por muito difícil que seja traçar um quadro rigoroso (i.e., não distorcido por refracções ideológicas) da situação actual do ensino superior, há certos traços fundamentais que para a resolução do problema da gestão devem ser destacados. São os seguintes:

1) As responsabilidades pelo funcionamento das escolas têm sido repartidas por todas as categorias de docentes. Mas têm sido sobretudo os docentes mais jovens (professores auxiliares e assistentes) que têm sustentado a vida pedagógica das escolas. Os professores titulares (professores extraordinários e catedráticos) ainda que somados aos restantes professores doutorados, não representam senão cinco a 10 por cento dos efectivos docentes. E não se pode sequer dizer que a estes 10 por cento caiba uma percentagem maior do trabalho escolar; pelo contrário, pois muitos deles se refugiaram ou em universidades quase sem alunos (v.g., U.N.L.), ou nos últimos anos dos cursos.

Esta situação não poderá alterar-se a curto prazo, pelo menos nos quadros da actual

Não é realista pensar uma Universidade onde a participação dos estudantes não seja fundamental

legislação sobre carreiras académicas e docentes. Isto quer dizer que não se pode prever que nos anos (décadas) mais próximos, os professores doutorados possam vir a arcar sozinhos com a parte mais significativa das tarefas escolares.

2) Tem sido um corpo docente com estas características que tem levado a cabo as profundas alterações dos conteúdos dos cursos superiores que, no domínio das ciências humanas, terão equivalido à substituição de mais de 80 por cento das matérias. Se estas alterações nem sempre se traduziram num reforço da qualidade científica dos cursos, elas representam, contudo, uma grande abertura à inovação e capacidade e dinamismo para a levar a cabo.

3) A participação dos estudantes nas actividades pedagógicas é hoje um facto irrecusável. Independentemente de um juízo de valor sobre o resultado de algumas dessas iniciativas, o que é certo é que muitas das reformas introduzidas, quer a nível dos conteúdos, quer a nível de métodos de ensino, (só) se fizeram pela pressão dos estudantes em matérias pedagógicas; isto pode explicar-se por oportunismo mas, a meu ver sobretudo, pela marginalização em relação ao trabalho produtivo a que os estudantes estão sujeitos, num período extremamente importante da sua formação político-social. Mas isto passou-se e passa-se também com os professores que, chegada a altura, caem nos mesmos vícios ou nos vícios opostos dos estudantes. A história mais ou menos recente dá-nos fartos exemplos destes.

4) As escolas superiores são cada vez mais interdependentes e manifesta-se uma crescente tendência para lhes ser exigido o cumprimento das tarefas sociais concretas, quer no domínio da formação profissional, quer no domínio da prestação de serviços à comunidade. A distribuição dos novos estudantes pelas escolas de Economia de Lisboa em 1974/75 e 1975/76, a repartição do orçamento entre as mesmas escolas feita pelo CIFE, a realização da experiência pedagógica do «tronco comum» de Biomédicas e a coordenação pedagógica das Faculdades de Medicina de todo o País, a elaboração de esquemas de colaboração interuniversitárias de docentes (ISE-ESESE-Fac. de Economia-IS-ISE, etc) são exemplos do primeiro facto. Os cursos de «controlo de gestão» programados em 1975 pelo MEIC, MT e Intersindical, a colaboração do ESESE com as unidades colectivas de produção e da Faculdade de Economia de Coimbra com cooperativas regionais, bem como as iniciativas da Faculdade de Letras de Lisboa no domínio da formação de professores são exemplos do segundo tipo. Também, deste ponto de vista, fica suficientemente claro que as escolas não podem funcionar como «ilhas» em relação à sociedade.

5) As estruturas administrativas da escola são muito débeis, sobretudo por não se ter dado continuidade a uma reforma dos seus quadros de pessoal em estudo em 1975. Também as estruturas da Direcção-Geral do Ensíno Superior não estão em condições de suportar tarefas extremamente pesadas de coordenação ou de controlo.

É destas realidades que tem que partir um modelo de gestão realista e, portanto, viável. Qualquer outro, que as não tenha em conta agravará a situação das escolas e criará nelas novas tensões.

Não é realista, por exemplo, um decreto que institua nas escolas a hegemonia artificial nos órgãos de gestão de corpos que, no trabalho quotidiano da escola actualmente e no futuro mais próximo têm um peso reduzidíssimo. Esta é a solução do recente decreto de gestão e já há exemplos das novas tensões que ele irá gerar, como por exemplo, a proveninte da divisão do corpo docente em professores e assistentes, divisão que — nas condições concretas da nossa escola — não têm sentido como se refere no anterior ponto 1).

Não é também realista — e será inviável — desconhecer, ao nível de gestão pedagógica relevante — planos destes do programa e, até, investigação científica ligada necessariamente à docência — a intervenção que os estudantes têm tido e deverão continuar a ter neste domínio e que ficou referida no ponto 2).

Não se adequa, em contrapartida, às realidades da experiência a tentativa — infelizmente tão frequentemente defendida, ao longo destes dois anos por círculos que agora são Governo — de erigir as escolas em entidades autónomas em relação à sociedade, soberanas ao decidir questões que não se esgotam entre os muros da escola mas que, necessariamente, têm a ver com realidades sociais circundantes: planos de estudo, sistemas de clarificaçao. Como não é também sensato (e até do ponto de vista técnico-burocrático) pensar que se pode destruir um sistema universitário centralizado, em que tudo venha ao Ministério para aí ser aprovado (de mais a mais por decreto-lei, como agora parece pretender-se). Não falo já da aprovação ministerial dos programas (seja embora através de comissões nomeadas discricionariamente), solução perante a qual o próprio fascismo recuou, mas que, agora, parece não ter causado engulhos aos responsáveis do Ministério.

As realidades que condenam estas soluções inviáveis apontam, por outro lado, para um conjunto de grandes linhas de orienação em matéria escolar: a) participação dos docentes como corpo harmónico e intercolaborante, administrativa, pedagógica e científica da escola; b) participação dos estudantes em todos os níveis da gestão relevantes para a organização pedagógica da escola, inclusivamente investigação científica, embora neste caso — com um carácter limitado e consultivo; c) participação na gestão de entidades estranhas à escola mas essencialmente ligadas ao seu campo de actividade; d) dignificação e fortalecimento de órgãos de gestão responsáveis libertos da pressão quotidiana dos «plenários»; e) decidido apoio administrativos aos órgãos de gestão e reestruturação dos serviços centrais do MEIC no sentido de lhes possibilitar uma acção mais eficaz; d) criação de estruturas *participadas* de coordenação e planificação a nível nacional, como o pretendia ser a Comissão Coordenadora dos novos estabelecimentos de ensino e, mais recentemente a conferência dos reitores.

Tivessem as escolas sido ouvidas — como o foram longamente em 1974 — e certas destas soluções poderiam ter sido adoptadas. De qualquer modo, estou certo de que não estariam consignadas no novo decreto de gestão muitas soluções inviáveis e desnecessariamente ofensivas dos sentimentos gerais dos universitários.

Nacional

ANÚNCIO

O Doutor José Couto Mendonça, Juiz de Direito do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real.

Faz saber que na Acção com processo sumário n.º 7/76, pendente na 1.ª secção da Secretaria Judicial da Comarca de VILA REAL, movida pelo autor-MANUEL MIRANDA BRÁS, casado, comerciante, residente na cidade de Vila Real, contra ANTÓNIO DE JESUS DA SILVA, casado, residente em parte incerta de LISBOA, com a última residência conhecida na AVENIDA RAINHA D. LEONOR, 16-1.º Dt.º, da cidade de LISBOA, e mulher Maria António da Conceição Almeida Silva, é o réu António de Jesus Silva, citado para contestar, apresentando a sua defesa no prazo de DEZ dias, que começa a correr depois de finda a dilação de TRINTA DIAS, contada da data da segunda e última publicação do anúncio, sob a cominação de vir a ser condenado no pedido que o autor deduz naquele processo e que consiste no pagamento ao autor da quantia de 41.000$00, bem como selos, custas e procuradoria.

Vila Real, 4 de Outubro de 1976.

O JUIZ DE DIREITO
José Couto Mendonça

O ESCRIVÃO DE DIREITO
António José de Matos Alves da Mota

Um serviço
a que a STAR responde
rapidamente
e com eficiência.

STAR
A MAIOR AGÊNCIA DE VIAGENS PORTUGUESA
Lisboa
Av. SIDÓNIO PAIS, 4 A TEL 533871
PRAÇA DOS RESTAURADORES, 31 TEL 362501
Estoril • Faro • Porto • Funchal

Que Azeite!
Que zeitinho!
Azeitissimo

Copaz,
o Azeite.

PATENTE

Vende-se o concede-se licença para exploração em Portugal da patente N.º 57 913 para: «BROCA DO TIPO DE DRAGA».

Trata:
CLARK, MODET & C.ª LD.ª
Patentes e Marcas
Rua Castilho, 201-3.º/Esq.º
LISBOA

Em SILVES o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFÉ D. SANCHO I

EANES NO MONDEGO

Diálogo interessado e vivo com trabalhadores da região

A nota dominante da visita de Ramalho Eanes aos campos do Vale do Mondego terá sido a atenção que o Presidente da República dedicou aos problemas locais, traduzida num diálogo interessado e vivo nos próprios locais de trabalho com a população trabalhadora, ou, ao mesmo nível, com responsáveis por empreendimentos e trabalhos em curso. «Venho ao Mondego e também noutras futuras visitas dizer às populações mais desfavorecidas que são tão portuguesas como aquelas que vivem nos centros urbanos que, por terem maior poder reivindicativo, vão obtendo aquilo que desejam» diria Eanes, a certa altura.

«Também as populações rurais podem alcançar as suas aspirações num país que também é deles».

A visita do presidente à região começou em Coimbra, onde aterrou no Estádio Universitário o helicóptero que o transportava. Acompanhavam Eanes o ministro da Agricultura, António Barreto, o secretário de Estado do Fomento Agrário, António Campos, o ministro das Obras Públicas, Almeida Pina, o secretário de Estado dos Recursos Hidrícos, Morais Barroco, e membros das casas militar e civil de Ramalho Eanes. Desde Coimbra, integraram a comitiva o governador civil do distrito, António do Vale, e o comandante da RMC, brigadeiro Hugo dos Santos. Sem formalidades assinaláveis a envolver a chegada, o presidente foi no entanto saudado por inúmeros locais, e entre estes inúmeras crianças. A visita foi de «jeep» e deteve-se primeiro na barragem da Aguieira, depois no Açude da Raiva. Seguidamente, e regressando a Coimbra, Eanes e a comitiva observaram o açude da cidade e o projecto da nova ponte a construir sobre o rio para servir a ligação entre as duas margens, em substituição da velha ponte de Santa Clara. Saindo novamente de Coimbra, Eanes e os acompanhantes arrancaram para os campos do Mondego.

O presidente na Quinta da Foja

O diálogo com os trabalhadores foi uma constante da viagem de Eanes à região do Mondego

«Creio que estamos em vésperas de dominar o Mondego. É uma vitória do homem, porque tem sido dominada pelo rio. E vamos dominá-lo de tal forma que o homem aqui seja mais homem, se sinta mais livre e produza melhor, para que este país atinja níveis de auto-suficiência alimentar» — diria o Presidente depois, aos jornalistas. Nota curiosa: Eanes começou as suas declarações aos jornalistas, no termo da visita, felicitando-os disse, com velada ironia ou boa disposição por terem vindo ao campo sujarem os pés. Depois, inflectindo na seriedade dos problemas que se lhe depararam nos locais onde se deteve, afirmou que, «se não se atingirem rapidamente níveis de auto-suficiência alimentar, a democracia que pretendemos construir será apenas verbal e não será vivida dia-a-dia». Isto no termo da visita, em Santa Eulália.

Antes e no decurso da visita, Eanes travou atento e intenso diálogo com os trabalhadores do campo, que lhe expuseram os problemas da população local, predominantemente activa na agricultura. Outros trabalhadores expuseram-lhe directamente os seus problemas pessoais, não sem lembrarem que se tratava não propriamente de problemas pessoais, mas de problemas com que se debate a generalidade da população.

Foram enunciados os vários números elucidativos dos problemas que na região se levantam.

Eanes dialogou ao lado dos governantes, a quem endossou algumas das respostas que não estaria habilitado para dar.

Apontamento a fazer: as respostas que Eanes encontrava não adiavam em promessas para os gabinetes de Lisboa a resolução dos problemas. Assim, por exemplo em troca com um agricultor dos campos que lhe falava do isolamento em que ficavam algumas populações quando o rio sobe, o Presidente disse: «Nas povoações que porventura fiquem isoladas, as Forças Armadas intervirão e, se necessário, os habitantes serão evacuados». Depois, mas falando ainda a propósito deste problema e doutros, dos mesmos locais: «Aqui diria procurar-se-á que o crédito, a extensão agrícola, a formação profissional e o associativismo modifiquem as relações do homem com a terra e as próprias relações de propriedade existentes».

Os jornalistas que acompanharam Eanes notaram além do interesse muito natural que Eanes revelou pelos problemas em questão, o à-vontade, a desenvoltura com que os trabalhadores os expuseram.

Depois da visita de rotina, de trabalho, como o próprio PR pretendera, Eanes foi para a Base Aérea n.º 5, em Monte Real, onde teve uma reunião exclusivamente militar.

PUB

Federação dos Sindicatos Ferroviários

MOÇÃO

— Considerando que o Governo tomou deliberadamente medidas que visam tirar aos trabalhadores parte do seu 13.º mês, conquista importante:

— Considerando que a crise económica deve ser paga pelos ricos e não à custa dos salários dos trabalhadores.

Os Delegados dos Trabalhadores Ferroviários reunidos no dia 15/11/76 decidem:

1.º) **Repudiar esta medida do Governo.**

2.º) **Que as Direcções Sindicais tomem posição face a esta medida anti-popular, que correspondam à justa revolta dos trabalhadores face à mesma.**

Coimbra, 15/11/76

SEMINÁRIO SOBRE

TURISMO

* REESTRUTURAÇÃO DO SECTOR
* PLANIFICAÇÃO DA CAMPANHA PARA 1977

Dirigidos pelos dois maiores especialistas mundiais
Prof. Dr. ROGER VILLE e
Prof. Dr. J. M. THUROT
Conselheiros sobre Turismo da O. N. U. — C. E. E. e BANCO MUNDIAL

Com o apoio da
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO
GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES
DIRECÇÃO-GERAL DE TURISMO
NO HOTEL RITZ **de 29 de Novembro a 4 de Dezembro**
Promovido pelo
CENTRO NACIONAL DE ESTUDOS E PLANEAMENTO
Informações na
Rua Nova do Almada, 81 - 3. — Tel. 32 55 77 - 37 10 32
LISBOA

M.D.P. (Porto) contra cobertura à direita

PORTO, 17 — A comissão distrital do Porto do Movimento Democrático Português difundiu um comunicado sobre diversos acontecimentos que «evidenciam uma grave intensificação das actividades da direita reaccionária». O texto refere os ataques à Reforma Agrária feitos pelos partidos C.D.S. e P.P.D. na Assembleia da República, os recentes exames de bioestatística feitos fora da escola e a demissão do prof. José Morgado, os incidentes reaccionários no liceu António Nobre e, «simultaneamente», acrescenta o comunicado, a libertação de implicados na rede bombista.

O M.D.P. refere depois o procedimento de alguns juízes que «não só libertam bombistas, como se permitem absolver um agente da ex-P.I.D.E./D.G.S. e ordenar o arquivamento do processo do golpe reaccionário de 11 de Março», para prosseguir com a denúncia da «Imprensa fascista que calunia e ataca os homens e a revolução do 25 de Abril», enquanto por outro lado «o C.D.S. tem a audácia de vir falar na dissolução da A.R.».

Refere ainda o M.D.P. o atentado bombista contra o eng.º Lopes Cardoso e conclui: «a defesa do regime democrático a caminho do socialismo, a defesa da Constituição, a defesa da revolução do 25 de Abril, exige medidas imediatas contra todos os reaccionários e fascistas que estejam fora ou dentro do aparelho de Estado, e não a impunidade e a promoção com que têm sido favorecidos».

P.S. de Arroios solidário com Lopes Cardoso

A Secção de Arroios do Partido Socialista manifestou o seu repúdio contra o atentado bombista de que foi vítima o eng. Lopes Cardoso e sublinha que «este atentado se enquadra numa sequência do terrorismo que ultimamente assolou o País e visa não apenas a destruição de vidas, mas o desmantelamento do primeiro Governo Constitucional».

Analisando a situação política actual, os militantes socialistas da secção de Arroios «sentem-se profundamente apreensivos pelo facto de ex-«pides» e bombistas virem actuando descaradamente, pretendendo criar um clima de terror e instabilidade tendentes à implantação de um novo 28 de Maio».

Em reunião de aderentes e militantes esta secção do P. S. «exprimem ao Governo, Conselho da Revolução, Assembleia da República e Presidente da República, a sua indignação e repulsa pela inoperância com que estes casos têm sido até hoje tratados e apela para que pelos órgãos constitucionais de soberania deste País, sejam tomadas as medidas que há muito se impõem no sentido do imediato e radical desmantelamento das redes bombistas existentes e consequente detenção e castigo exemplar de todos os implicados».

A terminar a secção do P. S. de Arroios «que sempre apoiou a actividade política do nosso camarada Lopes Cardoso no Ministério da Agricultura e Pescas» manifesta a sua solidariedade militante «reafirmando o apoio intransigente na defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses na Assembleia da República e reitera a confiança em que o primeiro Governo Constitucional saberá salvaguardar a democracia política indispensável à construção do socialismo democrático».

Nacional

ONTEM NO PORTO

Revelações sobre bombistas num comício do P.C.P.

. PORTO, 17 — «A D. O. R. N. lamenta profundamente a deterioração que se está a verificar na acção da P. S. P. do Porto e alerta para as consequências de uma tal política. Ainda ontem, um major vindo de Lisboa, creio que pertencente ao Comando-Geral da P. S. P., contactou a D. O. R. N. para saber a nossa opinião sobre o regresso de Mota Freitas para comandante da P. S. P. do Porto.»

. Esta foi talvez a informação mais inquietante produzida ontem perante os milhares de pessoas que faziam transbordar o Coliseu do Porto onde decorreu o comício do P. C. P. realizado sob o signo do internacionalismo e do desejo de construir a democracia rumo ao socialismo. Por isso soaram vibrantes gritos: «Bombistas p'rá prisão».

Prosseguindo Ângelo Veloso afirmou: «Não podemos compreender que um homem acusado de acções terroristas e acusado, inclusive, de se ter servido do posto para facilitar a colocação de bombas, um homem que está ainda à espera de julgamento, possa ser reinvestido no comando da P. S. P. do Porto.» Seguiu-se um apelo: «Apelamos para todas as vítimas do terrorismo, para todos os antifascistas no sentido de um amplo movimento de opinião contrária à libertação de bombistas, contra o regresso de Mota Freitas, para que as investigações sobre os terroristas prossigam até ao fim.»

. Estiveram presentes várias delegações estrangeiras, tendo os seus representantes, nas intervenções feitas, vitoriado o 25 de Abril e sublinhado a sua satisfação pela força e coesão do P. C. P. e frisado a importância do VIII Congresso na construção do socialismo. Neste aspecto, o representante do P. O. U. Polaco, Adam Baldys, referiu mesmo que «o Congresso foi um grande acontecimento para todo o movimento comunista e operário do Mundo». Manifestando depois a solidariedade com a luta das forças progressistas de todos os povos da América Latina, Ásia e África pela sua independência nacional, pela liberdade, contra o racismo e «apartheid», acabou por frisar a sua convicção de que «o fascismo nunca mais voltará à terra portuguesa».

O representante do P. C. da Jordânia, Naih Ashad, por sua vez referiu-se às condições muito difíceis em que os seus camaradas lutam pela independência do seu país.

Manifestando-se contra a ingerência imperialista, o representante do P. S. O. úngaro, Nemes Dezso, destacou que «é direito inalianável do povo português que este regime democrático seja socialista, que se passe da fase de democracia burguesa à democracia socialista e se ponha termo à exploração do homem pelo homem».

Depois das intervenções dos delegados do P. C. F., e do Partido Suíço do Trabalho usou da palavra einz Lang do P. C. da R. F. A. o qual atento à onda de terrorismo que grassou no país mais, acentuadamente há alguns meses, acentuou: «Quando em Portugal bandos fascistas atacaram e destruíram barbaramente os C. T. do P. C. P. e de outras forças democráticas, quando reinava o terror em algumas regiões do vosso país, os militantes do nosso partido sentiram isso como se fossem os seus próprios centros de trabalho a serem destruídos, como se o sangue derramado pelos comunistas portugueses fosse o seu próprio sangue.» Vibrantemente aplaudido o representante do P. C. da R. F. A. referiria depois o facto dos dirigentes sociais-democratas do seu país falarem constantemente de socialismo democrático quando na R. F. A. reina o capital monopolista. E sublinhou: «Esta R. F. A. que eles recomendam como modelo da Europa tem um milhão de desempregados, centenas de milhar de jovens sem emprego nem colocação no Ensino.» Disse ainda que tais dirigentes «desenvolvem uma política de aberta ingerência na situação interna portuguesa e ainda por cima se arvoram em «defensores da liberdade». «O povo português não pode esperar destas forças nada de bom. A sua intenção não é a de ajudar, mas a de atiçar o anticomunismo, de impedir a unidade de todos os trabalhadores portugueses e evitar a aliança das forças democráticas.»

MEMBROS DO GOVERNO CONTRA ATENTADOS

Está a ser preparada «uma profunda reestruturação da Polícia Judiciária» e «será criada uma secção especializada para as investigações de actos terroristas» anunciou o ministro da Justiça, Almeida Santos, ontem à tarde à entrada para a reunião do Conselho de Ministros, no Palácio de S. Bento. Almeida Santos comentava o recente atentado de que foi objecto o ex-ministro da Agricultura Lopes Cardoso, na explosão de uma bomba na sua residência, e manifestou, a propósito, o seu repúdio pela acção. A propósito de atentados, o titular da pasta da Justiça informou os jornalistas que as investigações decorrem através da Polícia Judiciária Militar. Almeida Santos considerou que isto é um erro: «Em meu entender», diria Almeida Santos, «deveria ser um organismo único e, além disso, a prática das garantias constitucionais que foram consagradas criam algumas dificuldades aos organismos de investigação. Não estamos dispostos a prescindir dessas garantias.»

Também o ministro da Administração Interna, ten.-cor. Costa Brás, e o Primeiro-Ministro, Mário Soares, solicitados para o efeito, se pronunciaram acerca do ocorrido anteontem na residência de Lopes Cardoso. Ambos manifestaram o seu repúdio pelo criminoso acto de que foi objecto o até há dias ministro da Agricultura e Pescas.

Abordados ontem pelos jornalistas à entrada do Conselho de Ministros, Almeida Santos (Justiça) e Costa Brás (Administração Interna) falaram do tema «bombistas». O primeiro revelou a próxima criação de uma secção especializada da P.J. para lidar com o caso, enquanto o segundo manifestou claro repúdio pelo atentado à residência de Lopes Cardoso

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES ELECTRICISTAS DO CENTRO

Rua Simões de Castro, 159-1.º — COIMBRA

AOS TRABALHADORES ELECTRICISTAS DA INDÚSTRIA DA ELECTRICIDADE

No seguimento de reuniões já realizadas por regiões convocam-se os electricistas do sector para as reuniões nos locais a seguir indicados.

OVAR — Grupo Atlético Vareiro, dia 20/11/76 às 17.30

COIMBRA — Séde do Sindicato, dia 19/11/76, às 20.30

CALDAS DA RAINHA — Sindicato dos Empregados de Escritório, Rua Alexandre Herculano, 8-1.º, dia 20/11/76, às 10 horas

CASTELO BRANCO — Centro Artístico Albicastrense, Rua de Santa Maria, dia 20/11/76, às 9.30 horas

A ordem de trabalhos é a seguinte:

1. **Informação sobre o C.C.T.**
2. **O documento CERT e a posição sindical**
3. **Verticalização Sindical**
4. **Empresas não nacionalizadas.**

Coimbra, 15 de Novembro de 1976

A DIRECÇÃO

DIRIGENTES COMUNISTAS NA TELEVISÃO

"Ineficácia do Governo é evidente"

Os enormes riscos que a política seguida pelo Governo minoritário socialista comporta, não apenas para aquele partido, mas para a democracia portuguesa, foram ontem à noite, mais uma vez, salientados pelo P.C.P. durante o debate televisivo em que participaram três dos seus dirigentes, nomeadamente Álvaro Cunhal, Carlos Brito e Carlos Costa.

Avisando, novamente, de que a recuperação económica se não poderá fazer à custa dos trabalhadores, o P.C.P. insistiu na necessidade de se criar uma alternativa de esquerda ao actual Governo e de se manter a aliança do povo com as Forças Armadas, para consolidação da democracia.

«Não desejamos a queda do Governo do P.S., mas, para nós, a sua ineficácia é evidente, pelo que pensamos que, antes que seja tarde, devem já ser colocadas e estudadas as alternativas possíveis» disse Álvaro Cunhal que remataria afirmando que ao seu partido não interessa um colapso do poder para dar armas à direita, pelo que só em abstracto encara a hipótese de dissolução da Assembleia da República para convocação de novas eleições.

Contudo, face à «ineficácia» do actual Governo que conduz «uma prática política que não condiz com a situação existente no País», o P.C.P. coloca desde já duas alternativas concretas, expostas aliás no seu VIII Congresso: a que se baseie na maioria numérica de esquerda (que só é «potencialmente política») existente na Assembleia da República ou a de um governo presidido por um independente, civil ou militar, formado por personalidades que não representem partidos mas tenham «o apoio, pelo menos de comunistas e socialistas».

Na rubrica «Responde o P.C.P.» teledifundida ontem pela RTP, os dirigentes comunistas sublinharam repetidamente a confiança do seu partido nos trabalhadores e a intransigente defesa dos seus interesses. «É tecnicamente inviável resolver a crise à custa dos trabalhadores» — diria designadamente Carlos Costa, enquanto Álvaro Cunhal referiria que os trabalhadores estão dispostos a grandes esforços, mas apenas «numa perspectiva de socialismo e nunca de recuperação capitalista».

Respondendo a perguntas dos jornalistas Dinis de Abreu e Sousa Tavares, Álvaro Cunhal, Carlos Brito e Carlos Costa recordariam que foi a sabotagem dos capitalistas e dos grandes agrários que provocaram as grandes reformas nacionais como as nacionalizações e a Reforma Agrária nas quais os trabalhadores se empenharam afincadamente, salvando a economia do país e dando provas da sua capacidade. E Carlos Costa, contestando os que apontam para os prejuízos a curto e médio prazo que a aceleração do processo revolucionário poderá ter causado, diria que eles «teriam sido muito maiores se as reformas não tivessem sido feitas: os banqueiros teriam paralisado a Banca e mandado rios de dinheiro para o estrangeiro; os industriais paralisariam as empresas e não aceitariam encomendas; no Alentejo, os campos continuariam abandonados e o gado estaria a ser abatido».

Quanto ao VIII Congresso, encerrado no domingo último, as perguntas e respostas giraram em torno da democraticidade interna no Partido Comunista Português, tendo sido explicado pelos dirigentes comunistas que a unanimidade verificada e que desiludiu muitos observadores foi resultado de um amplo trabalho colectivo e democrático constando de um debate prévio nas bases do partido que contou com a participação de cerca de 50 mil militantes e que originou milhares de propostas. Focando este facto, seria ainda recordado que mais nenhum partido em Portugal realizou um debate tão alargado, o que bem demonstra a participação dos militantes comunistas na direcção do seu Partido.

Mais turistas este ano

O número de turistas entrados em Portugal de Janeiro a Outubro de 1976 registou um aumento de mais de oito por cento relativamente ao mesmo período do ano passado.

O total de 1.885.870 que até agora visitaram Portugal foi sobretudo significativo no passado mês com a entrada de 201.540 estrangeiros, mais 95 por cento em relação aos 103.501 turistas entrados em Outubro de 1975.

Relativamente aos países de origem dos estrangeiros que nos visitaram, no passado mês, o contingente mais volumoso feito de Espanha (292,9) seguindo-se a França (79,9), Canadá (68), EUA (61,8), RFA (36,3) e Reino Unido (7,8).

As unidades hoteleiras encontram-se já praticamente com a ocupação esgotada para a próxima estação enquanto a taxa de ocupação nos principais centros turísticos do País continua a manter um nível animador para a época.

FÉRIAS EM
DEZEMBRO, NATAL
E FIM DE ANO 76

LONDRES desde 4.500$

Partidas todas as **Quintas** e **Domingos** desde 4/11/76 e ainda outras datas em Dezembro, Natal e Fim de Ano

- **Fim de semana** 4 dias
- **Mini-Semana** 5 dias
- **Semana** 7 dias
- **Maxi-Semana** 8 dias

MARROCOS desde 2.890$

TANGER MINI SEMANA
4 dias - Dezembro 6 13 20 27

TANGER FIM DE SEMANA
5 dias - Dezembro 2 9 16

TANGER FIM DE ANO
5 dias - Dezembro 30

CIDADES IMPERIAIS
8 dias - Dezembro 13 e 27

MADEIRA desde 3.290$

FIM DO ANO
6 dias - Dezembro 28 a Janeiro 2
6 dias - Dezembro 29 a Janeiro 3

Programas ● Reservas

VIAGENS RAWES

Lisboa-Correspondência R. Bernardino Costa, 47
Expediente Trav. do Corpo Santo, 15 Tel. 370231
Faro-Rua Conselheiro Bivar, 72 Tel. 23195/6

«GÜERLAIN» lança «BATONS», «VERNIZES» e «SOMBRAS», PARA O OUTONO-INVERNO-76-77; cores de flores, cores do tempo. Os coloridos mais gritantes («BATONS« e vernizes) são: «FEU FOLLET», «CABRIOLE», «ROSE ANTIQUE» e «INCÓGNITO». Cores de «GÜERLAIN», cores que valorizam

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

COMUNICADO N.º 39

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DADA PELOS SÓCIOS REQUERENTES DA ULTIMA ASSEMBLEIA DE 14.10.76

O QUE DISSERAM E O QUE NÃO TIVERAM CORAGEM DE DIZER

Deram há já alguns dias os sócios requerentes da última Assembleia uma Conferência de Imprensa onde a mentira e a demagogia são notas predominantes e onde se fazem acusações às quais, para esclarecimento dos sócios (que quanto a nós já as conhecemos bem) não podemos deixar de responder.

Começaram por dizer estes «amigos» que nunca tivemos intenções de realizar uma Assembleia Geral para discussão do Congresso Sindical.

O facto de o Conselho Fiscalizador a haver requerido também é a prova de que se pretendia a sua efectivação, salvaguardando assim a hipótese do número exigido dos sócios requerentes não estivesse presente e por isso não pudesse ser realizado. Além disso, a todos os sócios que no-lo perguntaram sempre respondemos que não deixaríamos de pôr esta questão aos trabalhadores.

Acusam os sócios requerentes da última Assembleia os Corpos Gerentes do Sindicato de causadores da desmobilização da classe. Demagogia!

Não serão os causadores da desmobilização da classe aqueles que em vez da discussão dos problemas concretos preferem a «lavagem da roupa suja» como aconteceu no último plenário de Delegados Sindicais e nalguns outros?

Não serão os causadores da desmobilização da classe aqueles que intencionalmente arrastam as assembleias até às tantas da madrugada, para no fim e com meia dúzia de pessoas aprovarem as **moções e propostas que trazem já tantas vezes dactilografasas do centro do partido onde se reúnem?**

Quanto aos plenários de Delegados Sindicais dizem estes colegas «estarmo-nos nas tintas para o que nele é decidido». Perguntamos:

— Não são os nossos estatutos afectos à linha deles? Não foi por proposta deles que são meramente consultivos?

— e depois, colegas, quantos plenários fazem eles nas empresas com os trabalhadores antes de irem para os plenários?

Além disso, queremos dizer-vos que em muitos plenários de Delegados Sindicais assistimos a que Delegados Sindicais representantes dos mesmos trabalhadores da mesma empresa votaram de forma diferente moções e propostas ali apresentadas. Qual deles interpreta a vontade dos seus representados?

Acusa-se ainda a Direcção de abandonar conflitos de trabalho e de que o Sindicato está deserto.

A pura da mentira da primeira afirmação são as reintegrações conseguidas de muitos trabalhadores. Não com a «política revolucionária» que reintegrava uns e saneava outros, de acordo com a sua cor, mas sim exclusivamente orientados no sentido da comprovação dos actos cometidos, independentemente da sede do partido onde se reúnam.

Quanto ao 2.º ponto dir-vos-emos que efectivamente só vêm ao Sindicato os trabalhadores com problemas a tratar e de que **aqui**, no **nosso Sindicato** não se distribuem comunicados partidários, não se fazem mobilizações para manifestações ou comícios partidários. **O Sindicato fecha às 23 horas**, e é verdade, afirmamos que ninguém aqui pernoita, porque o Sindicato nem é hotel, nem residência e não temos medo que seja assaltado.

Dizem ainda os sócios requerentes que aceitámos com pleno conhecimento um sócio que é patrão. Qual dos elementos da Direcção tem conhecimento de tal e qual dos sócios requerentes teve a honestidade de facilitar à Direcção dados concretos sobre isso, que lhe permitisse actuar?

Mas perguntaríamos:

— Quem meteu no nosso Sindicato trabalhadores com simples «carta de recomendação» e em **condições absolutamente previligiadas em relação à maioria dos outros trabalhadores?**

Fomos ainda acusados de ter fugido diante dos sócios na última Assembleia Geral. Os trabalhadores que lá estiveram sabem que isso é falso e a gravação feita da assembleia permite ouvir com toda a clareza o Presidente da Assembleia dar a mesma por encerrada.

Também nos ausentamos é certo. Não por medo das ameaças e dos nomes chamados («fascistas» «reaccionários» «palhaços», «lá fora matamo-vos», etc) mas apenas porque não estavam criadas condições para que ela prosseguisse.

Apontam estes «amigos» despesas absurdas em publicidade, o que é falso.

Mas esqueceram-se ou não tiveram a coragem de referir outras.

Como simples exemplos entre muitos, perguntamos:

— quem pagou as despesas de publicidade do pode popular?

E a propaganda do CDE feita no nosso aparelho técnico?

Somos ainda acusados de trabalhar «activamente» fora da estrutura sindical, forçando a ideia de uma Central paralela e de efectuar reuniões paralelas.

A prática desta Direcção e os seus objectivos têm sido bem claros. Temos tentado através da luta e do diálogo a construção da Central Única, Democrática e representativa dos trabalhadores e ela só não foi possível porque aqueles que a pretendem ver controlada por um partido em vez de ao serviço dos trabalhadores e deles representativa, a isso se têm oposto.

Mas já agora que se referiram a reuniões e estruturas paralelas, perguntaremos:

— o que é e o que visa a convocatória dos «mandatários dos subscritores» da última Assembleia, para uma reunião geral de sócios para o Instituto Superior Técnico? Não será uma reunião paralela e autenticamente antiestatutária?

— que intuitos movem estes sócios ao informarem os sócios que poderão identificar-se com o **postal-convocatório para o «Referendum»?**

Ficar com elas e destruí-las para dificultar a votação no dia 18?

— e a que propósito se convidam Sindicatos de Lisboa?

Para também eles discutirem a actuação dos Corpos Gerentes? O que têm os outros Sindicatos a ver com os problemas específicos do nosso e da actuação dos Corpos Gerentes?

Mas gostaríamos de perguntar, por simples curiosidade:

— estarão presentes representantes de Sindicatos devidamente mandatados pelos sócios para o Congresso ou serão daqueles (e são quase todos) que não tiveram a coragem de fazer uma Assembleia Geral para discutir a questão com os sócios com medo da derrota e da auscultação democrática da classe que representam?

Esta manobra, colegas, sejamos claros, não visa mais que desviar a atenção da classe do Referendum do dia 18 a realizar no Pavilhão dos Desportos.

Esta manobra, colegas, falemos claro, não é mais que o grito desesperado da derrota que sentem **em não conseguirem impor no nosso Sindicato as linhas de um programa que a classe rejeitou.**

Ou representará ainda e em suma a última tentativa de bem cumprirem as ordens recebidas.

Não nos vamos alongar mais em considerações porque a fazermo-lo daria comunicado excessivamente longo e, de resto, a classe não desconhece totalmente os objectivos que com tais manobras são visados.

Mas ao menos que estes sócios tivessem tido a coragem de dizer tudo.

«Esqueceram-se» de dizer que discutiram no Centro de trabalhos de um certo partido a actuação da Direcção e aí planearam a táctica a utilizar na mesma.

Esqueceram-se de dizer que fizeram em 1-9-76 uma reunião para simpatizantes e em 3-9-76 uma reunião para militantes.

Esqueceram-se de dizer que realizaram dia 3-9-76 um encontro no Hotel Vitória (Centro de trabalhos do mesmo partido) com «comunistas e dois camaradas do sector de Escritórios (segundo seus **próprios termos) para tratarem da análise da actuação na Assembleia onde até tácticas de votação** foram estudadas com vista a confundir quer a Mesa, quer os trabalhadores presentes.

Esqueceram-se de dizer que aí obrigavam os trabalhadores a comprometer-se em arranjar nas empresas moções de repúdio à Direcção, esqueceram-se enfim de dizer que a Assembleia estava determinada a ter duas fases:

1 — fase de denúncia.

2 — fase de construção. Quer dizer, aprovação das moções e propostas já elaboradas que não seriam mais que a cobertura a um pseudo congresso de todos os Sindicatos, com total desrespeito pelo programa eleito que nada mais é que a vontade da classe, livremente expressa.

Esqueceram-se de dizer que nessa Assembleia havia que aprovar o funcionamento no nosso Sindicato de sub-grupos de contratação e sub-grupos de controle operário.

Esqueceram-se de dizer tanta coisa que um plano de acção que nos chegou às mãos o manuscrito por um sócio e trabalhador deste Sindicato nos permite saber quanto.

Colegas:

— É desesperada a tentativa de afastar a Direcção do cumprimento do seu programa.

— são evidentes as manobras de afastarem os sócios de votarem no dia 18-11-76.

— é inequívoco o golpe que tentam com a criação de órgãos paralelos à Direcção (como o Secretariado dos Grupos de Trabalho que logo no início do mandato queriam criar).

— é flagrante a persistência em imporem as linhas de um programa derrotado no nosso Sindicato.

Esta Direcção diz claramente que o não permitirá. Será o programa eleito pelos sócios que será realizado.

Aceitaremos o desafio que nos é lançado e sempre tivemos a certeza de que ele aconteceria. Mas temos também a certeza da correcção dos nossos objectivos.

Não temos medo, pois, nem dos nomes chamados na assembleia nem tão pouco das ameaças que para o Sindicato e nossas residências nos são feitas.

A classe corresponderá e dirá claramente o que pretende.

COLEGAS:

VOTA NO DIA 18-11-76 NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS DAS 08.00 AS 24 HORAS.

O TEU VOTO É A TUA VONTADE!

A DEMOCRACIA VENCERÁ O GOLPISMO E O OPORTUNISMO!

Lisboa, 16 de Novembro de 1976

Pela DIRECÇÃO

Nacional

VÊM AÍ LIVROS NOVOS

De África ao Nobel, com reedições de permeio

Até ao fim do ano de 76, o mais saliente na programação da Ulmeiro, é sem dúvida, o lugar à parte concedido à problemática africana, aos movimentos de libertação, ao Terceiro Mundo em geral.

Referimos entre outros a publicar ou já publicados, «Angola-Documentos do MPLA», I e II (antes e depois do 25 de Abril, respectivamente). Pertence esta documentação sobre o MPLA, à colecção «Terceiro Mundo e Revolução» onde se pode ler também, da autoria de Kwame Nkrumah, a obra «A Africa deve unir-se».

A programação da Ulmeiro aponta ainda para um melhor conhecimento do problema português, para as experiências socio-políticas levadas a cabo após o 25 de Abril e que, para lá de críticas que lhes possam ser feitas, não poderão ser esquecidas, nem deixarem de ser motivo de reflexão.

Assim, temos de Oliveira Antunes, na colecção «Cadernos Ulmeiro» um dossier da sabotagem económica realizada pela ITT em Portugal, sob o título «A ITT contra o 25 de Abril». Também sobre as actividades da ITT durante o governo de Unidade Popular de Salvador Allende, corre em língua portuguesa um dossier. Vale a pena ler e comparar os dois. Não só para lembrar, mas também para acautelar e reflectir.

De Ramiro Correia, Pedro Soldado e João Marujo saíram ou vão ainda sair na «Biblioteca Ulmeiro» os títulos «MFA e Luta de Classes» e «Dinamização Cultural e Acção Cívica».

Registem-se ainda a publicação dos «Textos Militares» de Che Guevara nas suas obras completas e, de Giap, «Armamento das Massas, Edificação do Exército do Povo».

Sobre o Terceiro Mundo, a publicar neste momento, mencionam-se ainda: «Terceiro Mundo — Dados e Factos» de Guy de Bosschere e Amadeu Viegas e «Brasil: de Médici a Geisel» (10 anos de ditadura) pelo Grupo Campanha.

Já à venda ao público são de registar a «Crítica da Economia Nacional», de Karl Marx e «Sobre Democracia Operária e Outros Textos», de António Gramsci.

Estes, alguns dos títulos com que a Ulmeiro termina o ano.

Finalmente, para não destoar em relação às outras editoras portuguesas, a edição de um texto infantil chinês — «Que lindos meninos».

D. QUIXOTE: O NOBEL MAIS RECENTE

Alguns originais portugueses, livros de ter na biblioteca para consulta, o último livro Nobel da Literatura, dão ideia do programa editorial que as publicações D. Quixote apresentam para este Outono.

Como originais portugueses, surgem no prelo dois livros de poemas: «As Lições do Fogo», de David-Mourão Ferreira — que assina também um livro de ensaios, «Sobre Viventes» — e «As Epístolas aos Imaitas», de Natália Correia. De Vasco Pulido Valente, que sobre o tema tem escrito na revista «Análise Social», promete a D. Quixote, «O Poder e o Povo «A Revolução de 1910)».

Na colecção Nobel, dois livros para o público português: «Lenine em Zurich», de Alexandre Soljenitsine — transportando pelo Mundo e pelas palavras, os seus medos e os seus fantasmas — e «Na Corda Bamba», do judeu americano, Saul Bellow.

De Wilhelm Reich — cujo «Escuta, Zé Ninguém» se transformou em pequeno «best-seller» — a D. Quixote continua a publicação das obras completas editando, desta vez, «Psicologia de Massas do Fascismo».

Em matéria de «dicionários» incluídos na colecção «Informação e Cultura», Peter Wingate assina o «Dicionário de Medicina» e de José Ferrater Mora publica a D. Quixote o «Dicionário de Filosofia».

Entretanto a obra em oito tomos, «História da Filosofia», dirigida por François Chatelet vai já no seu sexto volume com a publicação de «A Filosofia do Mundo Científico e Industrial».

Resta-nos nesta rápida referência à programação de Outono, das «Publicações D. Quixote», sublinhar a banda desenhada da «Pipi das Meias Altas» se continua a vender: vão ser publicados mais três «pipppis» suecos.

PORTUGÁLIA: ALGUMAS REEDIÇÕES DE QUALIDADE

Não são muitas as novidades apresentadas pela Portugália Editora. Com uma lista de lançamentos de Abril de 75 até hoje, pode-se dizer que em matéria de novidades, a Portugália tem sido quase o silêncio. Registam-se bastantes reedições (algumas delas de muito interesse) mas quanto às novidades, não passam de seis títulos, o que não abona, diga-se, a favor das grandes tradições que até há pouco tempo a Portugália mantinha, no sempre periclitante e arriscado meio editorial português.

Referenciemos as novidades (algumas já o deixaram de ser): «MFA rosto do Povo», de Vasco Lourenço; «A Caça ao Amor» (a não perder), de Violette Leduc; «A Cruz e a Espada em Moçambique», de Cesare Bertulli; «A CIA e o culto da Espionagem», de John D. Marks e Victor Marchetti; «Serpico», de Peter Maas e «Todos os Homens são Irmãos», de Mahatma Gandhi.

Há reedições a não perder para quem ainda não teve o ensejo ou possibilidade de comprar o «book» no momento primeiro da sua publicação.

Exemplificando: as há muito esgotadas «Líricas Portuguesas» (3.ª série, 1.º volume) da responsabilidade de Jorge de Sena; o «Estruturalismo», de vários autores, com selecção e introdução de Eduardo Prado Coelho; «As Palavras e as Coisas», de Michel Foucault, com uma tradução exemplar de António Ramos Rosa e prefácio de Eduardo Lourenço e Virgílio Ferreira. Os livros que referimos, já começam a ser de consulta obrigatória.

Recordamos ainda, pela sua qualidade e importância, que foram reeditados os títulos: «Teatro de Gil Vicente», de António José Saraiva, «Poesias», de António Gedeão e Teatro de Brecht (VI) — «O Terror e a Miséria no Terceiro Reich».

NO CONCELHO DE LOURES

Associações vão debater estatuto de utilidade pública

Quais as condições que as colectividades devem preencher para serem consideradas de utilidade pública? Quais os deveres destas colectividades? Quais os direitos e benefícios que devem usufruir as colectividades?

Para dar resposta àquelas três questões, e de acordo com o despacho do Primeiro-Ministro no sentido de elaborar uma proposta de diploma legal regulador dos Estatutos das Colectividades de Utilidade Pública, que deverá ficar concluído até 30 do corrente, as colectividades do concelho de Loures vão reunir-se, domingo, no Clube União Recreativa de S. Julião do Tojal. Entre outros dos pontos da agenda de trabalhos avultam os que se relacionam com a importância das colectividades e o estatuto das mesmas.

Entretanto, as colectividades do concelho de Loures — S. João da Talha, Santa Iria de Azóia, S. Julião do Tojal e Fanhões — já deram resposta àquelas três questões, afirmando aquelas associações que «para serem consideradas de utilidade pública as colectividades terão de se dedicar ao desenvolvimento de actividades culturais, desportivas e recreativas, no interesse das populações». Segundo as mesmas associações, as colectividades deverão beneficiar da isenção de impostos, licenças de espectáculos, taxa de TV, direitos de autor e pagamento de electricidade e água através de escalões mínimos.

Para o encontro de S. Julião do Tojal, além de todas as colectividades do concelho de Loures, foram convidadas a Federação das Colectividades de Cultura e Recreio, a Direcção-Geral de Educação Física e Desportos, o Inatel, a Fundação Calouste Gulbenkian, a C. M. de Loures, a Casa de Cultura da Zona Oriental de Lisboa e o MEIC

Voluntários de Fanhões: uma sindicância para o bom nome da corporação

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fanhões foi surpreendida através de um ofício da Inspecção de Incêndios da Zona Sul de que não receberia subsídio de 130 mil escudos, como comparticipação para a compra de um pronto-socorro à Sociedade Romar.

Motivo: a não entrega do Relatório e Contas referente ao ano de 1974 pela direcção antecessora.

Face ao exposto no ofício, a actual Direcção submeteu o caso ao inspector de Incêndios da Zona Sul e também ao MAI, chamando a atenção para o facto de uma Associação Humanitária se sentir prejudicada pela negligência e incúria da sua antecessora.

Geral

O director e o director-adjunto do «D. L.» acompanhados pelo comissário de Estado da Informação, Manuel dos Santos («Manecas»), e pelo primeiro-secretário da Embaixada da Guiné-Bissau

"Diário de Lisboa" vai colaborar com Informação da Guiné-Bissau

O «Diário de Lisboa» recebeu, ontem, a visita do ministro da Informação da Guiné-Bissau, que se encontra no nosso país para resolver problemas de ordem humana e técnica, que possibilitem a melhoria gradual dos órgãos de Comunicação Social naquela jovem República da África Ocidental.

Na reunião havida nas nossas instalações entre o director, dr. António Pedro Ruella Ramos, director-adjunto, dr. Fernando Piteira Santos, chefe da Redacção, dr. Fernando Assis Pacheco, o chefe dos Serviços Técnicos, eng.º João Ruella Ramos e o comissário de Estado Manuel dos Santos (Manecas) ficou acordada uma estreita colaboração da Renascença Gráfica com a Imprensa Nacional da Guiné-Bissau, em geral, e com os jornais «Nô Pintcha» e «Libertação» (este a sair em Janeiro), em especial. Essa colaboração visa, sobretudo, a melhoria das actuais oficinas tipográficas e o arranque do sistema de «off-set», dependentes do Comissariado de Estado da Informação e Turismo.

O «D. L.» acordou com o jornal «Nô Pintcha» o intercâmbio de Informação e apoio à formação de quadros. Recorde-se, aliás, que dois actuais redactores e uma antiga redactora do «Diário de Lisboa» colaboraram activamente no primeiro ano de vida deste órgão de Informação guineense.

O comandante Manuel dos Santos aproveitará a sua estadia actual em Portugal para contactar outras entidades tais como o secretário de Estado da Informação e responsáveis do Turismo.

Durante o mês de Janeiro iniciar-se-á uma programação regular de viagens turísticas, a partir de Portugal, à Guiné-Bissau. Estas viagens terão, em princípio, a duração de uma semana incluindo visita de três dias ao arquipélago dos Bijagós.

"Zona Centro" em dificuldades?

Relativamente a uma notícia publicada na nosssa edição de anteontem, sobre as dificuldades que têm obstado á saída do semanário «Zona Centro», o director deste anunciado periódico, Vítor Ilharco, enviou-nos o seguinte esclarecimento:

«O que tem obstado à saída do novo semanário é a dificuldade habitual, nestes últimos tempos, de se conseguir apoio para as iniciativas de esquerda ainda que, como neste caso, não seja o apoio a um determinado partido que está em causa mas, bem ao contrário, a um projecto unitário.

Dificuldades aparentemente intransponíveis têm feito adiar, sucessivamente, o lançamento de um jornal que virá a ser uma força no meio jornalístico português.

Dificuldades criadas por quem, temendo essa mesma força — e os nomes que constituem a equipa redactorial e de colaboradores são prova dela — tudo faz para matar, à nascença, uma iniciativa importante esquecendo, contudo, a coragem e determinação dos homens de esquerda.

Há dificuldades. São, aparentemente, intransponíveis. Todavia vamos vencê-las.

Necessitamos, porém, de esclarecer, por razões óbvias, pormenores da notícia publicada ontem pelo «DI». Assim:

1.º — Não há «empresas» a desenvolverem «esforços» para o lançamento do jornal. Pelo que dissemos acima poderíamos acrescentar: «bem pelo contrário.»

2.º — Ninguém sabe, dentro do «Zona Centro», quem é «o conhecido industrial e comerciante José Manuel Riscado».

3.º — O jornal «Zona Centro» será uma cooperativa dos trabalhadores do próprio jornal.

Partimos do princípio que o «DI» recebeu as informações que motivaram a notícia de uma fonte que mais não pretenderia do que caluniar um órgão de informação que há-de vir a ser conhecido pela sua honestidade e, por isso, agradecíamos a divulgação deste esclarecimento.»

Encontro internacional de mulheres em Portugal

A data de uma importante reunião no nosso país da Federação Internacional de Mulheres deverá ser anunciada esta tarde, no decorrer de uma conferência de Imprensa do Movimento Democrático das Mulheres.

«Conquista, aplicação e defesa dos direitos da mulher como mãe, trabalhadora e cidadã» é um dos objectivos da F. D. I. M., organização que nasceu do Primeiro Congresso Mundial de Mulheres, realizado em Paris a 26 de Novembro de 1945, convocado pelas mulheres que combateram na frente e na retaguarda da Segunda Guerra Mundial, pelas sobreviventes dos campos de concentração e pelas mulheres que lutaram firmemente contra o fascismo.

Vários congressos se realizaram desde aquela data. Portugal esteve representado pela primeira vez num congresso da F. D. I. M., em 1953, com a participação de Maria Lamas. Nos congressos seguintes, estiveram sempre representações de mulheres portuguesas, apesar desse tipo de organização ser proibido no nosso país.

Em 1963, por exemplo, no Congresso Mundial efectuado em Moscovo, faz-se esta exortação a mais de metade da população do Globo: «Chamam-se as mulheres a lutar infatigavelmente, sem medo das dificuldades, sem medo dos sacrifícios, para conquistar e defender os direitos da mulher em todos os campos: trabalho, descanso, cultura, direitos económicos, cívicos e políticos; para que se crie nos nossos países e em toda a Terra as condições necessárias para uma vida feliz para cada família, que permitam educar gerações animadas do grande ideal da paz e da amizade entre os povos, do progresso social e do Humanismo... Mulheres, nós que damos a vida, devemos defendê-la! Se o quisermos a vida triunfará!»

A F. D. I. M. tem lutado desde sempre pela paz, pela independência nacional, pelo desarmamento. Em 1974, uma delegação foi estudar a situação das crianças e das mulheres, vítimas da repressão da Junta Militar e deu conhecimento do seu relato à O. N. U. e à Imprensa internacional.

"Diário do Alentejo" voltou a sair

Voltou hoje a publicar-se, após uma interrupção de catorze meses, o «Diário do Alentejo», jornal da tarde regional, independente, fundado há 45 anos.

Superada a crise financeira que levou à suspensão da sua publicação, o «Diário do Alentejo» mantém a mesma equipa responsável, sob a direcção do dr. Henriques Pinheiro, com o jornalista José Moedas na chefia da Redacção, cargo de que chegara a pedir a demissão.

As dívidas do jornal à banca nacionalizada e à Caixa Geral de Depósitos atingiram cerca de 12 000 contos, encontrando-se neste momento em estudo o seu eventual congelamento. Por outro lado, para enfrentar as despesas correntes, o «Diário do Alentejo» tem uma promessa de subsídio da Secretaria de Estado da Comunicação Social.

O corpo redactorial, administrativo e tipográfico do jornal, é composto por cinquenta pessoas.

Diário do Alentejo

ANO XLV — N. 13 165 — Jornal regionalista independente — Quarta-feira, 17 de Novembro de 1976

Director: Henriques Pinheiro

UMA REALIDADE E UMA CERTEZA

GOVERNADOR CIVIL DE BEJA: REFORMA AGRÁRIA SERÁ CUMPRIDA

ELEIÇÕES: MUNICÍPIO DE BEJA DISPUTADO POR CINCO LISTAS

«DIÁRIO DO ALENTEJO»: QUE REGRESSO?

AQUI ESTAMOS

A primeira página do «Diário do Alentejo» de hoje, com a editorial «Uma Realidade e uma Certeza» explicativa do reaparecimento

Não há tanzanianos em Moçambique

MAPUTO, 17 — (Do nosso correspondente) — Rádio Moçambique desmentiu notícias propagadas pela Rádio Rodésia e Rádio África do Sul, baseadas em informações de algumas agências internacionais, segundo as quais dois batalhões tanzanianos se encontrariam em Moçambique.

Tais notícias foram consideradas como uma tentativa daqueles dois países de internacionalização do conflito conjugada com as constantes agressões rodesianas a território moçambicano.

«SOLIDARIEDADE DO PCP»

Entretanto, uma nota da SIP do PCP lembra que «tropas rodesianas do regime de Ian Smith lançaram nova agressão contra a República Popular de Moçambique, demonstrando, uma vez mais, que a existência de regimes fascistas constitui uma permanente ameaça para a paz, um constante foco de conflitos, de agressões e de guerra».

Acentua a nota que «a frequência dos actos de provocação e agressão contra a República Popular de Moçambique — com os quais o regime de Salisburia procura desviar as atenções do conflito que o opõe ao povo do Zimbabwé, constituem igualmente uma tentativa para criar dificuldades à triunfante revolução moçambicana».

SECOL
VÁ A
LONDRES
DE
26 a 29 NOV.
POR
4.300$00
Contacte-nos pelos telef. 324484 ou 369838
SECOL
Agência de Viagens
Rua do Arsenal 134

UMA ESPINGARDA POR COMPANHEIRA
(5 000 EM TRÊS MESES)

MANUEL GERALDO
O ATENTADO DE BEJA
«Agrários só conhecem violência como razão»
À VENDA NAS LIVRARIAS

MOÇÃO

1. Atendendo a que a utilização do art.º 20.º parágrafo 4.º dos nossos estatutos para marcação do referendo, nada tem a ver com este tipo de convocatória, sendo a matéria nele consignada no art.º 13.º parágrafo 3.º, por imposição do art.º 12.º — alínea c).

2. Atendendo a que o órgão máximo do sindicato é a Assembleia Geral e os corpos gerentes do n/sindicato não foram autorizados por esta a convocar qualquer referendo, seja de que tipo for.

3. Atendendo a que o mesmo autorizado e fundamentado qualquer referendo ou plesbicito deverá ser precedido de ampla discussão e esclarecimento democrático, o que não sucedeu.

4. Atendendo a que a Assembleia Geral de 14.10.76 não se concluiu, ficando nela aprovado um requerimento para a sua continuação (segundo afirmação pública dos Corpos Gerentes do n/Sindicato).

5. Atendendo a que um referendo convocado desta forma é ilegal e antidemocrático e nenhum sócio consciente pode elaborar com processos que foram abolidos em Abril de 1974.

6. Atendendo a que deliberar sobre a saída da Intersindical-Nacional é uma alteração ao Art.º 4 alínea j) e vai contra o espírito do art.º 5.º dos estatutos.

E afirmando que:

a). Em relação à aplicação do art.º 20.º dos estatutos é já afirmação dos Corpos Gerentes do n/Sindicato em considerarem a «CARTA ABERTA» uma central paralela, demonstrando assim claramente a sua intenção em dividir o movimento sindical.

b). E sua a clara intenção em anular as decisões das Assembleias Gerais como órgão máximo dos trabalhadores.

Os trabalhadores de escritório reunidos em Reunião Geral de sócios, no dia 16.11.76, no Salão Nobre do I.S.T. repudiam a acção antidemocrática dos seus Corpos Gerentes, e decidem:

1 - Não pactuar com a ilegalidade, a desonestidade, a falta de princípios e o divisionismo.

2 - Abstém-se de participar no referendo, por ilegal, anti-estatutário e antidemocrático, e incitam os 65.000 sócios do Sindicato a não participarem nesta «Assembleia-referendo» que, só procura enfraquecer a unidade dos trabalhadores.

3 - Que esta moção seja o mais amplamente possível, divulgada.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS, LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DO SUL

Rua do Conde Redondo, n.º 60, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º — LISBOA

COMUNICADO N.º 108

AVISO IMPORTANTE

PARALISAÇÕES

A luta contra a tentativa de despedimento dos camaradas dirigentes do nosso Sindicato, António Rosas do Secretariado da Intersindical e Manuel Lopes do Secretariado da Federação e membro da Comissão Negociadora do C.C.T. Único e Vertical, continua.

Ficou decidido em Plenário de delegados, no dia 13 de Novembro, paralisar uma hora como já o fizemos anteriormente, em todos os turnos nos dias 18, quinta-feira, e 25, quinta-feira.

A CIP (central única dos patrões) NÃO VENCERÁ!

A LUTA CONTINUA!

Pel'A DIRECÇÃO

CAMIONS DE ALUGUER
COMPRA-SE

Pequena e grande tonelagem — Pequeno e grande curso

Resposta escrita para: Rua St.º André, 39 BEJA

PUB

COOPERATIVA COBIPROAL SUPERMERCADOS — SELF-SERVICE

Informamos que brevemente surgirá o esforço de sua gestão.

Éramos 18 passamos a ser 50. Eis a gestão dos trabalhadores através da ocupação; na rua Luciano Cordeiro, 56 e 60, abriremos o que podemos também apelidar as nossas legítimas instalações.

Depois de uma longa luta contra os nossos exploradores e outras forças incluindo a actual Direcção do Sindicato do Comércio, mostraremos a todos os que duvidam dos trabalhadores, que terão de contar connosco, apesar de tudo, abriremos as nossas instalações para trabalhadores, e lá não terão lugar os que duvidam da sua força e Honestidade. Lá se poderão encontrar secções de Self-Service, Pronto a Comer e Supermercado com as suas respectivas secções.

Temos também serviço de casamentos e baptizados.

Seremos os trabalhadores ao serviço de trabalhadores; brevemente anunciaremos a sua inauguração. Até breve Camaradas Amigos e Companheiros.

Continuaremos sempre na rua Luciano Cordeiro 109, local da ocupação com justa causa.

Nacional

Um mendigo

DIAS DE MELO

. Não me queres dar uma esmolinha? Nem sequer dois mil e quinhentos? Pois não dês. Não te posso obrigar. Que me faziam jeito, lá isso é que faziam. Mas está bem. Fica assim.

Não deixo é que te vás embora sem mais nem menos. Quer queiras quer não queiras, com esmola ou sem esmola, tens que me ouvir. Que não? Que te safas? E o safas! Tenho-te aqui bem seguro pelas abas do casaco. Para te safares, tinhas que me deixar o casaco nas mãos. E tu, que nem me queres deixar dois mil e quinhentos...

Olhas para mim? Vai olhando. Não me metes medo. Sou um mendigo velho, quase no fim da vida. Porém ainda tenho gadanhos.

Estás seguro, seguríssimo, de que estas maselas nunca te virão a cair em cima. Pois olha que eu, se o não sabes fica-o sabendo, também nunca me passou pela cabeça que viesse a chegar a isto.

Não acreditas? E se eu te disser que me passaram já por estas mãos, que a terra há-de comer, rios de dinheiro? Julgavam-me rico. Não o terei sido tanto como diziam, mas fui — isso é que fui — muito mais que simplesmente remediado.

Tinha a minha família. Nunca lhe faltei com fosse o que fosse que lhe desse na gana cobiçar. Quando o meu rapaz quis um iate de recreio — logo lho comprei, num estaleiro belga, para ele passear por esses mares com os amigos — e com as amiguinhas... Tinha a minha casa cheia de tudo o que pode haver neste mundo de comodidades e fartura. Era só pedir por boca. Tínhamos dois automóveis, um para mim, outro com condutor fardado, para a minha mulher e os rapazes. Não dávamos um passo a pé de portas para fora. Quando a minha filha quis o seu automóvel exclusivamente para ela, foi só dizê-lo.

Nesse tempo, se qualquer mendigo me estendia a mão miserável e lamurienta, eu fechava os ouvidos às suas palavras, os olhos à sua imagem, e seguia adiante, com a minha indiferença e com o meu orgulho. O mesmo que tu fazes. Sabes como é.

Sentia uma espécie de nojo pelos mendigos. Ou não seria bem nojo... Talvez desprezo. Ou nem seria desprezo: seria antes qualquer coisa de semelhante ao ódio. Não sei. O que sei, é que não gostava dos mendigos.

Havia muitos por todos os lados. Como hoje. Como sempre. Havia-os cegos, aleijados, escorreitos, os que andavam de parceria, aos dois, aos três, os que nos atiravam ao focinho a choramingueira de crianças mirradinhas e piolhosas, os que tocavam instrumentos de cordas ou de sopro, os que cantavam, os que tocavam e cantavam, e, tocando e cantando, se nos dirigiam na linguagem da música a puxar ao sentimento funéreo, e havia os que, através de tudo, se mantinham dignos e verticais como príncipes, e os que rastejam indignos como os vermes...

Para mim, tudo a mesma súcia e a sua mendicidade um negócio indecente: o mais indecente de todos os negócios.

Ora, já que falei em negócios, diz-me uma coisa: nesta sociedade em que vivemos, conheces algum negócio que não seja indecente? Conheces? Tenho pensado muito nisto. Tu és homem de negócios. Deves ter uma palavra a proferir nesta matéria. Ou não tens?

Ou tens e não a queres dizer? Eu também fui homem de negócios — e de negócios chorudos. Nessa altura, não dispunha de tempo senão para pensar nos lucros que me vinham ao fim de cada transacção. Hoje, sinto que cada negócio que fazia era uma enxurrada de merda que me cobria e afogava dos pés aos cabelos.

Mas, voltando ao fio da meada, para mim, nesses tempos ainda não muito distantes, a mendicidade era, até, o único negócio indecente no meio de todos os negócios.

Já leste o «Deus lhe pague», de Joracy Camargo? Duvido. A leitura não é o teu forte nem o teu fraco. É mania dessa bicharada que a si mesma se dá o nome de intelectual. Uma corja de pobres diabos. O que podes é ter visto a sua representação. Não que te importes também com o teatro. O que é, é que sempre é de bom tom aparecer na estreia de uma peça de nomeada. É de bom tom — e pode proporcionar tuação de mendigo? — per-

oportunidades para bons negócios. Uma conversinha cá fora, nos intervalos...

O que se segue é que a peça de Joracy Camargo apresenta, como figura principal, um mendigo que, com a sua pedincha metodicamente planeada, amealhava quanto queria. Era riquíssimo e vivia num luxuoso palácio...

Eu não via, em nenhum mendigo, senão o mendigo de Joracy Camargo. Com a carteira bem recheada, afastava-os de mim e seguia o meu caminho.

Depois...

Como foi que chegaste à si-

guntarás.

Perfeitamente compreensível, legítima, a tua pergunta. É uma história comprida. Não ta conto. Chateava-te mais do que estou já a chatear-te. No fim, ficarias convencido de que não ouviras senão mais uma das muitas patranhas que os mendigos impingem a quem tenha a paciência de lhes dar trela. Disso, estás tu farto e mais que farto. Ou não estarás, que nunca nenhum mendigo teve a ousadia de te segurar pelas abas do casaco e obrigar-te a ouvi-lo, ali sossegadinho, sem tugir nem mugir.

Eu também não queria nunca ouvir as histórias dos mendigos, quando vivia no teu mundo. Mesmo sem falarem, já eu tinha a certeza de que me não diriam senão patranhas. Foi preciso que a roda da vida desandasse, me obrigasse a saltar a barreira e a vir tombar do lado de cá, no mundo dos mendigos.

Não te vou dizer que não há patranhas por aqui. Não te vou dizer que não temos profissionais altamente especializados que fazem disto um ofício dos mais rendosos que se possa imaginar.

O mendigo de Joracy Camargo não é invenção do seu extraordinário espírito de dramaturgo. Não. O mendigo de Joracy Camargo anda por aí, cruza-se contigo às portas das igrejas, às entradas dos cinemas, às esquinas das ruas, às saídas do metropolitano. Mas os outros também se cruzam contigo. Tu é que não sabes distinguir e medes tudo pela mesma rasolha. Não te censuro. Fazes o mesmo que eu fazia.

O que não sabes é o que pensam e dizem os mendigos, se passas por eles e não os ouves, e não os vês, e segues o teu caminho como se eles te não falassem e se te não espetassem pelos olhos dentro. Eu também não sabia. Hoje — sei. Sofro os penares que eles sofrem, vivo a vida que eles vivem, penso do modo que eles pensam. Rogo-te as pragas que eles te rogam — iguais àquelas que me rogavam quando não era do mundo deles.

Ai que se as pragas pegassem!... E não será que, por vezes, acabam mesmo por pegar? Eu fui o que fui — um dos do teu mundo — e vim a dar nisto...

Tu — já to disse — nem pela mais remota hipótese admites que tal te possa acontecer. Também eu o não admitia. Dirás que tens os teus seguros. Também eu os tive. E agora, sou o que estás a ver...

Conheces o ditado — «Ninguém diga deste pão não comerei e desta água não beberei»? O povo ainda é um grande mestre. A sua ciência da vida não engana ninguém. E, quanto às pragas, é ainda o povo que diz: «Nem crer, nem abusar»...

Já te estou a chatear em demasia. Leio-to nos olhos, que me dizem o que os meus te diriam, se as nossas posições se invertessem: mais uma patranha...

Tivesses-me dado os dois mil e quinhentos, estarias livre de me aturar e eu teria garantidos o jantar — uma carcaça com um copo de vinho — e a dormida.

Assim, se me não aparece outro de coração menos duro — e não aparece, com certeza, que isto já é muito tarde — ou janto — e durmo ao relento, ou durmo debaixo de umas telhas — e fico com a barriga a dar horas.

Não: não penses que vou dormir a uma dessas pensões graduadas por estrelas. Mas isso também não importa. O que importa é ter um buraco aonde enfiar os ossos durante a noite. Mas isto, por pior que seja, ainda custa dinheiro.

Estarás a ruminar: E a tua casa? E a tua família?

. A minha casa já não é minha. Se fosse, não a poderia manter.

Quanto à família... A minha mulher morreu: não aguentou a derrocada da nossa fortuna. Os filhos... deixaram de me conhecer, quando eu deixei de ter que lhes dar...

Não podes mais com este aranzel, bem no vejo. E bem vejo que não acreditas nem patavina do que estive para aqui a dizer-te. O que não percebo é como aguentaste tudo isto sem oferecer resistência. Remorso a roer-te a consciência?... Se o fosse, sempre te diria que eras melhor do que eu: eu, quando vivia no teu mundo, não havia forças humanas que me obrigassem a ouvir nem uma palavra de um mendigo e, no que respeita a remorsos, nem sabia o sabor que eles tinham. Bastava-me, como impõe o preceito, ir à missa todos os domingos, confessar-me e comungar pelo menos uma vez em cada ano — para ter a consciência tranquila.

E os dois mil e quinhentos? Pingam ou não pingam?

. Não?

Ah! Sim, enganei-me: és dos que se não comovem. És dos que não sabem o que seja o remorso. Como eu o fui...

Olha, vai bugiar e, digo-to do coração, que ainda te veja mais rasteiro do que a lama a pedir esmola a quem passa.

Garanto-te que, por maior que seja a tua riqueza e por mais forte que seja o teu poderia, tudo te pode acontecer... Tal qual me aconteceu a mim.

Gaspar da Silva embaixador no Sri-Lanka

O governo do Sri-Lanka concedeu o seu «agrément» à nomeação do dr. Luís Gaspar da Silva para o cargo de embaixador junto daquele país, segundo informa uma nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O dr. Gaspar da Silva é actualmente representante de Portugal junto da União Indiana, cargo que acumulará com o desempenho das suas novas funções.

Trabalho

RODOVIÁRIOS DE SETUBAL DENUNCIAM

Sindicatos travados por Tribunais de Trabalho

Os trabalhadores inscritos no Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Setúbal com processos pendentes nos Tribunais de Trabalho reuniram-se na sede respectiva e decidiram lançar um apelo «para que se façam reuniões semelhantes em todos os sindicatos e se realize depois um plenário a nível distrital para discutir as formas de luta a adoptar para resolver esta situação».

Esta tomada de posição é motivada pelo facto de os «Tribunais de Trabalho do nosso distrito não funcionarem a favor dos trabalhadores, não darem andamento aos processos», segundo denuncia aquele sindicato.

E aponta um exemplo: «Só no nosso sindicato há 21 processos desde 1974, 36 desde 1975 e neste ano deram entrada mais 36 até Setembro. Noutros sindicatos a situação é muitíssimo pior.»

. Interroga-se depois o comunicado: «Quando serão julgados estes processos? Quando os trabalhadores tiverem morrido de fome?» E mais à frente: «Esta situação é um escândalo, é um atentado contra os trabalhadores, pois quem se aproveita disto é o patronato para fazer todas as ilegalidades. A acção dos sindicatos fica travada pelo mau funcionamento dos Tribunais de Trabalho».

Trabalhadores da panificação aguardam portaria até dia 30

O plenário da Federação dos Sindicatos da Panificação decidiu ontem aguardar até ao próximo dia 30 a publicação da portaria de regulamentação de trabalho do sector. No caso de a publicação não se verificar dentro do referido prazo, os trabalhadores decidirão em assembleias distritais a nível nacional quais as formas de luta que adoptarão para defender os seus direitos.

A deliberação do plenário da Federação tornada pública em conferência de Imprensa realizada esta manhã, assentou nas posições tomadas pelos trabalhadores nas várias assembleias sindicais que se efectuaram no passado domingo, em todo o País. De facto, várias foram as assembleias que se pronunciaram pelo prazo até dia 30. Se entretanto a portaria for publicada e o seu conteúdo não for aceite pelos trabalhadores, estes reunirão do mesmo modo em assembleias sindicais para decidir as formas de luta. Da proposta de portaria apresentada pela comissão técnica do M.T., os trabalhadores não aceitam as tabelas salariais nem o horário livre, medida que anula uma conquista destes trabalhadores depois do 25 de Abril. O próprio Ministério do Trabalho se pronunciou já oficialmente sobre o estabelecimento do horário fixo.

Relativamente às formas de luta e ao carácter impopular que elas possam assumir, como aconteceu com a greve de Outubro, o Secretariado da Federação deixou bem claro na conferência desta manhã que quem decidirá serão os trabalhadores. No entanto, adiantou que se houver greve, e dado que as autoridades nada se preocuparam em defender os trabalhadores e os seus direitos, os trabalhadores ocuparão os seus postos de trabalho para evitar que o patronato ainda especule com a situação. Quanto à possível distribuição gratuita do pão, se assim for decidido, esta é possível mas só será viável com a colaboração do público e o estudo da legislação que lhe diz respeito. Entretanto os trabalhadores da Panificação encetaram com a conferência de Imprensa de hoje uma campanha de esclarecimento público sobre a sua posição. «Não queremos deixar o povo sem pão, mas temos que lutar pelos nossos direitos, já que vivemos com ordenados de miséria». Comunicados e noticiário se seguirão ao esclarecimento desta manhã.

"ILEGAL E ANTIDEMOCRÁTICO"

Trabalhadores propõem abstenção no referendo dos Escritórios

Iniciar o processo de convocação de uma assembleia geral destinada a analisar a actuação da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório foi uma das deliberações de uma reunião realizada ontem à noite nas instalações do Instituto Superior Técnico, na qual para cima de dois mil associados daquele Sindicato decidiram não comparecer e propõem à classe que se abstenha no referendo convocado pela contestada Direcção e marcado para amanhã das 8 às 24 horas. A moção aprovada a este respeito considera que o referendo é ilegal e antidemocrático, já que viola os estatutos do Sindicato em diversos artigos e classifica-o de divisionista.

A reunião de ontem foi convocada pelos subscritores de um requerimento para a realização de uma assembleia geral que daria continuidade aos trabalhos daquela outra que decorreu no Pavilhão dos Desportos, em 14 de Outubro e terminou com o abandono dos elementos da Direcção. O grupo subscritor considerou que a referida assembleia geral não terminou estatutariamente, além de que teria havido viciação dos resultados das votações efectuadas.

Aquilo que está em causa neste conflito aberto com a Direcção é o comprometimento desta com a linha da «Carta Aberta», sem prévia e alargada consulta à classe, e sem respeito pelos estatutos. Foram, aliás, de repúdio pela «Carta Aberta», de um modo geral, as intervenções registadas na reunião de ontem. Nomeadamente, foi denunciado o desvio de cerca de mil e trezentos contos para propaganda dos princípios da «Carta», ao passo que o projecto de regulamento do Congresso de Todos os Sindicatos nem sequer foi distribuido pela classe.

Carta Aberta diminuída volta a reunir em Coimbra

O núcleo de direcções sindicais promotor da «Carta Aberta» voltou ontem a dar sinais de vida, depois de um período de silêncio que coincidiu com um vasto movimento de contestação das suas posições na esmagadora maioria dos sindicatos cujos corpos gerentes lhe eram afectos.

No decurso de uma conferência de Imprensa, realizada nas instalações da Duque de Loulé do Sindicato dos Escritórios de Lisboa, representantes das direcções dos Bancários do Sul e Ilhas, dos Escritórios de Lisboa e do Porto, e dos Escritórios e Caixeiros de Faro anunciaram novo plenário da «Carta Aberta», a realizar em Coimbra nos dias 27 e 28 do corrente mês. Segundo se disse, a reunião destina-se a fazer a análise global da situação no Movimento Sindical, particularmente no que respeita à criação da Comissão Nacional Organizadora do Congresso de todos os Sindicatos, e definir linhas de actuação imediata por parte daquele grupo.

Os dirigentes presentes, com destaque para Vítor Gonçalves, dos Bancários do Sul, insistiram no princípio de que a «cisão» do Movimento sindical português «está formalizada» desde o início dos trabalhos preparatórios do Congresso de Todos os Sindicatos, em 4 de Setembro, nos quais se têm recusado a participar.

Culparam pela situação existente, que consideram de ruptura, o secretariado da Intersindical, que identificaram sistematicamente com a própria central sindical, com a C.N.O.C., com a extinta C.N.O.P., e com o Partido Comunista. Pelo seu lado, rejeitaram qualquer identificação da «Carta Aberta» com o PS ou o P.P.D./P.S.D. Insistiram, assim, na partidarização do problema, que é de âmbito sindical.

O grupo de dirigentes presente voltou a negar qualquer intenção de defender o pluralismo sindical ou de criar outra central sindical, embora se recuse a reconhecer a Intersindical, cuja reestruturação está em curso, como uma confederação geral «autónoma, democrática e independente».

No período de perguntas e respostas os conferencistas furtaram-se, no entanto, a algumas questões colocadas, nomeadamente quanto às verdadeiras razões que impedem o grupo da «Carta Aberta» de participar na reparação do Congresso de Todos os Sindicatos, aberta a todos os sindicatos, sem excepção e em pé de igualdade.

O núcleo da «Carta Aberta» encontra-se consideravelmente reduzido, depois de assembleias gerais e de delegados sindicais realizadas nos sindicatos cujas direcções lhe eram afectas terem decidido desvincular-se do grupo e juntar-se aos trabalhos de preparação do Congresso. Entre essas direcções conta-se a do Sindicato dos Motoristas do Porto, que fazia parte da própria comissão de redacção da «Carta Aberta».

DIRECÇÃO DE «CARTA ABERTA» EXONERA DELEGADO

A direcção do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares dos distritos de Aveiro, Viseu e Guarda, afecta à chamada «Carta Aberta», exonerou o delegado sindical da «Fábrica de Porcelana da Vista Alegre», de Ílhavo, Carlos Alberto Lopes.

A Direcção comunicou aos sócios a exoneração do referido delegado, reagindo a um documento em que delegados sindicais a acusavam de irregularidades. Os operários da Vista Alegre, protestando contra a atitude dos dirigentes sindicais, divulgaram um abaixo-assinado, em que se declaram solidários com o delegado afastado compulsivamente das suas actividades.

No documento de denúncia das irregularidades da direcção, a Comissão Sindical da Vista Alegre e os delegados sindicais da Companhia Internacional de Cerâmica afirmam que os dirigentes não cumprem o programa a que se comprometeram e só reúnem com os delegados quando estes fazem pressão nesses sentidos. Por outro lado, afirmam que um dirigente partidário que não pertence à classe se reúne frequentemente com a direcção, controlando-a.

Os signatários exigem que a direcção diga com quem está e como está, enquanto denunciam o facto de o Sindicato ainda não ter convocado uma assembleia para se discutir o Congresso de Todos os Sindicatos, mantendo-se ligada à Carta Aberta, já repudiada pela maioria dos sindicatos portugueses.

Reintegrado dignitário fascista do ex-Ministério das Corporações

Um ex-deputado da A. N. P. e alto dignitário das estruturas corporativas do fascismo, dr. Fernando Cid Proença, acaba de ser reintegrado na Função Pública por determinação da Comissão de Análise de Recursos Saneamento e Reclassificação, organismo dependente do Conselho da Revolução por intermédio do major Canto e Castro.

Por despacho agora publicado no «Diário da República» foi anulada a pena de aposentação compulsiva aplicada àquele dirigente da ordem corporativo-fascista. Esta pena foi substituída por suspensão sem vencimentos durante quinze meses, a partir de Maio de 75. O dr. Cid Proença, que foi director-geral do Trabalho, encontra-se, assim, reintegrado desde o passado mês de Agosto.

Do «curriculum» de Cid Proença, salientamos: nasceu em Viseu há 64 anos, licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, pertenceu à Assembleia Nacional fascista como deputado da A. N. P. (tendo desempenhado a função de primeiro-secretário da Mesa), e exerceu numerosos cargos no aparelho de Estado salazarista (subdelegado do I. N. T. P., subdelegado e subinspector do Trabalho no Porto, inspector dos organismos corporativos, inspector-chefe da Direcção-Geral do Trabalho e Corporações do extinto Ministério das Corporações, director da F. N. A. T., vice-presidente da Junta Central das Casas do Povo, etc.).

O nome do major Canto e Castro, elemento do C. R. responsável pela Comissão de Saneamento, tem estado bastante em foco nos últimos dias, devido a insistentes notícias sobre contactos extra-oficiais que teria mantido em Bruxelas com Holden Roberto, dirigente da F. N. L. A. (movimento imperialista expulso de Angola).

T.L.P. PARARAM DUAS HORAS

Governo reafirma decisão de não ceder à greve

Trabalhadores dos T.L.P. da zona de Lisboa fizeram esta manhã uma paralisação de duas horas no início dos turnos, continuando deste modo a greve progressiva que ontem tinham iniciado com uma adesão média de 75 por cento. Esta greve progressiva foi determinada tendo em vista a revogação do Decreto-Lei 784/75 que determina a integração das Caixas de Previdência de empresas na Caixa Nacional de Pensões.

Sobre esta greve, considerada no Conselho de Ministros de ontem como «ilegal, injusta e inconstitucional» reafirmando a intenção de não revogar o decreto em causa, debruçou-se o secretário de Estado do Trabalho, que assinalou a existência de algumas confusões.

Referindo os problemas levantados, recordou que «constituem heranças do corporativismo, da estrutura da Previdência que tínhamos e as pessoas ainda não se mentalizaram que a segurança social tem de ser um todo integrado ao nível da responsabilidade do Estado, para satisfazer todos os cidadãos e não haver uns mais beneficiados do que outros».

Sobre a adesão à greve, assinalava o comunicado do Conselho de Ministros que tinha sido informado de «que no dia de hoje ela não obteve adesão da grande maioria dos trabalhadores e de que não se verificaram perturbações significativas no serviço telefónico».

Entretanto, de acordo com a informação da C.T. dos T.L.P. sobre a adesão à greve, ela teria sido de 100 por cento na Avenida de Ceuta. Carcavelos, Montijo, Palhais, Estoril, Estrela (parte técnica), Campo Pequeno e Tojal. No Castelo e no Cacém as adesões rondariam 61 e 80 por cento, respectivamente, enquanto na Rua Andrade Corvo era de 50 por cento, uma vez que houve sectores que não aderiram.

Os trabalhadores dos T.L.P. do Porto disseram «não» à greve, na sequência duma reunião de sindicatos, em que se decidiu inclusivamente rejeitar a solidariedade com a greve da capital. Para debate da situação realiza-se hoje novo plenário, nas instalações da Faculdade de Engenharia.

A greve progressiva deverá continuar, de qualquer modo, amanhã, até se atingir a paralisação total na segunda-feira, dia 22. Isto perante a afirmação da parte do Governo de que, sejam quais forem as circunstâncias não revogará o 784/75. Armando Bacelar, ministro dos Assuntos Sociais declarou ontem, à entrada do Conselho de Ministros: «As consequências são aquelas que os trabalhadores quiserem».

FUNÇÃO PUBLICA

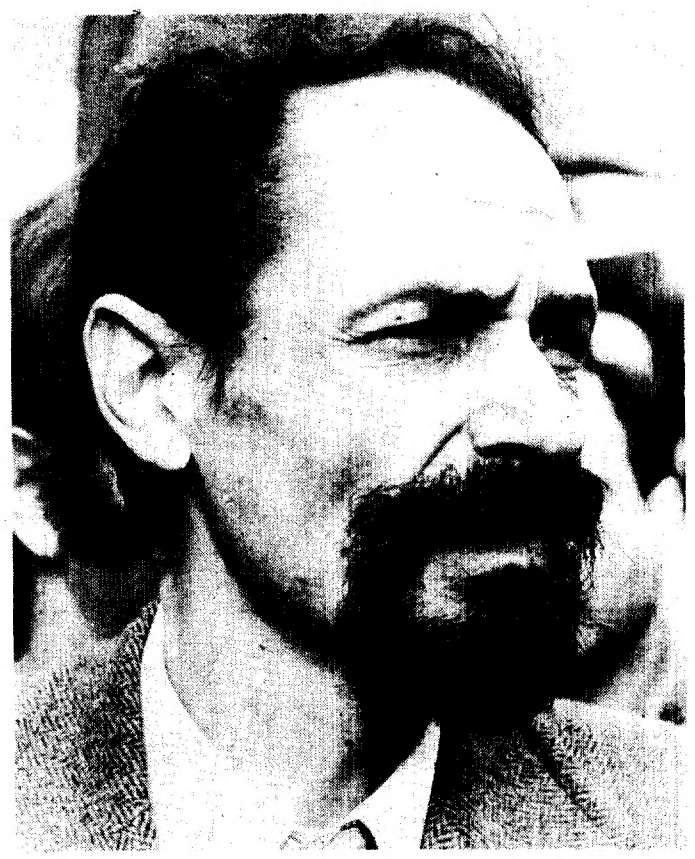
Dirigentes sindicais têm direito a dispensa

Um despacho do Ministro dos Assuntos Sociais, Armando Bacelar, e publicado hoje no «Diário da República», II Série, concede aos «membros das direcções de associações sindicais representantivas de trabalhadores da função pública, registadas ao abrigo da resolução do Conselho de Ministros datado de 9 de Junho último», dispensa de serviço para desempenho das suas funções.

Deste modo e de acordo com o despacho, cada membro da direcção «beneficia do crédito de quatro dias por mês, mantendo o direito à remuneração», para exercício das suas funções. As restantes dispensas, comunicadas com um dia de antecedência pelas direcções respectivas, «são equiparadas a faltas justificadas e contam, para todos os efeitos, menos o da remuneração, como tempo de serviço efectivo».

Este regime é extensivo «aos membros das comissões directivas ou equiparadas das associações sindicais de trabalhadores da função pública que, estando já registada, não tenham procedido a eleições para os respectivos corpos directivos».

Nacional



Lopes Cardoso: «O objectivo da direita não é contestar a constitucionalidade da Reforma Agrária, mas a própria Reforma Agrária, porque através dela foram atingidos os privilégios de uma classe dominante.»

LOPES CARDOSO EM DECLARAÇÕES AO NOSSO

É PRECISO ARR PARA A SEGUN DA REFORMA A

Dias antes de Lopes Cardoso se haver demitido da pasta da Agricultura tivemos ocasião de falar longamente com aquele que era então o membro do Governo mais em foco, nomeadamente em virtude da sua determinação em prossequir com a Reforma Agrária, apesar da contestação activa, e crescente, da CAP e dos partidos e Imprensa da direita — e não só.

O objecto do diálogo que então mantivemos com Lopes Cardoso andou à volta de uma questão de primeira importância, ou seja: como concretizar, na globalidade, a Reforma Agrária?

A Reforma Agrária tem sido de certo modo identificada, ou reduzida, à alteração das relações de propriedade, das relações de produção, e da estrutura fundiária. Isto talvez pelas próprias características de que se revestiu o processo de arrancada da Reforma Agrária no nosso País.

Com efeito, o processo da Reforma Agrária não foi decidido e desencadeado por nenhum dos vários Governos Provisórios que conhecemos após o 25 de Abril de 1974, mas por iniciativa exclusiva dos trabalhadores rurais, por vezes apoiados por pequenos e até médios agricultores, como resultado da inexistência de uma qualquer política agrária consequente e do boicote dos latifundiários.

As ocupações de terras, independentemente dos «erros» cometidos, revestiram-se assim de um carácter decisivo na concretização da primeira fase da Reforma Agrária, que implica sempre e necessariamente alterações de ordem fundiária, a expropriação dos latifúndios e a entrega da terra a quem a trabalha.

No entanto, se esta fase da Reforma Agrária tem um carácter decisivo, já que não existe Reforma Agrária se não se produz uma alteração fundamental nas estruturas fundiárias e nas relações de produção, não é menos verdade, contudo, que se essas alterações não forem seguidas, a curto prazo, por profundas transformações no domínio dos circuitos de comercialização, do crédito agrícola das técnicas de exploração dos solos, do melhoramento dos terrenos, da selecção das culturas e do planeamento destas em função não só dos terrenos como das necessidades do País, o êxito da primeira fase da Reforma Agrária não bastará para, num prazo mais ou menos curto, salvar a Reforma Agrária de um fracasso.

Podemos dizer, pois, que, nesta perspectiva, o aspecto que começa a ser decisivo, hoje, em Portugal, é o que acabamos de referir, quer dizer: o êxito ou o fracasso da Reforma Agrária não depende já apenas do cumprimento integral das expropriações, se bem que a continuação destas no quadro da lei da Reforma Agrária seja necessário, mas sobretudo daquelas transformações profundas que é indispensável levar a cabo ou melhor: da brevidade com que, desta vez a nível do Governo, se desencadear a segunda fase da Reforma Agrária.

Ora é importante sublinhar que Lopes Cardoso estava perfeitamente consciente do que está neste momento em jogo no campo da Reforma Agrária, e se encontrava mesmo disposto a arrancar com a segunda fase da Reforma Agrária.

O QUE DÁ SENTIDO À REFORMA AGRÁRIA

«É evidente — dizia-nos, então, Lopes Cardoso — que a Reforma Agrária não se fez para alterar apenas as relações de propriedade, as relações de produção, mantendo-se os esquemas tradicionais de aproveitamento do solo na zona de intervenção da Reforma Agrária, — aproveitamento do solo que, de resto, era condicionado, em grande parte, pela própria estrutura fundiária que existia nessa zona.

«Há uma segunda fase da Reforma Agrária que consiste — para além das alterações estruturais, que são aquilo que dá sentido à Reforma Agrária, que distingue a Reforma Agrária de um mero plano de desenvolvimento agrícola — na alteração da forma de aproveitamento das terras, alteração que será facilitada pelas próprias alterações estruturais.

«Esta é a segunda fase da Reforma Agrária, a fase que agora teremos que levar a cabo. Mas isto pressupõe, em primeiro lugar, a organização, de forma clara, das novas unidades de produção, quer dizer, das unidades de produção criadas pelo processo da Reforma Agrária. Daí o interesse do Governo em, a muito curto prazo, propor à Assembleia da República aquilo a que nós chamamos o estatuto das unidades de produção, estatuto que definirá as regras de organização e de funcionamento a que devem obedecer essas novas unidades de produção.

«Depois disso, a transformação das formas de aproveitamento passa por um planeamento da utilização do solo, dos recursos naturais (o aproveitamento dos solos está evidentemente condicionado por factores de ordem ecológica), por um planeamento portanto das potencialidades desses recursos. Trata-se, como é evidente, de um planeamento definido por factores de ordem social e por factores de ordem económica, já que nos interessa do ponto de vista económico produzir o que do ponto de vista social importa mais para garantir uma melhor utilização da mão-de-obra e uma maior produtividade do trabalho.

«Finalmente, esse planeamento será definido pela capacidade financeira, ou seja, pela nossa capacidade de apoio financeiro às novas unidades de produção, de forma a que possam ser realizados os investimentos sem os quais não há transformação possível no modo de aproveitamento dos solos, e, simultaneamente, e este é talvez o aspecto mais difícil, sem o qual não há um apoio técnico a essas unidades, nem possibilidade de promoção profissional e cultural dos trabalhadores, de modo a que estes possam adaptar-se às novas formas de aproveitamento dos solos. Porque não é para admirar, e isto eu sublinho-o que os trabalhadores, ao assumirem a direcção das suas novas unidades de produção tenham continuado a fazer aquilo que era tradicional fazer. Não se poderia esperar deles mais do que isso, mas é óbvio que já foi notável que eles tivessem sido capazes de o fazer com capacidade e com um mínimo de eficiência, como os factos comprovam.

«Por tudo isto é que aquilo a que eu também chamaria a segunda fase da Reforma Agrária, a fase de desenvolvimento da agricultura decorrente do processo de Reforma Agrária, é necessariamente uma fase mais difícil e de efeitos mais lentos».

REORGANIZAR O MINISTÉRIO

Os problemas relacionados com o crédito agrícola, o apoio técnico à agricultura e os circuitos de comercialização, são alguns dos problemas de cuja resolução depende não só o desenvolvimento da agricultura portuguesa, como, ainda, a elevação do nível de vida de quantos trabalham na agricultura. Por isso perguntamos a Lopes Cardoso o que é que, no quadro do Ministério da Agricultura, se pensava então fazer para enfrentar e ultrapassar esses problemas.

Lopes Cardoso disse-nos que a primeira coisa que estava prevista era a reorganização do próprio Ministério da Agricultura, já que «nada de efectivo poderá ser feito sem que este Ministério disponha dos instrumentos necessários para levar a cabo o seu trabalho».

Com esse objectivo, Lopes Cardoso declarou-nos que estava já em circulação, aguardando portanto o parecer dos dois Ministérios mais directamente interessados, que são os Ministérios das Finanças e da Administração Interna, um projecto de lei orgânica que reestrutura e reorganiza os serviços daquele Ministério. De resto, sublinhou Lopes Cardoso, «eu penso que esse decreto venha a ser promulgado a curto prazo, que é indispensável que seja promulgado a curto prazo, porque nós não dispomos de instrumentos necessários para actuar».

A reestruturação e reorganização do Ministério da Agricultura eram assim, postas como uma necessidade a muito curto prazo, não só porque o Ministério da Agricultura não dispunha dos instrumentos, das estruturas que lhe permitissem intervir, como se tornava urgente criar, como nos declarou Lopes Cardoso, «aquilo que não existe nem nunca existiu neste País, ou seja: um serviço eficaz de extensão rural, um serviço que permita levar ao agricultor a assistência técnica de que ele carece, e que seja igualmente um veículo de divulgação de conhecimentos».

«E creio que, neste aspecto — dir-nos-ia ainda Lopes Cardoso —, há muita coisa a fazer, e até coisas relativamente simples, mas suficientemente importantes para darem resultados práticos consideráveis. Trata-se, de facto, de levar até junto do agricultor os conhecimentos de que ele não dispõe, nem poderia dispor».

CRÉDITO AGRÍCOLA

A questão do crédito agrícola é uma questão-chave na batalha pela Reforma Agrária e pelo desenvolvimento da agricultura portuguesa. Sem a resolução deste problema nas melhores condições para as unidades colectivas de produção e para os pequenos e médios agricultores, aquela batalha não poderá ser ganha. A experiência do nosso passado recente está aí para o demonstrar — se tal ainda fosse necessário.

«Depois do 25 de Abril — disse-nos Lopes Cardoso — criaram-se novas condições de crédito que beneficiaram os agricultores, mas não se conseguiu pôr de pé nenhum esquema bem estruturado de crédito à agricultura. Também no quadro da organização deste Ministério, e em colaboração com o Ministério das Finanças, nós julgamos poder vir a montar, a curto prazo, um sistema de crédito à agricultura que altere a situação actual e permita levar aos agricultores os créditos de que eles carecem».

O projecto de revisão do sistema de crédito de emergência em vigor estava já, de resto, concluído, quando falámos com Lopes Cardoso. Esse projecto previa, nomeadamente:

— a criação de um sistema de revisão dos créditos concedidos ao abrigo do Crédito Agrícola de Emergência, de modo a determinar-se a parte desse crédito aplicada em investimentos, o que permitiria transformar o crédito de emergência correspondente a esses investimentos em crédito a médio prazo; e

— uma alteração importante no critério de concessão de crédito para salários. O Crédito de Emergência para salários seria substituído por um crédito para fundo de maneio calculado não na base das folhas de pagamento mas fixando-se **máximos** de acordo com o que se entendesse serem as necessidades reais de mão-de-obra da unidade de produção, de modo a evitar que aquele crédito se transformasse numa forma de crédito de subsídio ao desemprego.

ACABAR COM OS INTERMEDIÁRIOS

Os circuitos de comercialização continuam, como antes do 25 deAbril, controlados em grande parte pelos intermediários que, comprando aos agricultores a preços baixos vendendo-os aos consumidores muito mais caros, enriquecem cada vez mais empobrecendo o País. Na mente de Lopes Cardoso, existia o projecto de acabar com a «praga dos intermediários».

«Há todo um esforço a desenvolver — disse-nos Lopes Cardoso — no sentido de se reestruturar os circuitos de comercialização, de modo a acabar com a praga dos intermediários que sobrecarregam o consumidor e exploram o agricultor».

Esse esforço já começou, «mas só há muito pouco tempo é que se conseguiu trabalhar no Ministério da Agricultura de uma forma mais directa, porque só com a constituição do I Governo constitucional é que se criou no âmbito deste Ministério um departamento que tem competência justamente nessa matéria, departamento esse que é a Secretaria de Estado do Comércio e das Indústrias Agrícolas».

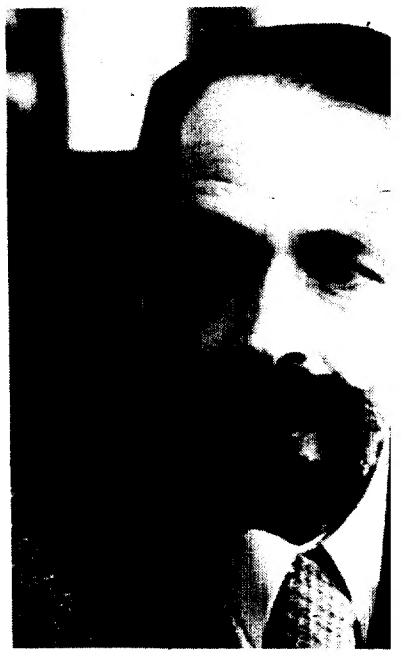
«Nesse sentido, agora que dispomos de outros meios de trabalho, estamos a desenvolver esforços para que se procure alterar, através do fomento do associativismo dos próprios agricultores, e do fomento de cooperativas de comercialização, os circuitos que existem e, simultaneamente, procurar pôr de pé uma política de preços agrícolas coerente».

GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO

Os problemas levantados pela gestão das unidades colectivas de produção, e do papel dos sindicatos agrícolas, tem sido objecto de larga polémica, nem toda, naturalmente, de boas intenções.

Quando a Imprensa e as forças da direita e do capital especulam sobre algumas realidades negativas existentes neste domínio, não o fazem, obviamente, para que seja assegurada uma gestão democrática em todas as unidades colectivas de produção, mas para liquidar essas mesmas unidades e a própria organização dos trabalhadores.

Mas é também verdade que aquele problema existe, e de diversos quadrantes da esquerda se têm levantado dúvidas e críticas quanto ao carácter democrático da gestão em algumas unidades de produção, e, ainda, quanto ao papel dos sindicatos agrícolas em tanto que gestores.



Lopes Cardoso: «As unidades de p mente geridas pelos trabalhadores aquela que e exercida pelo colect direito de cada um dos trabalhadores da exploração, de acordo com a qua do trabalho produzido e com as suas

Como quer que seja, numa perspectiva socialista não se pode analisar esta questão fora do contexto político, social e económico em que se procedeu a arrancada para a primeira fase da Reforma Agrária. Neste sentido, o problema deve ser visto, quanto a nós, na perspectiva do futuro, as novas relações de produção que devem ser instituídas com a participação activa, e determinante, dos próprios trabalhadores agrícolas, permanecendo os sindicatos na sua função específica de defensores dos interessesdos trabalhadores, e não apenas ou fundamentalmente em tanto que pretexto para lutas estritamente partidárias pelo controlo dos trabalhadores.

É também óbvio que um Governo de esquerda não se pode alhear desta questão, e por isso a intenção do Ministério da Agricultura, da responsabilidade de Lopes Cardoso, era intervir para procurar corrigir o que há a corrigir, criando condições que assegurem uma gestão democrática das unidades colectivas de produção.

JORNAL

RANCAR DA FASE GRÁRIA

a isso, Lopes Cardoso pre-ara um estatuto básico das dades de produção agrícola ogeridas».

«Nas suas grandes linhas — zia-nos Lopes Cardoso — o e nós queremos é que se e um estatuto que assegure gestão democrática dessas idades de produção. Esse tatuto aponta para duas li-as fundamentais: uma linha operativista e uma linha tuto-stionária, de forma que se ranta efectivamente que as vas unidades de produção

rodução devem ser efectiva-. A gestão democrática, é ivo dos trabalhadores; é o participarem nos resultados ntidade, natureza e qualidade necessidades pessoais».

ejam geridas pelos trabalha-ores, e não tuteladas nem pe-s sindicatos — nós entende-os que não é essa a missão ue têm a desempenhar —, em pelo Estado. A nossa po-ção é a de recusar, e apenas dmitir como excepção, as uni-des de produção estatais na gricultura; e de recursarmos mbém gestão das unidades e produção directa ou indirec-mente pelas organizações de lasse dos trabalhadores, quer izer pelos sindicatos, cuja issão, como já disse, não é ssa; nós defendemos que as nidades de produção devem er efectivamente geridas pe-s trabalhadores».

OLIDARIEDADE COOPERAÇÃO

Este é um dos objectivos es-enciais do estatuto básico das nidades de produção agríco-s autogeridas elaborado por opes Cardoso: assegurar a estão democrática pelos tra-alhadores agrícolas que pose-m ou «pretendam pôr em co-um a sua actividade com o bjectivo de erguerem uma em-resa agrícola, fundada em ter-e meios de produção a en-tregar em posse útil pelo Estado, de acordo com o disposto no Art.º 97.º-2 da Constituição da República Portuguesa, gerida pelo colectivo dos trabalhadores, com o fim da distribuição dos benefícios da exploração pela colectividade e pelos trabalhadores associados, em função da quantidade, natureza e qualidade do trabalho produzido e da necessidade de cada um».

A gestão democrática, diz Lopes Cardoso, é aquela que é exercida pelo colectivo dos trabalhadores de cada unidade de produção agrícola autogerida, «é o direito inalienável e estritamente pessoal de qualquer dos trabalhadores associados ter acesso aos cargos dos órgãos sociais da unidade de produção agrícola autogerida; o direito de cada um dos trabalhadores associados em participarem nos resultados da exploração, de acordo com a quantidade, natureza e qualidade do trabalho produzido e com as suas necessidades pessoais; o dever de lealdade e cooperação de cada um dos trabalhadores em relação à unidade de produção agrícola autogerida e a cada um dos associados; é o dever do cumprimento pontual e eficiente das obrigações laborais que a cada um incumbe; é a obrigação de zelar diligentemente pelos bens afectados à realização dos fins da unidadede produção agrícola autogerida».

POLÍTICA DE PREÇOS

Relativamente ao problema dos preços agrícolas, ou à política de preços, também Lopes Cardoso pensava poder modificar a situação presente, altamente negativa para os pequenos e médios agricultores e para as unidades de produção, «se bem que, como já tive ocasião de afirmar — declarou-nos sobre o assunto Lopes Cardoso —, uma política de preços dos produtos agrícolas coerente, que beneficie realmente o agricultor, não possa funcionar de maneira nenhuma desligada da reestruturação dos circuitos de comercialização.

«Nesse sentido, se não se simplificarem os circuitos de comercialização e não se dotar o Estado de uma capacidade real de intervenção nesses circuitos de comercialização, a tradução prática de uma política de preços no domínio do sector agrícola será extremamente limitada, e muitas vezes puramente platónica».

TRABALHOS EM CURSO

Sobre a actuação deste Ministério, como de outros, ouve-se dizer, por vezes, que não se passa frequentemente das intenções, porventura boas intenções, concretizando-se bastante menos. Nesse sentido, procuramos averiguar o que de facto estaria a ser levado a cabo no âmbito do Ministério da Agricultura, tendo-nos Lopes Cardoso dito que independentemente das intenções, e dos projectos em vias de se concretizarem, se estava a desenvolver toda uma série de trabalhos.

Estamos a realizar uma política de fomento hidroagrícola, quer através da criação de novas zonas regadas, quer do melhor aproveitamento dos perímetros de rega que já existiam. Estamos a trabalhar nesse sentido. Mas não só. Estamos igualmente a trabalhar nomeadamente no Sul, no perímetro de Mira, a fim de tornarmos minimamente rentáveis as obras que foram feitas naquela área.

«O perímetro de Mira estende-se por uma área de 12 000 ha., mas só são aproveitados neste momento 300 ha em regadio.

«Estamos também a fazer estudos na Lezíria, conducentes à recuperação de muitas terras que têm que ser recuperadas, dado que esses terrenos têm sido sujeitos a um processo de salgamento progressivo; são terrenos que se estão a perder para a agricultura.

«Trabalhamos igualmente em novos projectos de regadio em áreas junto do Mondego, de tal maneira que quando o projecto estiver concluído se terão criado condições do ponto de vista agrícola, e neste caso nomeadamente as condições de estrutura necessárias a um aproveitamento rentável da obra.

«Prosseguimos simultaneamente os trabalhos que temos vindo a desenvolver no domínio do fomento de novas culturas, algumas das quais são já do conhecimento público — é o caso do tabaco, onde já se avançou um bom pedaço no último ano; é o caso da beterraba, havendo já sido tomada a decisão de construir a primeira unidade beterrabeira; foi também criada a estrutura mínima neste Ministério para a cultura da beterraba, que é o Gabinete de Apoio ao Fomento da Cultura da Beterraba, e prevemos que ainda este ano se faça esta cultura, obviamente a título exemplificativo, numa área de 400 a 500 ha, na zona de influência da fábrica, que se localizará no Vale do Sorraia.

«Paralelamente, estamos a desenvolver estudos relativos à cultura do algodão, devendo também avançar-se proximamente neste domínio».

No quadro da Reforma Agrária, disse-nos ainda Lopes Cardoso — foi efectuado um levantamento dos seareiros existentes nos perímetros de rega nacionalizados, com vista a atribuição de terras, atribuição que começou a ser efectuada ainda antes da demissão de Lopes Cardoso.

«Ao mesmo tempo, foram já desbloqueados os créditos necessários para dar satisfação aos pedidos acumulados no IRA (alguns que datavam de há mais de dois anos e não tinham sido satisfeitos por falta de dotação) e começaram a ser concedidos a ritmo que gostaríamos de ver acelerado».

Sem pretendermos de maneira nenhuma fazer uma lista exaustiva das medidas em curso ou dos projectos em vias de concretização, referimos ainda o apoio, através do crédito, que o Ministério da Agricultura pretendia dar às adegas cooperativas, «no sentido de aumentar a capacidade de armazenamento dessas adegas, em especial às das regiões do Dão e do Douro. Nesse sentido, disse-nos Lopes Cardoso, estava pendente uma proposta do Ministério da Agricultura e Pescas no Conselho de Ministros concedendo créditos de algumas dezenas de milhares de contos.

Importa referir finalmente, que aquando da nossa entrevista com Lopes Cardoso prosseguia, como é do conhecimento público, o processo de devolução das terras não abrangidas pela Lei da Reforma Agrária, num clima de grande compreensão por parte dos trabalhadores e sem que se tivessem verificado quaisquer incidentes.

Simultaneamente, preparava-se o plano das expropriações ainda por realizar, de acordo com aquela lei.

Na Assembleia da República, como fora dela, os CIP's e as CAP's, através do CDS e do PPD/PSD redobram os seus ataques contras as conquistas alcançadas pelas massas trabalhadoras da cidade e do campo após o 25 de Abril de 1974. A Reforma Agrária, obviamente, é um dos seus objectivos e o objectivo daquelas forças na Assembleia da República não é contestar a constitucionalidade da Reforma Agrária, dos Decretos, n.ºs 406/A/75 e 407/A/75, mas sim, como declarou há dias atrás Lopes Cardoso naquela Assembleia, a própria Reforma Agrária, «porque através dela foram atingidos os privilégios de uma classe dominante».

Lopes Cardoso: «Reforma Agrária não se fez para alterar apenas as relações de propriedade, mantendo-se os esquemas tradicionais de aproveitamento do solo.»

J. CÂNDIDO DE AZEVEDO

PUB

AOS TRABALHADORES BENEFICIÁRIOS

DAS CAIXAS DE PREVIDÊNCIA DE EMPRESA E ACTIVIDADE

DECRETO-LEI N.º 784/75

1. Desde há largos meses que os trabalhadores beneficiários das Caixas de Empresa e Actividade travam uma luta contra o Decreto-Lei n.º 784/75 por este, ser efectivamente prejudicial aos seus mais que legítimos direitos, já que, como largamente tem sido divulgada em comunicados aos trabalhadores e nos órgãos de Informação, este decreto a ser publicado traria graves consequências, por não existirem condições objectivas para a sua aplicação.

2. No sentido de activar esta luta foi eleita uma Comissão Mista Provisória (C. T.s e Sindicatos) em plenário realizado para o efeito, a qual tem vindo a desenvolver todo um trabalho que é do conhecimento geral, nomeadamente a entrevista com o ministro dos Assuntos Sociais, onde lhe foi garantida a aplicação da alínea e) da nota oficiosa do M.A.S., datada de 14/9/76, minimamente regulamentada através do despacho de 29/9/76, da Secretaria de Estado da Segurança Social, que embora não satisfaça totalmente os motivos da contestação do Decreto-Lei 784/75, poderá ser aceite desde que clarificadas as formas de pôr em execução o referido despacho.

3. Em face do exposto e no intuito de esclarecer e não dar cobertura a manobras divisionistas no seio dos trabalhadores, o que pode interessar a alguns sectores, vem esta Comissão informar que não esteve presente num pseudoplenário inter empresas, realizado em 4/11/76, no Pavilhão dos Desportos, pelas 18 horas, para onde abusivamente foram convocados e mencionados através de circulares e nos órgãos de Informação, os trabalhadores beneficiários das seguintes Caixas:

Carris, Cimenteiras, Grupo Previdente, Lusalite, Cel-Cat, Marinha Mercante, Tipógrafos, Soda-Póvoa, EPAL, Seguros e C. R. G. E.

Neste sentido declara-se que esta comissão nada tem a ver com o referido «plenário» e, consequentemente, com as decisões nele tomadas.

4. Entendemos ainda que a luta dos trabalhadores não se deve limitar unicamente à revogação dum Decreto-Lei, mas especialmente **ao direito à Segurança Social, à criação do Serviço Nacional de Saúde,** de acordo e com a participação efectiva dos trabalhadores em todos os órgãos de decisão, conforme o consignado na Constituição Portuguesa.

A COMISSÃO MISTA-PROVISÓRIA

C. T.s: Soda-Póvoa, Europeia, Carris, Lusalite e C. T. M.

Sindicatos: Rodoviários Lisboa, Rodoviários Setúbal, Metalúrgicos, Marinheiros e Gráficos.

Nacional

CINCO DIAS NA BEIRA LITORAL (3)

Albergaria-a-Velha: quando uma cooperativa a sério?

Texto de LOURDES FÉRIA

Os agricultores de Albergaria-a-Velha, no distrito de Aveiro, resolveram arrancar com uma cooperativa de comercialização e produção a partir das estruturas já existentes do ex-Grémio da Lavoura. A fim de discutirem os problemas relacionados com esse projecto, reuniram-se recentemente no salão de música daquela localidade. Acontece, todavia, que em Albergaria-a-Velha há uma associação que dá pelo nome de «Cooperativa Pinheirense». Os agricultores do concelho não reconhecem essa «cooperativa» constituída através de eleições que tiveram um desenrolar baseado em manobras muito pouco claras. Por exemplo, apareceram pessoas a votar sem direito a voto. Segundo os agricultores a Comissão Instaladora da pseudocooperativa, tem feito um pouco de tudo... Por detrás deste esquema está a cooperativa leiteira de Oliveira de Azeméis, dominada por indivíduos rotulados de direita. Ainda mais: os agricultores não estão satisfeitos com a maneira de actuar da Comissão Instaladora da «Cooperativa Pinheirense», comandada por técnicos agrícolas de Oliveira de Azeméis.

Sentem-se prejudicados porque o lucro da produção do leite do concelho comercializado nas duas primeiras letras do alfabeto — o que monta a uma importância de 95 contos mensais — vai direitinho para Oliveira de Azeméis. Essa a razão por que os agricultores de Albergaria-a-Velha que em geral possuem uma ou duas vacas leiteiras, apesar de terem vontade de adquirir mais não o fazem porque o subsídio que recebem não é compensador.

MANOBRA DE ANTECIPAÇÃO

Quando a Comissão Liquidatária do ex-Grémio da Lavoura de Albergaria-a-Velha começou a mexer-se no sentido de dinamizar os agricultores para a criação de uma pré-cooperativa, aproveitando as estruturas do Grémio, surgiu a Cooperativa Pinheirense. Houve, portanto, uma manobra de antecipação, vinda da parte de indivíduos ligados à cooperativa de Oliveira de Azeméis.

A Comissão Liquidatária discordou e propôs um plenário para ouvir os agricultores. É evidente que a tal Comissão Instaladora, depois de ter prometido que fazia o plenário, foi-se esquivando ao combinado. A propósito de tal ouvimos um elemento da Comissão Liquidatária do ex-Grémio que nos contou com alguns pormenores o que se passou:

Fomos nós (Comissão Liquidatária do ex-Grémio e Comissão Instaladora da Cooperativa Pinheirense) a Lisboa, onde se assentaram alguns pontos. A Comissão Instaladora, porém, não cumpriu os pontos acordados. Exigimos que se convocasse novo plenário para se decidir qual o nome a dar à cooperativa e onde seria a sua sede. Mais uma vez eles tentaram uma manobra: levaram os funcionários e ordenhadores a votar quando não tinham direito a voto, uma vez que não são associados da cooperativa. Foi abordado o problema do subsídio do leite a que os associados da Cooperativa Pinheirense teriam direito. Houve protestos e ameaças da parte da «panelinha» da Comissão Instaladora. O facto é que a Cooperativa Pinheirense não pode sobreviver sem o subsídio do Estado.

Os agricultores andam descontentes. Quem está na direcção da Cooperativa Pinheirense? Dois alugadores de tractores, um negociante de gado, dois carteiros, um empregado comercial, um encarregado de uma sala de ordenha, um funcionário da firma Agrovete, um explorador de viveiros de árvores. Agricultores (mesmo) há apenas quatro.

Depois de uma reunião em que participaram agricultores da região, promovida pela Comissão Liquidatária, com o objectivo de se proceder à apreciação do trabalho desenvolvido pela Cooperativa Pinheirense, veio-se a descobrir a falsificação de algumas assinaturas numa «declaração» dos corpos gerentes da Cooperativa. Mais tarde, um dos membros da Comissão Liquidatária foi procurado em sua casa por um elemento da direcção da Pinheirense, acompanhado por dois funcionários da cooperativa de Oliveira de Azeméis, que tentaram, usando de artimanhas, obter a gravação da referida reunião. E isso porque tinha ficado gravado o depoimento de um elemento da direcção da cooperativa Pinheirense que declarou que a sua assinatura fora falsificada. O elemento da Comissão Liquidatária recusou-se a fazer o que lhe pediam. Então as «visitas» ameaçaram-no com o boicote à recolha de leite da região, que, como é óbvio, vai para Oliveira de Azeméis. Perante esta situação, os membros da Comissão Liquidatária enviaram uma exposição à Comissão Coordenadora para a extinção dos grémios da lavoura. Nessa exposição dava-se conta de todos os factos, manifestando os membros da Comissão Liquidatária a disposição de se demitirem se os problemas apontados não fossem resolvidos. Um deles, por exemplo, é o relativo à extinção do Grémio da Lavoura. Nunca mais se extingue o Grémio e continuam-se a pagar os vencimentos aos seus funcionários. Os rendimentos não são nenhuns e as poucas reservas que o Grémio possuia vão-se esgotando...

Carlos Santos, membro da Comissão Liquidatária do Grémio da Lavoura de Albergaria-a-Velha, relata as coacções de que foi vítima:

Vieram aqui três tipos e queriam que eu lhes restituisse as gravações, assim como a carta que eles tinham enviado à Comissão Liquidatária. Essa carta trazia duas assinaturas falsificadas. Elegeram corpos gerentes sem consultarem ninguém. Nós, da Comissão Liquidatária, pretendiamos fazer sessões de esclarecimento sobre cooperativismo junto dos agricultores. Mas eles — os que dirigem a Pinheirense — ultrapassaram tudo. Isto acontece porque o Manuel Oliveira, alugador de tractores e encarregado de uma sala de ordenha, tem interesse em que lhe montem uma sala de ordenha. Os técnicos de Oliveira de Azeméis já se comprometeram nesse sentido.

Os agricultores com quem contactámos acrescentaram ainda que a cooperativa de Oliveira de Azeméis também tentou controlar as cooperativas de Estarreja e da Murtosa. Depressa desistiram porque viram as suas intenções goradas. Vão a essas cooperativas buscar o leite, mas pagam-lhes o subsídio. Referiram-se também a um plenário que decorreu na Branca, uma povoação do concelho de Albergaria-a-Velha, no qual foi aprovada uma moção de protesto contra a actuação dos dirigentes da Cooperativa Pinheirense. Recolheram-se cerca de 50 assinaturas. O documento com as assinaturas desapareceu misteriosamente.

Agora já temos à volta de 450 assinaturas a exigir a realização de eleições democráticas para os corpos gerentes da cooperativa.

Os agricultores da região acham que o preço do leite não compensa, e por isso retraem-se na criação de vacas

QUEREMOS UMA COOPERATIVA A SÉRIO

Se existisse aqui no concelho uma cooperativa a sério, os problemas dos agricultores resolviam-se muito mais facilmente. Precisamos de uma cooperativa para encabeçar a nossa luta. De facto, os problemas e as carências com que se debatem os agricultores de Albergaria-a-Velha são muitos. Precisam de um parque de máquinas agrícolas para se libertarem dos alugadores que praticam preços exorbitantes. Um exemplo: por fresar levam 450$00 por hora. Como pode a pseudocooperativa Pinheirense defender os interesses dos agricultores se nos seus corpos gerentes há dois alugadores de máquinas?

Os agricultores da região produzem essencialmente batata, milho e trigo. A propriedade ronda a média de 1 hectare. Há agricultores que possuem uns três ou quatro hectares separados, o que faz com que os tractoristas tenham de se deslocar de umas terras para outras. Evidentemente que isso resulta numa perda de tempo, encarecendo, portanto, o serviço. Os agricultores queixam-se ainda de não terem uma rede de escoamento para os seus produtos. Claro que a cooperativa, que não é cooperativa, não lhes resolve o problema, pois está apenas interessada no leite — produto que dá lucro. Funciona como se fosse um intermediário. A cooperativa paga por cada litro de leite aos agricultores a quantia de 7$50. Os agricultores acham que o preço não compensa. Por isso retraem-se na criação de vacas. A Comissão Liquidatária, no entanto, requisitou à Junta de Produtos Pecuários vacas de raça holandesa e alguns novilhos.

Requisitámos apenas 25 novilhos, mas é possível que tenhamos de pedir mais na medida em que apareceram vários agricultores interessados na sua aquisição. E quanto à batata de semente? — perguntámos.

Na última campanha a batata de semente originou uma certa agitação no seio dos agricultores. É possível que o Governo este ano queira evitar esses problemas. A paragem dos comboios no Pombal perturbou os órgãos do Poder e chamou a atenção do povo para os problemas dos agricultores. Talvez para evitar que se repitam os incidentes do ano passado, a Junta Nacional das Frutas já enviou uma circular à Comissão Liquidatária do Grémio de Albergaria-a-Velha no sentido de que esta requisite a batata de semente para os agricultores fazerem as sementeiras no tempo devido.

Já temos perto de 700 requisições — diz Carlos Santos — **Mas a Cooperativa Pinheirense desencadeou uma campanha dos diabos... Andam a dizer aos agricultores que a Comissão Liquidatária não pode vender a batata de semente e portanto não vale a pena os agricultores fazerem requisições. No respeitante aos adubos também os conseguimos a tempo o ano passado. Agora com os aumentos que esse produto vai sofrer, exigimos, tal como a Cooperativa de Vagos, que os sacos venham marcados no exterior com o preço do adubo. É uma medida contra as especulações dos intermediários.**

Que futuro se prevê para as estruturas de apoio à lavoura em Albergaria-a-Velha?

Como o Grémio da Lavoura não comercializa está a gastar as reservas de dinheiro que possuia. A cooperativa recusou o Crédito Agrícola de Emergência. Somos nós, da Comissão Liquidatária, que temos estado a tratar disso. Exige-se que o ex-Grémio da Lavoura seja extinto e dele saia uma cooperativa para servir os agricultores. Enquanto nós andamos a tentar resolver os problemas dos agricultores, os da Cooperativa Pinheirense andam a estragar o nosso trabalho. Estamos na disposição de ir a Lisboa fazer barulho. Há uma indefinição da política agrícola no concelho. E nós queremos saber quem manda...

OS PORCOS MORREM

Mais um problema: os porcos no lugar do Sobreiro, concelho de Albergaria-a-Velha, morrem sem mais nem menos. Não se sabe quais as causas da moléstia que atacou os suínos da região. Os veterinários acabam por desiludir os donos dos animais confessando: **Não contem com eles. Vão ter de os enterrar.** O agricultor Anselmo já enterrou perto de trinta e tal leitões. As suas porcas já não devem durar muito...

Estou com um prejuízo da ordem dos trinta contos. Quem me vai indemnizar? Naquela povoação dezanove pessoas tiveram de enterrar os porcos. Um balanço, muito por alto, dá uma estimativa de cerca de cem leitões mortos, doze porcas criadeiras e quinze porcos. Uma razia...

Vamos travar uma luta no sentido de os produtores de porcos afectados serem indemnizados dos prejuízos de acordo com o artigo 102, parágrafo III, alínea C, da Constituição Portuguesa.

Para além do mal que ataca os porcos não ser do conhecimento dos veterinários, acontece que a epidemia se faz sentir apenas no lugar do Sobreiro. Algumas pessoas mataram porcos para comer — e, ao fim de 15 dias, a carne, guardada nas salgadeiras, começou a apresentar sinais de putrefacção.

Os veterinários dizem que não sabem que mal anda pelo sobreiro. Se eles não sabem nós ainda menos — diz-nos Carlos Santos. A terramicina esgotou-se na região. E os porcos continuam a morrer. Há quem avente a hipótese de se estar a consumir nas grandes cidades carne de porco atacada pela estranha doença...

Contactámos a Junta Nacional dos Produtos Pecuários, em Aveiro, que nos mandou para a Intendência. Responderam-nos que só depois dos porcos morrerem é que poderiam analizar que espécie de doença os tinha atacado. Se for peste suína dão-nos uma indemnização. Se não for, não recebemos nada... Isto é injusto. Investi muito dinheiro, por intermédio do Crédito Agrícola de Emergência, na criação dos porcos. Morreram-me todos. Sou um principiante nestte ramo. Fui obrigado a empenhar tudo o que tinha para pagar ao Crédito dentro dos prazos previstos para que as portas não se me fechassem. Não devo dinheiro ao Estado, mas devo a particulares — lamenta-se Anselmo.

Participaram na conversa que travámos com os agricultores de Albergaria-a-Velha, Anselmo, Carlos Santos e Luís Mourão. Todos foram unânimes em afirmar: «Se houvesse uma cooperativa a sério talvez os nossos problemas se resolvessem...».

C. P. — Caminhos de Ferro Portugueses

AVISO

CONCURSO

Até às 17 horas do dia 29 de Novembro de 1976, estes Caminhos de Ferro aceitam propostas para a exploração do bar da estação de Porto (São Bento).

A anuidade mínima a oferecer pela ocupação das instalações é de 120 000$00 e os concorrentes devem depositar em qualquer estação da C. P. a quantia de 20 000$00 e as respectivas propostas deverão ser feitas com base no programa do concurso e condições contratuais, que os interessados poderão consultar nas seguintes estações e locais:

Porto (São Bento)
Porto (Campanhã)
Régua
Aveiro

Serviço Comercial da Região Norte
PORTO (SÃO BENTO)

Serviço Comercial da Região Sul
BARREIRO

Serviço Comercial da Região Centro
LISBOA (SANTA APOLÓNIA)

Serviço Comercial de Passageiros
Estação de Santa Apolónia, 1.º andar
LISBOA-2

As propostas deverão ser feitas em carta fechada dirigida ao Serviço Comercial de Passageiros dos Caminhos-de-Ferro Portugueses, Estação de Santa Apolónia, 1.º andar, LISBOA-2, acrescentando-se àquele endereço, no sobrescrito, o seguinte:

«Proposta para a exploração do bar da estação de Porto (São Bento)».

Estrangeiro

REFORMAS EM ESPANHA

Oposição de esquerda pela abstenção no referendo

MADRID, 17 (ANOP, FP, R. e «D.L.») — Enquanto a oposição espanhola de esquerda se prepara para lançar uma campanha a favor da abstenção no referendo constitucional, o Governo lança-se numa campanha contrária, para a qual dispõe de um orçamento superior a 100 mil contos.

A atitude da Oposição «justifica-se pelo facto de o referendo não oferecer, nem na sua forma nem no seu conteúdo, as condições mínimas de democraticidade» — declarou ontem em conferência de Imprensa um dirigente do Partido Comunista Espanhol. Na mesma ocasião, o P. C. E. revelou que daqui até à saída da clandestinidade pensa distribuir 300 mil cartões de militantes, e que o P. C. catalão (ontem apresentado à Imprensa) distribuirá 50 mil. O P. C. E. negou que tencionasse participar em eleições sob uma designação que não a de Partido Comunista, embora admitisse a hipótese de participar numa frente democrática, com vista às eleições, desde que antes disso fosse legalizado. O P. C. E. declarou-se favorável à entrada da Espanha na CEE, desde que se reúnam uma série de condições para que aí possa lutar pela democracia na Europa. Quanto à NATO, reiterou a sua oposição à existência de blocos militares.

Quanto à oposição moderada (que vai desde os liberais aos socialistas) entende que a futura consulta eleitoral só será admissível a partir de determinadas bases acordadas entre o Governo e a Oposição.

Enquanto isto, prosseguem nas Cortes os debates que a Imprensa espanhola considera «históricos» sobre o projecto de reforma constitucional. Segundo François Pilou, da AFP, a primeira jornada dos debates demonstrou que os «franquistas puros» podem contar com um forte apoio entre os 546 procuradores, pelo que é difícil esperar que das Cortes saia um projecto homogéneo de reforma.

Os fascistas continuam entretanto activos: novas ameaças de morte foram dirigidas ontem pelos comandos «Adolfo Hitler» e «Benito Mussolini» contra personalidades de destaque, entre as quais o superior dum convento de Bilbau. Por outro lado, um grupo de fotógrafos de diversos órgãos de Informação requereu protecção oficial para o desempenho da sua missão durante a concentração que se realizará no próximo dia 20 na Praça do Oriente em homenagem a Franco

GRÃ-BRETANHA:

Direita "descobre" comunistas no "Labour"

LONDRES, 17 — (FP e «DL») — A extrema-esquerda do Partido Trabalhista inglês rejeitou ontem, veementemente, as acusações segundo as quais seria uma «quinta coluna do marxismo» na Grã-Bretanha. Os ataques, desfechados desde a passada segunda-feira, vieram de um deputado do Partido Conservador, Iain Sproat, e de uma organização trabalhista de direito, a Aliança Social Democrata.

Na noite de segunda feira, Sproat denunciava dez deputados «Labour» como «cripto-comunistas». No dia seguinte, a Aliança Social Democrata publicava uma lista de 33 deputados trabalhistas, entre os quais vários membros do governo de Callaghan, que considera como «agentes comunistas».

A resposta não se fez esperar e Arthur Latham, presidente do grupo «Tribuna», no qual estão reunidos 75 deputados trabalhistas de esquerda, apresentou uma queixa por «abuso de privilégio parlamentar» contra Iain Sproat. O «speaker» da Câmara dos Comuns deve pronunciar-se hoje e se aceitar a questão, Sproat poderá acabar com um processo por difamação.

Ainda não é conhecido qual o procedimento a ser tomado em relação à Aliança Social Democrata. Esta organização foi criada no ano passado por algumas personalidades de extrema-direita do movimento trabalhista, mas não conta com qualquer membro do governo e com nenhum deputado. A sua acção está perfeitamente limitada a dirigentes de organizações locais.

Curiosamente, estes ataques contra a extrema-esquerda do «Labour» surgem numa altura em que Callaghan segue uma política económica e social cada vez mais conservadora, na esperança de fazer a Grã-Bretanha sair da crise em que se debate, e também no momento em que a líder dos conservadores, Margaret Tatcher, não se cansa de clamar por eleições gerais e antecipadas para tentar assumir o poder.

Sessenta mil mortos na guerra do Líbano

GENEBRA, 17 (R e ANOP) — Cerca de 60.000 pessoas foram mortas e 200.000 feridas em resultado da guerra civil no Líbano declarou a noite passada em Genebra o ministro da Informação libanês, Ghassan Tueni.

O ministro, que falava numa conferência de Imprensa, revelou também que 1.700.000 pessoas necessitaram de assistência urgente, ficando muitas delas diminuídas fisicamente.

O ministro disse ainda que o Líbano precisava de auxílio em grande escala para a sua reconstrução após uma guerra que já dura há 18 meses.

Entretanto, a força de manutenção de paz do exército sírio, que controla já mais de quatro quintos do Líbano, prepara-se, segundo se anunciou hoje, para novas medidas, a fim de impôr uma trégua no resto do país.

Rádio Beirute disse que a próxima fase do desdobramento da força, que actua sob mandato da Liga Árabe, será a ocupação de Tripoli, ao Norte, e do porto de Sidon, ao Sul.

Declarou ainda que comandantes da força de paz tencionam apressar a sua entrada nas duas áreas, mas que nenhuma data foi marcada.

Em Beirute, a vida começa a regressar à normalidade sob a protecção dos canhões dos tanques sírios, que entraram na segunda-feira. Multidões de curiosos concentraram-se na área do campo de batalha que dividiu a cidade, enquanto habitantes e homens de negócios procuram refazer a vida. O aeroporto de Beirute deve entrar em serviço ainda esta semana.

Enquanto isto, em Telavive o controvertido ex-general Ariel Sharon, herói da guerra de Outubro, lançou as bases para disputar o cargo de primeiro-ministro, no próximo ano, e aconselhou conversações com a Organização de Libertação da Palestina, se necessário, para a conclusão dum acordo de paz.

Finalmente, a Organização de Libertação da Palestina (OLP) recebeu autorização do governo belga para abrir em Bruxelas um gabinete oficial de informação, onde poderá ser içada a bandeira palestiniana.

Reforçada a cooperação U.R.S.S.-Jugoslávia

BELGRADO, 17 — (ANOP e R.) — Leonid Brejnev, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, regressou hoje a Moscovo, após uma visita de 48 horas à Jugoslávia. À hora de fecharmos esta edição, não é conhecido ainda o teor do comunicado final conjunto sobre as conversações Brejnev-Tito.

Círculos soviéticos citados pela Reuter afirmaram que as vantagens mais importantes desta viagem seriam uma melhoria das relações entre os dois partidos e um aumento da cooperação económica. Por seu lado, fontes dignas de crédito afirmaram que as relações U. R. S. S.-Egipto terão sido abordadas nesta visita, o que faz renascer as especulações segundo as quais Tito seria medianeiro entre Moscovo e Cairo.

Ao descrever e comentar a visita de Brejnev a agência jugoslava Tanjug destacou a necessidade de reforçar o Pacto de Varsóvia e o seu potencial militar, tendo em conta as manobras de círculos militaristas e de outros meios ocidentais contrários ao desanuviamento. No entanto, a agência insistiu na continuação da política de desanuviamento, exposta pelo bloco socialista, e na aplicação dos Acordos de Helsínquia no campo militar, bem como na redução de tropas na Europa Central.

ESTADOS UNIDOS:

Economia com problemas e Carter com cuidados

WASHINGTON, 17 — (ANOP, F. P. e «D. L.») — O presidente eleito dos E. U. A., Jimmy Carter, tem chamado a atenção pela maneira cada vez mais prudente como trata o seu futuro programa de Governo. Esta prudência de Carter coincide com um «afrouxamento» da actividade económica, que parece acentuar-se, no momento em que se multiplicam os apelos para um «relançamento». Recorde-se que Carter, durante a campanha eleitoral, usou amplamente o tema da luta contra o desemprego, prometendo «repor a América a trabalhar». Com isso, queria dizer que pretendia acelerar a taxa de expansão que actualmente só absorve os recém-chegados ao mercado de trabalho.

Entretanto, desde as eleições de 2 de Novembro passado, as estatísticas confirmam que a pausa verificada já no segundo trimestre é mais severa ainda do que se previra e que o esperado «relançamento» não se verificou. O desemprego aumentou, em Outubro, para os índices elevados que atingira em Agosto, ao mesmo tempo que a diminuia a produção industrial e as vendas de automóvel permaneciam estagnadas. Cada vez mais economistas pronunciam-se a favor do tal «relançamento» da economia em Janeiro, baseando-se, fundamentalmente, na redução dos impostos. Vários conselheiros de Carter já exprimiram publicamente a mesma ideia e o próprio Carter considerou a probabilidade desta hipótese, caso a recessão actual vá até ao fim do ano. Entretanto, na segunda-feira passada, advertiu os seus compatriotas que não deveriam esperar uma diminuição imediata e pronunciada do desemprego logo após a sua posse.

Enquanto isso a Casa Branca passou a dar um tratamento mais «respeitoso» ao seu novo inquilino. Num comunicado de rotina, pela primeira vez apareceu, ontem, o nome de James, em vez do costumeiro Jimmy, como Carter sempre usou e como ficou conhecido em menos de um ano. Contrastando com esta formalidade da Casa Branca, os seus partidários apresentaram, com êxito, um recurso para que nos boletins de voto estivesse escrito Jimmy Carter, e não James Earl Carter. Um juiz também achou que isso poderia dar confusão e aceitou o pedido.

Aeroporto de Roma com greves em série

ROMA, 17 — (ANOP, FP, R e «DL») — Pelo segundo dia consecutivo, está praticamente paralisado o tráfego no Aeroporto de Fiumicino, em Roma. Agora é a vez dos bagageiros e do pessoal da limpeza, que deixaram de trabalhar como protesto pelo despedimento de 51 camaradas seus. Esta nova greve vem na sequência imediata do fim da paralisação dos bombeiros, que durante 24 horas estiveram parados, com sérias consequências para o tráfego aéreo em toda a Itália. Embora as autoridades sustentem que aquele pessoal fazia parte de um contingente de «extras» contratados apenas durante o Verão, os sindicatos correspondentes afirmam que os 51 despedidos são necessários para o bom andamento dos serviços e que, sem eles, o pessoal permanente teria que fazer muitas horas extraordinárias. Ontem, todos os aeroportos italianos estiveram bloqueados, pois à greve dos bombeiros juntou-se uma paralisação de um milhão de funcionários públicos. Greve idêntica já está marcada para a próxima terça-feira. Aliás, na próxima semana a Itália enfrentará uma série de greves em vários sectores, organizadas por sindicatos nacionais, como protesto contra as medidas de austeridade do governo de Andreotti.

Enquanto isso, em Milão as Bigadas Vermelhas reivindicaram ontem à noite o atentado perpetrado na véspera, num parque de estacionamento da Sociedade Magneti Marelli.

Reunião da N.A.T.O. em Londres

O órgão mais secreto da NATO, o Grupo de Planeamento Nuclear, terá hoje uma sesão em Londres. Tema: planear o uso possível de armas nucleares contra a União Soviética.

O GPN, chefiado pelo secretário norte-americano de Defesa, Donald Rumsfeld, vai estudar durante os próximos dois dias a maneira de «tapar» alegados «buracos» nas defesas nucleares da NATO.

Esta agressividade de intenções da NATO é apresentada pelos círculos da Aliança Atlântica e pelas agências noticiosas internacionais, ligadas ao imperialismo, como uma forma de a NATO se defender da U. R. S. S., que, segundo essas fontes, está a ensaiar e a desdobrar numerosos mísseis novos.

Ainda sob o argumento da defesa da Europa, os EUA anunciaram que iriam enviar recentemente para o Velho Continente novos aviões de guerra, caças-bombardeiros F-111 e Caças F-16.

A verdade é que mesmo as agências noticiosas ligadas aos interesses defendidos pela NATO reconhecem que a «Aliança sempre disse que poderia ser a primeira a usar armas nucleares no caso de uma guerra Oeste-Leste».

Esta agitação dos meios da NATO surge a pouco tempo da tomada de posse do presidente eleito dos E. U. A., Jimmy Carter. Recorde-se que anteontem Carter declarou que a sua prioridade máxima seria o desarmamento nuclear.

Beldades anti-racistas

LONDRES, 17 (F.P.) — «Miss» Índia retirou-se da competição para o título de «Miss» Mundo, que deve realizar-se, 5.ª feira, na capital britânica, em sinal de protesto contra a presença de duas candidatas sul-africanas, uma preta e outra branca.

«Miss» Índia é a quarta candidata ao título de «Miss» Mundo que boicota esta competição, seguindo uma recomendação do Movimento Anti-Apartheid «Sanroc» (South African Mon-Racial Olympic Committee).

Segundo este movimento, deverão seguir o exemplo da Índia as representantes de mais 6 a 8 países.

França: recorde de desempregados

PARIS, 17 (ANOP) — O número de desempregados na França atingiu, no mês de Outubro, o recorde de 1.025.300, segundo dados oficiais divulgados pelo Ministério do Trabalho.

Estes números constituem cinco por cento da força de trabalho mas funcionários governamentais declararam que, depois do ajustamento em relação à época do ano, o número de desempregados é de 935.000, o que constitui uma diminuição de 0,7 por cento relativamente ao mês de Setembro.

O máximo anterior era de 1.020.100 desempregados e fora atingido em Novembro de 1975.

Espectáculos

Crítica de Teatro

CARLOS PORTO

"Alta Áustria": quando o silêncio não é de ouro

ALTA ÁUSTRIA», de Franz Xaver Kroetz. Tradução: Maria Adélia Silva Melo e Jaime Salazar Sampaio. Encenação: Jorge Silva Melo. Cenário: Batarda Fernandes. Interpretação: Orlando Costa e Márcia Breia. Teatro da Cornucópia. Instituto Alemão. 12/11/1976.

Franz Xaver Kroetz, trinta anos de idade, dramaturgo alemão, militante do Partido Comunista da R.F.A., membro do Comité de Apoio à Reforma Agrária Portuguesa (e nessa qualidade já veio a Portugal), autor que é costume enfileirar num novo movimento teatral a que se dá o nome de «novo realismo».

«Alta Áustria» — peçam em três actos (representada pelo Teatro Cornucópia sem intervalo) com duas personagens de pequena-burguesia que trocam os seus sonhos (possuir uma piscina, visitar Viena) e discutem os seus problemas (o carro fora de moda, o marido que bebe a mulher que está grávida, deve abortar?, quanto custa um filho?).

Para se entender este espectáculo, ajuda ter em conta as seguintes palavras de Kroetz: «Quis quebrar uma convenção teatral que considero irrealista: a localidade. O que caracteriza mais claramente o comportamento das minhas personagens, é o mutismo, porque a sua linguagem não funciona. Não têm nenhuma boa-vontade A origem dos seus problemas é tão longiqua e a sua solução é tão improvável que já não são capazes de os exprimir por palavras».

«Alta Áustria» como outros textos, do autor e sobretudo «Música Pedida» em que não há diálogo, é pois uma peça sobre a palavra e não-palavra. É que para estas personagens não só a palavra escasseia (o seu vocabulário é terrivelmente reduzido) como ainda grande parte das suas frases são formadas por «clichés». Quer dizer: são impostas por emissores dominantes e obviamente de sinal capitalista: a televisão, a rádio, as revistas de grande tiragem. Cercados pelo silêncio, por esta espécie terrível de silêncio que é a incapacidade de se exprimirem por palavras, cercadas pelos condicionalismos de uma sociedade que impõe determinadas imagens de marca (caso de folheto de propaganda da piscina), e ainda pelos problemas que decorrem dessa situação mas igualmente são dela motor, este homem e esta mulher aceitam o cerco, deixam-se envolver por ele, alienam-se-lhe total e definitivamente. É certo que ele balbucia ainda um princípio de resistência, tenta ainda entender a realidade e, a partir daí, superar o cerco. A mulhr, inevitavelmente menos aberta e menos disponível para o combate (além do trabalho fora, há o trabalho doméstico, há a preocupação mas também o gosto do filho no ventre) não o acompanha, e, isolado, o homem acaba por ceder.

«Alta Áustria» é, como se vê, um texto extremamente político que faz explodir com dinamite alguns dos problemas fundamentais da sociedade de consumo. Não é, contudo, um grande texto de teatro, pelo menos para nosso gosto pessoal (e nestas coisas o gosto do espectador não deixa de contar).

O Teatro da Cornucópia produzia este espectáculo para o Instituto Alemão que continua assim uma dupla missão: a de revelar autores de língua alemã e de apoiar grupos portugueses aptos a colaborar nesse sentido.

A encenação de Jorge Silva Melo não só respeita como acentua os jogos de silêncio que são um dos elementos respiratórios da peça. O espectáculo atinge desse modo os limites do suportável, tal como o autor quereria ao que não é indiferente o recurso à gravação de alguns diálogos e o tom neutro usado pelos intérpretes que, aliás, conseguiram duas autênticas criações.

Consideramos dicutível a opção em relação ao aspecto distanciador do texto, que acentua através do recurso aos dialogos gravados. É certo que conseguiu uma unidade de espaço que contribui para dar um maior realismo do espectáculo (as cenas gravadas são exactamente aquelas que decorrem fora de casa). Todavia, esse recurso reforça a frieza do espectáculo, distanciando-o ainda mais do espectador. O facto é sobretudo patente na cena em que Anni e Heinz discutem a hipótese do aborto (cena que, aliás, decorre dentro de casa). Em *off*, a cena perde toda a emoção que poderia conter por mais discreta e reduzida que fosse, como devia ser. Não nos parece que essa eliminação quase total do elemento emoçao ao nível de espectáculo, seja vantajosa.

Se pomos em causa a concepção do espectáculo no que se refere a esses aspectos, não podemos deixar de sublinhar a forma precisa, exacta clarificadora, como o encenador criou a gestualidade das personagens. Podemos dizer que o espectáculo é, de resto uma exposição magistral de gestos, de signos, através dos quais toda a problemática do texto nos surge na sua cruel evidência. Aos lugares-comuns do diálogo justapõem-se pois, os lugares comuns dos gestos, e uns e outros jogam com os signos usados pelo cenógrafo (Batarda Fernandes) e pelo encenador.

Olhares (ver Orlando Costa olhar a mulher na cena em que esta fala do filho), maneira de estar, de andar, de comer, de beber; a leitura, o fumar, o ouvir rádio, o fazer «tricot» a roupa, o calçado, os objectos toda a *quotidianidade* de uma pequena-burguesia muito definida, sob o ponto de vista sociológico, são outros tantos elementos que nos ajudam a compreender não apenas as personagens e a sua história mas o que que significam em relação ao contexto histórico em que (não) se agitam.

Não precisaremos de acrescentar que aqui o espectáculo tem tudo a ver com o nosso processo revolucionário.

Não seremos capazes de distinguir os trabalhos dos dois intérpretes: Orlando Costa e Márcia Breia, de tal maneira nos surgiram muito ricos na aparente insignificância das suas personagens. Talvez a personagem de Orlando Costa seja mais vistosa, ou menos apagada, e por isso o seu trabalho pareça mais visível. Seja como for, é deles, do seu trabalho, que nasce a emoção que o espectáculo conserva, apesar de tudo, e, por isso, o teatro acontece, irreprimível.

Uma cena de «Tartufo», de Molière, interpretada por António Banha, António Assunção e Clara Rocha

EM SETÚBAL

O T.A.S. faz teatro para os trabalhadores

Com a necessidade que as autarquias locais tiveram de criar uma companhia de teatro, foram contactados alguns actores profissionais para a criação de uma companhia que servisse todo o distrito de Setúbal. Assim, num ano de actividade o TAS — Teatro de Animação de Setúbal apresentou já três peças, num total de 201 representações, tendo visitado 75 localidades e contactado com 60 mil espectadores.

A MARATONA, adaptada para ser destinada ao público infantil e dois originais portugueses, como O MEU CASO, de José Régio e O DESTINO MORREU DE REPENTE, de Alves Redol, mereceram as primeiras atenções desta companhia que em Julho deste ano estreou O TARTUFO, de Molière.

Como todas as companhias da província que propõem fazer um teatro em contacto com as populações desfavorecidas, em relação ao público da grande Lisboa, esta companhia luta com a falta de subsídios que se notam cada vez mais «magros» em face dos planos de emergência elaborados pela Secretaria de Estado da Cultura.

No entender de Carlos César, responsável pelo Teatro de Animação de Setúbal, as companhias da província terão que ter um estatuto próprio e a S.E.C. terá que ter em conta as dificuldades que estas encontram, nomeadamente a disponibilidade de instalações para ensaios e representações, assim como a colaboração de profissionais que nem sempre estão dispostos a «abandonar» Lisboa. Além disso, entendem os elementos do TAS que estas companhias que actuam na província devem ter um carácter formativo de modo a poderem auxiliar os grupos de teatro dos locais de contacto.

Ainda no entender dos artistas do TAS, a actividade de uma companhia de província é muito ampla e deve sair da órbita traçada pelos grupos de Lisboa. Como exemplo apontam o grupo de Centro Cultural de Évora que funciona plenamente e que tem um estatuto diferente das companhias de teatro profissional. Actualmente, não pode o TAS pensar em levar à cena, novas peças, por falta de verba, pelo que tem que continuar com a representação de TARTUFO e O DESTINO MORREU DE REPENTE, além de uma peça infantil para ser representada nas festas de Natal das empresas e nas escolas.

Como perspectiva para o novo ano, pensam os componentes do Teatro de Animação de Setúbal, estrear em Fevereiro ou Março BETERMAN E OS INCENDIÁRIOS e um espectáculo para as escolas e liceus que consistirá numa peça de Garret FALAR VERDADE E MENTIR e mais um outro texto de Garrett. Para Junho está programada uma co-produção com o Centro Cultural de Évora, para representar MEDIDA POR MEDIDA», de Shakespeare e que será encenada por Mário Barradas. Pensa ainda o TAS, talvez com a colaboração dos artistas do CCE, apresentar no próximo ano, mais precisamente no dia de Bocage, a peça de Romeu Correia, BOCAGE, que estava prevista para ser estreada este ano, mas por falta de verba, tal não foi possível.

Como plano a longo prazo, têm os responsáveis pelo TAS a ideia de criar uma escola de formação de actores, pelo que a partir de Janeiro, e isto como primeiro passo para essa realização, terá início uma série de cursos, em fins-de-semana, para os amadores do distrito.

AS DIFICULDADES

Actualmente tem o TAS grandes dificuldades de pôr em prática, todos os seus planos, pois luta com grandes problemas para arranjar locais de trabalho. Desde que o TAS foi formado em Setúbal da parte dedeterminadas pessoas sentiu uma certa hostilidade, pelo que está em preparação, da parte dos amadores de Setúbal, uma reunião, onde se espera que desapareçam todos os mal-entendidos que até aqui têm existido.

As pessoas têm que se habituar a não distinguir as companhias profissionais dos grupos amadores, mas sim os tipos de teatro.

Os artistas do Teatro de Animação de Setúbal, que actualmente apenas recebem cerca de 40 por cento do seu vencimento, fazem notar que todo o género de teatro que tem por missão desenvolver uma acção cultural tem que contar com subsídios oficiais. Em Inglaterra, França e Bélgica, por exemplo, as companhias como o TAS têm 60 por cento das despesas pagas, e no seu entender «actualmente a situação, no que diz respeito a subsídios, é muito confusa».

★ NOVA! ★ NOVA! ★
FABULOSA COMPANHIA!
P/ TODOS
COLISEU
2ª Olimpíada de Circo
TODAS AS NOITES, às 21.45
QUINTAS e SÁBADOS «matinées» às 16 horas
Domingos 2 «matinées»: 14.30 h. e 17.15 horas
OS CANDIDATOS AO OSCAR 1976
120-ARTISTAS EM PISTA-120
STONYS — Triplo salto mortal!
PERCHIS — Atracção ginástica!
ALCARAS — Tapete voador!
METALIS — Grandes em Malabares!
OLIMPICS — Arte Natural Circense!
JAFARINO — Ilusionista ladrão!
MONTI — em moto rolante!
KASKLINA — no mastro do Diabo
QUINTA-FEIRA «MATINÉE», ÀS 16 HORAS
★ STEEL ★
O Acrobata fabuloso! Salto mortal de 30 metros! Da cúpula do Coliseu para a pista. Inacreditável! Só vendo!

INSTALADO NA
ALAMEDA D. AFONSO HENRIQUES
JUNTO AO CINEMA IMPÉRIO
CIRCO MARIANO
(O VOSSO CIRCO) EMP. HENRY TONY
A GRANDE ALEGRIA DAS CRIANÇAS E ADULTOS COM A SUA NOVA COMPANHIA
PREÇOS ESPECIAIS PARA ESCOLAS, COLÉGIOS E ORGANIZAÇÕES DE FESTAS
CONTACTAR: HENRY TONY NO CIRCO OU ATRAVÉS DO TELEF. 291 10 62

MARIA VITÓRIA
TELEF. 36 17 40
HOJE E TODOS OS DIAS
2 SESSÕES: às 20.30 e 22.45 h.
Aos domingos: «matinée» às 16 h
As 2.as Feiras — Descanso
UM ÊXITO!
A MELHOR REVISTA DOS ÚLTIMOS ANOS!
A NOVA PLURALIREVISTA
O BOMBO DA FESTA!
Não ac. M/18 anos
As atracções: FÁTIMA CALDEIRA e YUKIE
com
IVONE SILVA e HENRIQUE SANTANA — LYGIA TELLES
A frente de um Popular Elenco e um Grande «Ballet» Internacional!
SALVADOR
no inimitável «Zé»

Em S. PEDRO DE MUEL o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFÉ CENTRAL

Televisão

Canal da Crítica

P.C.P.: A UNIDADE É A SOLUÇÃO

Desde 1921, data da sua fundação, percorreu o Partido Comunista Português um longo caminho. Um caminho povoado de sacrifícios, de ásperos combates, de permanentes esforços para não perder o contacto com os trabalhadores, com a população em geral. Acabou sempre, quaisquer que fossem as condições, por alcançar essa vitória, pois a ninguém passa pela cabeça a possibilidade de sobreviver, de furar o cerco fascista sem o apoio da população.

A sua experiência enriqueceu-se com o 25 de Abril, ao mesmo tempo que lhe transmitia toda a sua experiência. Hoje, é impensável a existência da democracia em Portugal sem a presença deste partido que nos surge como a mais importante força organizadora do país. Assim também se compreende que contra ele se volte a artilharia pesada da reacção. Esta sabe que, neutralizado o P. C. P., tudo o mais seria uma questão de tempo...

O VIII Congresso do Partido Comunista Português constituiu poderosa demonstração de unidade, de capacidade, de militância. Não há nesta afirmação qualquer sinal de partidarite, de propagandite. Todos o reconhecem, ainda mesmo que certos o façam a contragosto. Mas os factos são os factos, nada a fazer.

Não admira, portanto, que na mesa-redonda ontem organizada na Televisão, o Congresso merecesse especial atenção. Quer o moderador, cujo nome desconheço, quer os entrevistadores (Dinis de Abreu, subchefe de Redacção do «Diário de Notícias», e Francisco Sousa Tavares, director de «A Capital») focaram aspectos com ele relacionados aspectos que não representam, creio-o bem, os seus próprios pontos de vista, mas correspondem a certas calúnias com que as forças da direita pretendem alvejar uma organização que, durante 50 anos, dirigiu a luta antifascista no nosso país.

É o caso, por exemplo, da democracia interna do partido.

SE ISTO NÃO É DEMOCRACIA

Álvaro Cunhal, Carlos Brito e Carlos Costa, membros do Secretariado do P. C. P., demonstraram com a simples fotografia da realidade, que nenhum outro partido pode considerar-se tão democrático como o Partido Comunista Português.

Assim, o VIII Congresso culminou uma complexa rede de discussões sobre as teses, teses que são, elas próprias, corolário de uma intensa actividade política no seio da organização. Carlos Brito apresentou os números de projectos de emendas resultantes de milhares de reuniões, de plenários e até de assembleias abertas presenciadas por militantes doutros partidos. São números na realidade impressionantes que testemunham de uma prática essencial na vida do P. C. P. que tem o maior interesse no fortalecimento ideológico, no aperfeiçoamento da consciência política dos seus militantes.

Este passo da mesa-redonda foi de grande importância para desfazer os equívocos, as mentiras, os *slogans* habilmente manipulados pelas forças da reacção. Será muito difícil acusar de totalitário um partido onde a participação democrática atinge tamanha expressão. Será muito difícil falar de «cúpulas» (como aliás, canhestramente, ainda ontem o moderador falou) em relação a um partido onde a discussão mais ampla se propõe ao nível de todos os escalões, onde a crítica e a autocrítica tão agudamente se realizam — como aliás, na própria mesa-redonda, tivemos ocasião de testemunhar.

MAS E AS DIVISÕES?

É certo que, como frisou um dos entrevistadores, não houve divisões no seio do Congresso...

Partem ainda algumas pessoas da convicção de que, para haver «democracia» terá de haver «divisão». Que se pretende com isso? Muito simplesmente ocultar o «odor corporal» das contradições de classe, com a água-de-colónia das palavras bonitas.

Num «partido» onde se digladiem diferentes concepções da vida social, isso significa que esse «partido» não é vanguarda de uma classe, mas manta de retalhos sempre em riscos de desagregação e onde a discussão constitui um perigo a evitar para manter uma ilusão de unidade.

Num partido de vanguarda, pelo contrário, a discussão integra-se numa prática (pernosticamente leiam *praxis*) completa-a e enriquece-a numa perspectiva de classe.

Como ontem disse Álvaro Cunhal, um Congresso deve representar, para merecer o nome de democrático, o trabalho de uma ampla avaliação dos fenómeno, das situações, da conjuntura histórica. Assim foi o VIII Congresso. Daí o respeito com que os próprios adversários políticos inegavelmente o encaram.

OS CULPADOS

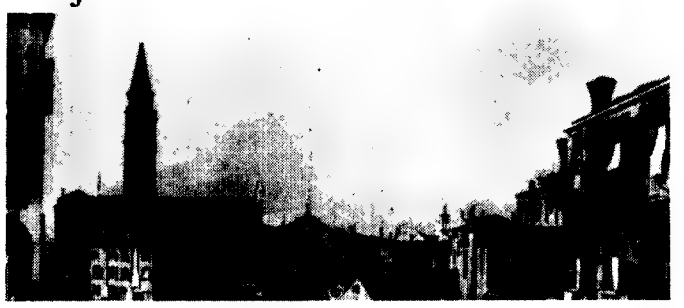
Outro ponto que prendeu a atenção dos telespectadores foi a ideia generalizada de que Sousa Tavares se fez eco, segundo a qual os trabalhadores eram os causadores da crise económica.

Ainda bem que Sousa Tavares levantou essa questão pois proporcionou aos dirigentes comunistas a demonstração de que essa ideia se encontra generalizada por conta da direita e que, pelo contrário, foram os trabalhadores que diminuiram as proporções da crise económica. A sabotagem dos agrários; a péssima administração e à fuga dos industriais, responderam os trabalhadores com a sua unidade, com a sua experiência, com a sua organização: assim se defenderam postos de trabalho, assim se manteve a produção. Pelo que a entrega de certas empresas ao antigo patronato tem o sabor de uma recuperação contra os trabalhadores. Recuperação inadmissível, na óptica do Partido Comunista.

Quanto às reivindicações irrealistas, foi afirmado que o Partido Comunista sempre as condenou e as condena pelo simples facto de que são... irrealistas e que uma política baseada no irrealismo é uma antipolítica. Mas vigorosamente se colocou a tónica em dois pon-

Continua na pág. 18

Hoje



A National Gallery (Londres)

I PROGRAMA

18.30 Abertura e **História à Vista** — desta vez, fala-nos sobre a Lei das Sesmarias.
18.45 **Abre-te Sésamo** — «AM e o Cérebro» é o título de mais um episódio desta série.
19.30 **Ligeiríssimo** — Festival de Outono no Barreiro. Entrevista sobre Festival de Jazz em Sintra. O Parafuso no Ligeiríssimo. Banda do Casaco Apresentação de Pedro Castelo. Produção de Fernando Penalva.
19.40 **Vamos Jogar no Totobola**
19.55 **A National Gallery** (2.º programa) — como nasceu a pintura europeia. Documentário sobre a Galeria de Londres onde se encontra uma das melhores colecções de pintura do Mundo. Comentários do crítico de arte Edwin Mullins.
20.30 **Telejornal** — 1.ª edição
21.00 **A Música e o Silêncio** — programa de Vitorino de Almeida.
21.35 **«Não Ouves Ladrar os Cães?»** — intérpretes: Salvador Sanchez, Salvador Gomez, Ahui Camacho, Aurora Clavel, Ana de Sade, Gaston Melo e Patrick Penn. Realizador: François Reichenbach. Ano de producão: 1974.
Ou Futebol — Portugal-Dinamarca no Estádio da Luz.
23.15 Te ejorna
23.30 Fecho

II PROGRAMA

20.30 Abertura e **Telejornal**
21.00 **Inédito... ou Quase** — «Sombras Sobre a Cara de Estefânia», de Fiama Hasse Pais Brandão em que as figuras principais são D. Pedro V de Portugal e sua mulher a princesa Estefânia de Hoenzellern. Intérpretes: Elisa Lisboa, Norberto Barroca e Carlos Simões. Realização de Teresa Olga e producão de Freto Pacheco.
21.25 **Concerto Coral** — da Sé do Porto.
23.00 Fecho

Amanhã

I PROGRAMA

18.32: Bonecos — infantil. Rubrica que inclui filmes destinados aos espectadores mais pequenos; **19.00**: Os Homens, os Livros e as Coisas — Programa de Joaquim Manuel Magalhães; **19.30**: «O Conde de Monte Cristo» — a obra de Alexandre Dumas numa série de animação, especialmente dirigida ao público jovem. Produção e realização de Halas e Batchelor; **20.00**: A Ideia e a Imagem — um Programa de Álvaro Machado que se pretende aberto a todas as formas de cultura; **20.30**: Telejornal — 1.ª edição; **21.05**: «As Trapalhadas do Robin dos Bosques» — as aventuras desta lendária figura na óptica de Mel Brooks; **21.30**: Vamos aos Fados — um programa de José Pracana. Com o Grupo Académico de Danças Ribatejanas, Tereza Siqueira, António Paulo, Maria do Rosário Bettencourt, João Ferreira Rosa e Carlos Guedes de Amorim. Tradição e regionalismo - o fado também mora no Ribatejo. Produtor - Mello Pereira. Realizador - Ruy Ferrão; **22.00**: Um Programa da Direcção de Informação; **23.15**: Telejornal — 2.ª edição; **23.30**: Fecho.

II PROGRAMA

20.30: Telejornal; **21.00**: «A Sala de Música» — filme produzido em 1958 (Índia) realizado por Satyajit Ray e interpretado por Chabi Biswas, Ceaga Peda Baser e Kali Sarkar - **22.50**: Fecho.

INSTALADO NA AL. D. AFONSO HENRIQUES
(JUNTO AO CINEMA IMPÉRIO)
O PÚBLICO CONTINUA A APLAUDIR COM GRANDE ENTUSIASMO
A NOVA A COMPANHIA DO MAIOR E MAIS ALEGRE ESPECTÁCULO DO ANO
CIRCO MARIANO
(O VOSSO CIRCO) EMP. HENRY TONY
TODAS AS NOITES ÀS 21.30 H.
Amanhã, «matinée» às 16.30 h.

Venham ver em todos os espectáculos, a alegria das crianças e adultos
HEIDI, PEDRO, AVÔ
ALP E YUKI
DUAS PARELHAS DE PALHAÇOS
«OS ELIZABETH'S E CAMPOS FILHOS»
1.ª vez em Portugal vindos directamente de Inglaterra
«OS ELEFANTES BEBÉS»

IMPORTANTE: NO CIRCO MARIANO, O MAIS LUXUOSO DE PORTUGAL, NÃO CHOVE, AS CADEIRAS SÃO ESTOFADAS E TEM AQUECIMENTO GERAL
ATENÇÃO: PREÇOS ESPECIAIS PARA ESCOLAS, COLÉGIOS E ORGANIZAÇÕES DE FESTAS. Contactar com HENRY TONY — Telef. 2911062 ou no CIRCO

- ESPECTÁCULOS TODAS AS NOITES, às 21.30 horas
- QUINTAS e SÁBADOS «MATINÉES», às 16.30 horas
- DOMINGOS e FERIADOS: 2 «MATINÉES», às 15 e às 18 horas
- PARA TODOS

(As bilheteiras abrem às 17 horas). — Dias de «matinées» abrem às 11 horas

teatro do bairro alto
R. Tenente Raúl Cascais 1-A (ao Rato)
Tel. 66 15 15. 66 92 05
teatro da Cornucópia
Tambores na Noite
de Bertolt Brecht
TODAS AS NOITES ÀS 21.45
DOMINGOS SÓ ÀS 18 H

TEATRO ABERTO
P.te ESPANHA metro PALHAVÃ telef. 77 09 69
grupo 4 apresenta
O CÍRCULO DE GIZ CAUCASIANO
de bertolt brecht
encenação JOÃO LOURENÇO

De 3.ª a 6.ª feira às 21.15
Sábado, também às 15.30
DOMINGO SÓ às 16 h
ÚLTIMAS

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS - CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 722786 - 834271
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Desporto

As grandes corridas da D.G.D.

Salvo o devido respeito, o novo director-geral dos Desportos anda muito depressa e deixa, na veloz carreira, muitas coisas por explicar.

Em duas páginas de «A Bola», apresenta uma longa série de conceitos que, por controversos ou nebulosos, solicitam (caso possa ser) uma melhor explicação.

Peguemos, por exemplo, numa terminante afirmativa do major Rodolfo Begonha:

«Foi aqui defendido o critério de que as verbas destinadas ao auxílio aos pequenos clubes não seriam desviadas para o auxílio aos clubes que tivessem secções profissionais, para assim se canalizarem as verbas precisamente para os clubes que têm muito pouco apoio ou não têm mesmo nenhum. Alguns grandes clubes, ao longo destes tempos, têm «conquistado» meios que lhes permitem determinado tipo de construções, às vezes, mesmo, estádios, que se edificam à custa de dinheiros públicos.

«Acresce, ainda, que, em muitos casos sucede que o subsídio concedido para construção ou apetrechamento de um ginásio acaba por ser desviado, por exemplo, para o pagamento de ordenados à equipa de futebol profissional.»

Calma, sr. director-geral. É natural que a sua expressão tenha ganho uma latitude especial, mais larga e ousada, no entendimento do jornalista: mas, como já passaram vários dias da publicação da entrevista e ninguém se apressou a rectificar qualquer passo, ficamos com a absoluta certeza de que todas as respostas foram cuidadosamente congeminadas pelo «amigo de Otelo, Eanes e Melo Antunes». Daí a solicita interrogativa com que abrimos uma pequena série de questões ao sucessor de Melo de Carvalho.

Que entende por «pequenos clubes»? E, em contrapartida, quais são os «grandes»?

«Pequeno» é (por exemplo) o Adicense, a Associação de Oeiras, o Palmeiras, o Fluvial Portuense?

«Grande» será (no seu entendimento) o que tem muitos mais sócios que certos partidos políticos? Ao acaso: o Benfica, o Sporting, o Belenenses, o Futebol Clube do Porto?

«Pequeno» é o que não está na 1.ª divisão futebolística, embora tenha outras modalidades em carácter verdadeiramente profissional ou pelo contrário, o major quis referir-se apenas aos que ostentam um «team» de chutadores profissionais?

Se assim é, queira elucidar a nossa ignorância: que clube desviou o subsídio concedido para construção ou apetrechamento de um ginásio para o pagamento de ordenados à equipa de futebol profissional?

— No seu entender: teria sido o Porto?

Não acreditamos. Pinto de Magalhães e outros adeptos «portistas» substituiram (crê-se que quase sempre) qualquer auxílio estatal.

— Seria o Benfica?

Ninguém o julga. Joaquim Bogalho e muitos outros companheiros da Comissão Central é que «ergueram» o estádio. Jorge de Brito ofereceu a pista de «tartan». Os irmãos Vieira de Brito abriram largos anos os cordões à bolsa. Borges Coutinho tem, por lá, uns milhares em «circulação»...

Seria o Sporting?

Como? Se desde Roquete e Alvalade sempre se ouviu dizer que o Governo não dera um chavo aos «leões». Se foram Ribeiro Ferreira e Mário Cunha e Manuel Lopes e, sobretudo, João Rocha quem assinou livranças e passou cheques, sem que o Estado tenha dado um centavozito para uma pedrinha? Se, até ao «VI Governo» nem Caetano, nem Palma Carlos, nem Gonçalves, nem Azevedo, ninguém colocou em andamento a «Sociedade de Construções e Planeamento»?

Seria o Belenenses, por lhe ter sido ofertado um estadio? Ou o Governo deu-lhe dinheiro usado para contratar «craques da bola»?

Se isso sucedeu, para que se devem tantos agradecimentos a Manuel Bullosa? Foi ele ou o Governo, quem mais ajudou o esforço anónimo de milhares de belenenses?

O major falava no Ginásio Clube? No Ateneu Comercial? No Lisboa Ginásio? Olhe que, por lá, nem se chuta à bola, e (também) nenhum destes verdadeiramente «grandes clubes» tem merecido um só pozinho do bolo oficial de alvedrio pela D.G.D..

Daí, sr. major Begonha, que seja urgente tirar da encruzilhada o perguntador bisbilhoteiro. A menos que, por escassez de tempo para tarefas urgentes de saneamento, V. Ex.ª esteja impossibilitado de poisar o olhar neste jornal.

Ginásio Clube: problemas em equação

O dr. Joaquim de Sousa, secretário de Estado dos Desportos, acompanhado do director-geral dos Desportos (major Rodolfo Begonha) e de alguns funcionários do seu Ministério visitaram as actuais instalações do Ginásio Clube Português observando todas as suas actividades gímnicas em pleno funcionamento, assim como departamentos sociais e culturais, que foram alvo da mais cuidada observação.

Finalizando a sua visita o secretário de Estado teve uma reunião informal de trabalho com a Direcção do G. C. P., inteirando-se dos seus anseios e dos problemas mais instantes da colectividade, em que sobressai o débito à Caixa Geral de Depósitos e o agravamento dos juros, critério que aos dirigentes ginasistas merece a maior discordância, dado que constatam que o Ginásio Clube Português está a ser alvo de tratamento idêntico a qualquer entidade mercantil com fins lucrativos.

Outros pontos foram abordados nesta visita entre os quais se salienta a necessidade que a centenária colectividade das Amoreiras tem já de dar início à segunda fase da sua sede e o problema das acumulações por parte dos professores de educação física que tem dado aso a erradas interpretações de algumas comissões de gestão de escolas e liceus.

LÁ FORA

DESCER

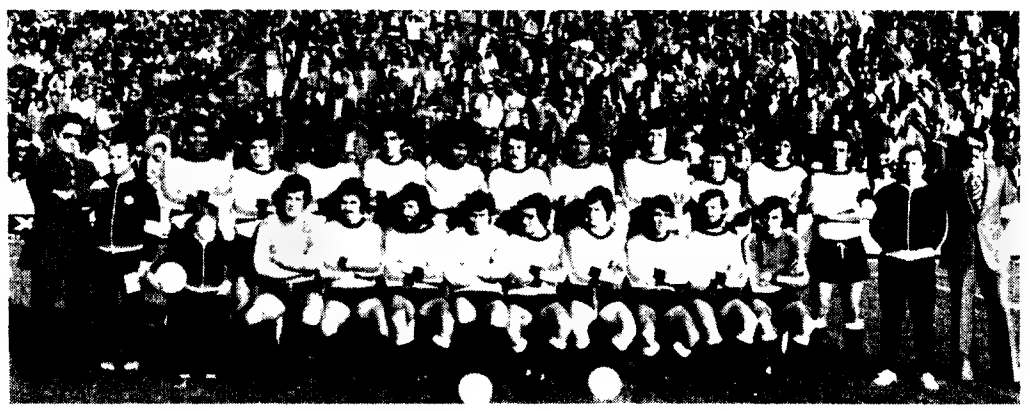
elénio errera, o «mago» do futebol italiano, vai regressar à actividade, depois de cumprir uma longa pena de suspensão». O castigo dos federativos italianos, que termina em 31 de Dezembro, foi-lhe aplicado por ter feito declarações consideradas «insultuosas» para o futebol transalpino.

O discutido treinador (que, em 1964 e 1965, levou o inter de Milão, à vitória na «Taça dos Clubes Campeões Europeus»), vai desempenhar as funções de conselheiro técnico no clube de Rimini, que ocupa actualmente o último lugar no campeonato da 2.ª divisão.

RACISMO

O campeão olímpico neozelandês John Walker declarou que, se o Governo do seu país não tomar uma posição firme, cortando os laços desportivos com a República da África do Sul, a Nova Zelândia arrisca-se a não participar nos jogos atléticos da Comunidade Britânica, em Edmonton (Canadá).

Descubra Portugal viajando de comboio



Beira-Mar-76: uma foto que vai correr Mundo. O novo «plantel» aveirense, com Eusébio, lança-se à conquista dos grandes mercados internacionais, objectivo máximo dos dirigentes da nova camisola do «pantera»

Vitória de Setúbal na Guatemala

O Vitória de Setúbal (que excursiona pelas Américas por intermédio do empresário Fausto Pires) confronta-se na próxima madrugada, pelas duas horas portuguesas, com a turma representativa da Guatemala, em «show» previsto para o estádio «Doroteo Flores», com capacidade para 70 mil espectadores.

A equipa (que se encontra no Hotel Ritz Continental, da capital guatemalteca), deve apresentar amanhã a seguinte formação: Vaz; Cardoso, Narciso, Sabú e Caica, Jaime Graça Vagner e Tomé; Mirobaldo, Arcanjo e Jacinto João. Pena que o técnico Fernando Vaz não possa ter a seu lado o defesa-médio Rebelo que, convocado para os derradeiros trabalhos de selecção, acabou por ser dispensado por Pedroto, não jogando com a Dinamarca nem efectuando uma gostosa e inédita viagem a países desconhecidos.

ANTECIPAÇÕES

Mais alterações foram introduzidas no calendário prévio dos campeonatos nacionais de futebol. Assim, teremos no sábado, na I DIVISÃO, os jogos: Belenenses-Portimonense, no Estádio do Restelo e Boavista-Leixões, no Estádio do Bessa, às 15 horas; Sporting de Braga-Atlético, em Braga, às 15 e 30. Na II DIVISÃO: U. Coimbra-Torriense, em Coimbra; Estrela-Feirense, em Portalegre e CUF-Oriental, às 15 horas; Famalicão-Lourosa, em Famalicão e Gil Vicente-Penafiel, em Barcelos, às 15 e 30. Na III DIVISÃO: Paços de Brandão-Leça, em Paços de Brandão e Alverca-Cova da Piedade, em Alverca, às 15 horas; Rio Ave-Desp. Aves, em Aves e Esposende-Monção, em Esposende, às 15 e 30. Em JUNIORES: Infesta-Chaves, em a Infesta, às 15 horas.

Quanto aos jogos de domingo, há as seguintes alterações na III DIVISÃO: Penalva do Castelo-Sp. Lamego, em Lamego e Freamunde-Aliados de Lordelo, em Paços de Ferreira, às 15.

O encontro V. Setúbal-Beira Mar, por acordo entre os dois clubes, foi adiado para 5 de Dezembro, as 15 h.

ESTRANGEIROS

Em Portugal jogam, presentemente, em 42 clubes distribuidos pelos três principais campeonatos de futebol, 30 futebolistas estrangeiros — apurou a Anop, junto da Federação Portuguesa de Futebol.

Os futebolistas estrangeiros inscritos naquela Federação para a época de 1976/77 são: 18 brasileiros, 3 espanhóis, 2 congoleses (Congo-Brazaville), 2 argentinos, 1 uruguaio, 1 paraguaio, 1 peruano, 1 de Mali e 1 jugoslavo.

Jogam, tambem no futebol português, 63 luso-brasileiros que, ao abrigo do estatuto de direitos políticos, são considerados portugueses.

A inscrição dos futebolistas estrangeiros para a presente época encerra no próximo dia 31.

Ainda não existe legislação referente aos jogadores dos novos países da lingua portuguesa (Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné e S. Tomé) que continuam a jogar como portugueses. Por outro lado, encontram-se a jogar no estrangeiro seis jogadores de nacionalidade portuguesa: Damas, Quinito, Bastos, Jordão e Alves (em Espanha) e Humberto Coelho (em França).

BENFICA

Dado que o treinador Mortimore se demorou na deslocação (particular) à Inglaterra, o Benfica decidiu anular o embate com o Estoril, em jogo-treino previsto para hoje.

Desporto

NA LUZ E NA TV: DUELO COM TEMPO POR ENCOMENDA

Portugal-Dinamarca: "Hara-Kiri" ou "milagre"

Neves de Sousa

O dirigente federativo Abílio Rodrigues e o técnico José Maria Pedroto: critérios muito discutíveis e um fraco «palmarés» à frente do antigo «onze de todos nós»

Com a TV à porta, cabos e fios pelo chão, camiões a postos e milhões à espera, temos esta noite (21 e 30) o Portugal-Dinamarca n.º 4, aquele que nos toca (pela vez primeira) na escalada até uma entrada na fase final do Mundial de pontapé na bola.

Nos bons velhos tempos em que não existia Comité Técnico e apenas se conheciam seleccionadores a título gracioso, em que haviam um simples treinador e um único preparador físico, a gente sempre ganhou os confrontos: ocorressem eles em Esberg (3-1, em 1966), em Copenhague (1-0, em 1970) ou no Porto (5-0, em 1971). Porém, agora que se estruturou em termos *modernos* e *eficientes* o douto Comité Técnico e que, de há três anos a esta parte, em doze-jogos-doze, somente conseguimos ganhar a franceses e ao Chipre, o melhor que há a fazer é a gente entrar de Credo na boca no bonito parque benfiquista, pois embora ninguém deixe de concordar que a *sensacional* preparação da selecção de futebol terá de dar os seus frutos, às vezes o Diabo tece-as.

Aqui há uns anos, quando Manuel da Luz Afonso e Otto Glória e Gomes da Silva e o pobre do Afonso Lacerda (mais Justino Pinheiro Machado) andavam metidos até ao pescoço na dignificação do futebol português, a *malta* já nem fazia totobola: entrava-se no campo a palpitar por quantos limpávamos o cebo a contrários. Depois, quando José Augusto largou para a «Minicopa», carregando o crédito de confiança de Martins Canaverde e Nunes dos Santos, ainda com a bondade e competência de Manuel Marques e amilton na bagagem, aconteceu outro período de prestígio no futebol português. Mas, era preciso mudar tudo e todos de alto a baixo, inventar «internacionais» e jogos para arranjar dinheiro (nanja para os clubes-patrões dos intérpretes fundamentais...), excursionar pelas estranjas ou tirar avença para treinar entre Lisboa e Porto: foi assim que nasceram as *gloriosas epopeias* de Goiânia e Berna, as *maravilhosas* exibições em Praga e Turim. Os cinco-zero encaixados perante a Checoslováquia mais o *acampamento* de nove *barracas* frente à Polónia. Todavia, não desanimemos: em espectáculo particular ganhou-se em Paris e, muito especialmente, conseguimos a insólita façanha de derrubar (por duas vezes, vejam só!) esse perigosíssimo e muito categorizado «team» de Chipre, colosso, terror e pavor de qualquer potência de pontapé no couro...

Daí que se recomende a máxima prudência a quem, pela noitinha e com tempo rogado por medida aos poderes divinos, perder a RTP e for até à Luz ver os onze cavaleiros de Pedroto que, como toda a gente sabe, são 16 e mais não podem ser porque tanto o Porto como o Benfica não parecem ter mais gente disponível para a festa.

É evidente que nos *faltam 30 metros*. Que *a passagem para a Argentina esta perdida*. Que os dinamarqueses são umas «feras» e trouxeram *profissionais pagos a peso de ouro*. É lógico que tudo isto pesa e impressiona. Mas, aqui para nós que ninguém nos ouve, ainda vamos pelo espírito e pela vontade e pelo saber e pela habilidade e pelo poder de improviso e pela capacidade física (ministrada em clube) de alguns dos mocetões do grupo escolhido pelo Comité Técnico que labuta na base da Praça da Alegria. Talvez que, finalmente, também se consiga juntar alguém no degrau dos cipriotas: e que as finanças federativas, ainda à espera da bela *massaroca* que ficou a render juros em Itália, ganhem consistência e impulso para, da próxima vez, mandarem os rapazes treinar em Macau, que também é terra portuguesa e, para adaptação aos *pelados* de Limassol, é o melhor que conhecemos.

E (caramba!) urgia entrar-se já amanhã em estágio. Se possível parando o campeonato por mais uns domingos. Porque, lá na Dinamarca, há mais de seis meses que os caríssimos profissionais, ora de visita a Lisboa, não fazem outra coisa que treinar em conjunto, magicando tácticas e esquemas para este confronto que, nem por já *termos perdido o avião para Buenos Aires*, deixa de merecer uma devoção de 90 minutos, ao menos para relembrarmos Alves e umberto, já que Quinito e Damas não foram necessários à panela do cozido à portuguesa a servir em Benfica.

Os «teams» iniciais estão definidos:

. PORTUGAL: Fonseca; Artur, Laranjeira, José Mendes e Taí; Celso, umberto Coelho e Toni; Manuel Fernandes, Vítor Baptista e Nené. Suplentes: Bento, Taí, Alves, Chalana e Oliveira.

DINAMARCA: B. Jensen; . ansen, Munk Jensen, Rontved e Ahlberg; . ansen, Bjoernmose e Flindt Bjerg; Alan Simonsen, olmstrom e J. Krisiensen.

O árbitro (Ahdelkacer, da Argélia) já treinou o apito e tem estado o dia em repouso, concentrado ante a dificuldade que o espera. Os jogadores (ansiosos, impetuosos) sentindo em todas as veias a elevadíssima responsabilidade que mora no «show» de hora e meia, mal refreiam o desejo de largar já para a Luz, não vá o trânsito estar *engarrafado* e eles, depois, não poderem brilhar através da Eurovisão.

Dada a extrema dificuldade que espera os portugueses, cremos que foi proposto um prémio-*premio-mesmo*, para a rapaziada: que dirá a isto o trabalhador das lezírias ou o homem do «monte» alentejano, se dermos aos rapazes umas quinze notas grandes em hora e meia? Dada a inflação, isso é alguma coisa?

. Bem: toca a andar para a Luz, a tempo de arranjar lugar. Ou (pelo contrário) ficar à lareira, desbastando as últimas castanhas e deitando abaixo o restinho da água-pé. No fim de contas, um jogo de bola faz cair um Governo? E, uma Federação? Nem chegam a tremer...

Itália-Inglaterra: o topo de grande jornada europeia

Disputam-se hoje desafios que podem ser decisivos para a definição dos primeiros lugares nos grupos europeus da fase de qualificação para o Campeonato Mundial de Futebol, de 1978.

Dos jogos mais importantes destaca-se o que opõe, em Roma as selecções da Itália e da Inglaterra, a contar para o grupo 2. Noutros encontros, a Escócia defronta o País de Gales, a França recebe a Irlanda, Portugal joga em casa com a Dinamarca e a Turquia desloca-se à República Democrática Alemã.

Tanto a Inglaterra como a Itália não têm feito ultimamente uma carreira brilhante no futebol internacional: os dois países defrontaram-se pela última vez em Junho, no «Torneio Comemorativo do Bicentenário da Independência dos Estados Unidos». Os italianos estavam a vencer ao intervalo (por 2-0) mas, na 2.ª parte, a Inglaterra destroçou completamente a selecção transalpina e conseguiu vencer o encontro (por 3-2).

Desde essa altura, ambas as selecções sofreram transformações e a Inglaterra procurará conseguir pelo menos um empate no Estádio Olímpico de Roma.

O treinador da selecção inglesa (Don Revie) anunciou uma selecção que parece ir jogar num 4-4-2, com grandes preocupações defensivas, como o demonstra a inclusão do defesa central Brian Greenhof (do Manchester United) no meio-campo. A Inglaterra deposita em Stan Bowles (do Queen's Park Rangers) as suas esperanças de ultrapassar a defesa italiana, onde ainda avulta o nome de Facchetti.

O treinador italiano (Enzo Bearzot) que declarou só anunciar a constituição do «onze» transalpino no último minuto, incluirá certamente no ataque dois dos mais eficazes rematadores: Graziana e Bettega.

O árbitro será o israelita Abraham Klein, que poderá vir a ser o elemento mais em foco no rectângulo do Estádio Olímpico, uma vez que a Inglaterra e a Itália já se acusaram mutuamente de estarem a planear um jogo muito duro.

Por seu turno, a França tentará mostrar, a nível de selecção, aquilo que o actual campeão (o St. Etienne) tem demonstrado a nível de clube e procurar assim um lugar na fase final do Campeonato Mundial de Futebol para a qual não se qualifica desde 1966.

O treinador francês (Michel Hidalgo) escolheu uma selecção predominante de ataque, incluindo no meio-campo Raymond Keruzore e, no ataque, Dominique Rocheteau, uma das «estrelas» do St Etienne. A França (porém) encontrará na Irlanda «um osso duro de roer». Com efeito, a Inglaterra, no mês passado, não conseguiu (em Wembley) melhor que empate a um golo, num jogo em que o meio campo da Irlanda se revelou em grande plano, com destaque para o «capitão» Johnny Giles e para Liam Brady.

A selecção da República Democrática Alemã tem sofrido oscilações de forma nos últimos dois anos, mas necessita de uma vitória folgada sobre a Turquia, no jogo que hoje se disputa em Dresden, a fim de melhorar a sua diferença entre golos marcados e sofridos, que pode decidir o apuramento, em caso de empate por pontos.

A selecção da RDA, a única que conseguiu derrotar a da Alemanha Federal no Campeonato do Mundo de 1974, perdeu depois com a Islândia e viu-se assim afastada da luta pelo título. Desde essa derrota, a selecção da RDA ainda não foi batida, tendo registado oito vitórias e quatro empates e conquistando o título de campeã olímpica nos Jogos de Montreal.

A Turquia, embora tenha conseguido excelentes resultados no seu terreno, tem-se mostrado vulnerável nas suas deslocações ao estrangeiro.

A França e a Irlanda tem que se preocupar com a Bulgária, que está no mesmo grupo, enquanto a RDA e a Turquia têm como parceiras, no grupo 3, as selecções da Áustria e de Malta.

Portugal pode não ter dificuldades em derrotar a Dinamarca, apesar de os dinamarqueses comandarem actualmente o grupo 1, mercê das suas vitórias sobre Chipre (por 5-1 e 5-0). Todavia, as possibilidades de Portugal se qualificar para a fase final diminuiram, em consequência da derrota sofrida no Estádio das Antas, frente à Polónia (por 2-0) que parece ter assim assegurado, logo de início da fase de qualificação, um lugar na fase final, a disputar na Argentina.

A Escócia e o País de Gales fazem ouvir os seus protestos, por terem sido incluidos no mesmo grupo 7. O primeiro encontro realiza-se em Hampden Park (Glasgow) onde o «onze» escocês será considerado favorito, apesar de não alinhar com uma pedra fundamental do seu meio-campo: Don Masson, que está lesionado.

A Checoslováquia, que figura no grupo 7, mostrou já ser uma das pretendentes ao apuramento para a fase final, ao ter derrotado a Escócia (por 2-0) no mês passado.

Para além dos jogos de qualificação que hoje se disputam, há a destacar o jogo de carácter particular entre as selecções da Alemanha Federal e da Checoslováquia, respectivamente campeãs do Mundo e da Europa, que se defrontam em Hanover. A Checoslováquia não perde há 23 jogos e derrotou (entre outras) a Polónia, a Inglaterra e a Alemanha Federal, esta no prolongamento da final da «Taca da Europa».

A Alemanha Federal está já qualificada para a Argentina (na sua qualidade de detentora do título mundial) mas o jogo de hoje pode dar excelentes indicações sobre a forma da selecção capitaneada por Beckenbauer.

PORTUGAL

BASQUETEBOL

O Barreirense obteve o título de campeão setubalense de basquetebol masculino. Em turmas femininas, os desfechos dos duelos de ontem forneceram os seguintes «placards»: Série A 1.º ao 4.º lugares Nacional-CIF, 18-69; e DAC-Algés, 40-43. Série B 5.º ao 8.º lugares Sacavenense-Ac. Amadora (adiado) e Lisboa Oriental-Física de Torres, 54-39. Série C Progresso-CIF B, 28-53 e Casa Pia-CDUL, 32-29.

BOXE

Nova sessão do campeonato lisboeta de pugilismo, esta noite (21 e 30), no Pavilhão dos Desportos.

HÓQUEI PATINADO

Por motivo da realização do jogo futebolístico Portugal-Dinamarca, a apresentação de Livramento com as cores sportinguistas ficou adiada para sábado, noite em que os «leões» exibem o seu «cinco» de hóquei face ao Oeiras, em embate de características particulares.

Entretanto, para o «Torneio de Abertura» da 2.ª divisão, efectuaram-se ontem os jogos seguintes: Vilafranq.-F. Benfica, 6-1; Física «A»-Algés, 5-0; Sintra-Queluz, 1-1 e Sesimbra-Física «B», 5-4.

O traço de Pargana

Humberto Coelho: de Paris, para ajudar à salvação

TOTOBOLA

Jogue connosco

Benfica - Guimarães	1
Belenenses - Portimonen.	1
Boavista - Leixões	1
Académico Montijo	1
Estoril - Porto	X
Braga - Atlético	1
Verzim - Sporting	2
U. Lamas - Salgueiros	1
Régua - Espinho	2
F. Portalegre - Feirense	X
União de Leiria - Covilhã	1
Marítimo - Alcochetense	1
Juventude - Farense	X

Geral

Canal da Crítica

Continuação da pág. 15

tos essenciais: primeiro, que os trabalhadores não enjeitarão esforços se o processo democrático evoluir na perspectiva do interesse dos trabalhadores; segundo, que a saída da crise económica não passa necessariamente pelo aumento dos sacrifícios dos trabalhadores, *antes pelo contrário* o empobrecimento dos trabalhadores será um novo factor de crise e não solução dela. As crises económicas só de resolvem na medida em que contemplem os interesses dos trabalhadores. Por essa razão os países socialistas desconhecem as crises económicas; por essa razão os países capitalistas não podem evitá-las...

Isto é o ABC da luta de classes.

DEPRESSA, SENHORES!

Como não podia deixar de ser, veio à baila o Governo P. Só. A sua incapacidade, realmente, é apontada não apenas pelo P. C. P., mas por partidos reaccionários. Não estará o P. C. P. (aventa-se) a participar numa demolição colectiva do Governo do P. S.?

Os dirigentes comunistas demonstraram cabalmente não estar o P. C. P. interessado em derrubar o Governo P. S. para que, em seu lugar, com P. S. ou sem P. S., se estabeleça um Governo da direita. O Partido Comunista considera, face à inoperacionalidade do Governo P. S. na perspectiva das classes trabalhadoras, uma alternativa democrática. O P. P. D. e o C. D. S. encaram a constituição de um Governo de recuperação capitalista, com tudo quanto isso significaria de regresso ao passado. O P. C. P., pelo contrário, deseja a unidade da esquerda, numa ampla frente democrática, com a finalidade de defender as conquistas do nosso povo.

A realidade quotidiana, de facto, comprova que nada é possível fazer no sentido dessa defesa, sem a participação do P. C. P. Interpretar esta realidade numa plataforma conveniente, eis o que resta a fazer.

E depressa, senhores, depressa!...

ESTES SABEM O QUE DIZEM

Três homens, três responsáveis de um grande partido, estiveram mais uma vez a prestar contas ao povo português. Outra coisa não fazem, há dezenas de anos. Outra coisa não querem. As suas vidas estão marcadas pela dureza da clandestinidade e por anos e anos de prisão. É impossível olhá-los sem um misto de respeito e de amor. Mordidos pela víbora fascista, não vendem a banha da cobra: apresentam a realidade, fitam a história bem nos olhos. Era-lhes tão fácil a demagogia, era-lhes tão fácil retirar lucros pessoais da constância da sua luta... Pelo contrário, ninguém lhes ouve uma palavra do muito que deram ao povo português e foi a sua juventude, a família, a liberdade, a vida. Para eles, a luta é o dia de hoje. E para quem considera que mais não fez do que a sua obrigação, a obrigação continua a ser *servir* e não *servir-se*.

Por isso tem mais valor o apelo final à unidade. Por isso aquela convocação para que nos unamos a fim de evitarmos o regresso ao fascismo, com todos os horrores que isso representaria.

Aqueles homens, sim aqueles homens sabem do que falam.

Avales para Sines

O «Diário da República» inseriu na I Série do seu n.º 267 uma resolução, tomada em Conselho de Ministros, concedendo aval aos compromissos assumidos em 27 de Agosto e 13 de Setembro p.p. pelo Gabinete de Sines, referentes a contratos respectivamente de 3,5 milhões de marcos e cerca de 2 milhões de dólares.

Em ARMAÇÃO DE PÊRA o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA PAULA

Governo fixa preços máximos para adubos

Em suplemento ao «Diário da República», I Série, n.º 264, foi publicada uma resolução do Conselho de Ministros que fixa os preços máximos para os adubos.

Os preços correspondem a u acréscimo de 20 por cento em relação aos preços de venda ao consumidor, e do amoníaco e incorporar nos adubos destinados ao mercado interno.

Da mesma resolução consta a concessão, às empresas adubeiras nacionalizadas e à Sapec, de uma compensação que corresponde a 25 por cento do valor das vendas aos preços da tabela agora aprovada, para preços de venda aos consumidores.

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava pouco nublado e o vento era fraco.

TEMPERATURAS EXTREMAS

ANADIA
Maxima 17,5º
FIGUEIRA DO CASTELO RODRIGO
Mínima 02,6º

TEMPERATURAS DO AR
09.00 H.

PORTO	9º
COIMBRA	10/
PORTALEGRE	11º
LISBOA	9º
FARO	11º
FUNCHAL	18º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
		4.39	1,5 m
11.15	3,7 m	17.16	1,3 m
Dia 18			
23.52	3,7 m	5.41	1,2 m
12.16	3,9 m	18.12	1,0 m
Dia 19			
0.47	4,0 m	6.35	1,0 m
13.11	4,1 m	19.02	0,8 m

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu limpo ou pouco nublado; vento fraco de Nordeste; acentuado arrefecimento nocturno com formação de geada em especial nas regiões do interior, do Norte e Centro

AMANHÃ

NASCER AS 7.23
OCASO AS 17.22

DIA 21 — DIA 28 — DIA 6 — DIA 14

BOLSA DE LISBOA

VALORES	EFEC.	COMPRA	VENDA
OBRIGAÇÕES DO ESTADO			
Cons. 2314 %		275$	–
Cons. 3 %	300$	300$	–
Cons. 3 1/2 %	–	350$	–
Centenários	–	800$	–
Tes. 5 %	500$	840$	505$
Tes. 40 %		500$	
Extern. 1.ª s	–	450$	–
Extern. 1.ª c	–	450$	–
Extern. 3.ª s	–		–
Extern. 3.ª c	–	500$	–
Caut. 3.ª s	–	–	–
FUNDOS PÚBLICOS			
A. Ix. 6 %	–	720$	–
C.M.L. 5 3/4 %	660$	770$	–
C.P. 5 1/2 % 67	–	660$	–
C.P. 5 1/2 % 68	–	620$	–
C.P. 5 1/2 % 69	–	620$	–
Corr. 5 3/4 %	–	780$	–
Metr. 5 3/4 %	–	810$	–
Tur. 5 3/4 %	–	860$	–
C.P. 6 3/4 %	–	820$	–
ELÉCTRICAS			
G. 5 % 58	680$	–	–
G. 5 % 59	–	665$	–
G. 5 % 62	–	670$	–
G. 5 % 63	–	–	–
G. 5 % 64	–	–	–
G. 5 % 65	–	–	–
G. 6 % 67	–	–	–
G. 6 % 69	–	730$	–
G. 7 %	850$	720$	870$
H.E.A.A. 5 %	–	850$	–
H.E.C. 5 %	–	610$	–
H.E.C. 6 %	–	620$	–
H.E.D. 5 %	–	590$	770$
H.E.D. 6 %	–	730$	–
H.E.N.P. 5 %	–	700$	–
H.E.S.E. 5 %	–		730$
H.E.S.E. 6 %	–	720$	620$
H.E.Z. 5 % 57	–	–	–
H.E.Zez. 6 %	–	750$	–
N. Elec. 5 %	–	620$	–
N. Elec. 6 %	–	700$	–
Termoel. 5 %	–	590$	–
U.E.P. 5 % 60	–	–	–
U.E.P. 5 % 63	–	780$	–
U.E.P. 6 %	–	700$	730$
U.E.P. 7 %	–	700$	–
DIVERSAS			
A.P.T. 5 % 56	–	700$	–
A.P.T. 5 % 58	–	670$	–
Lisnave 6 %	–	750$	–
Nitratos 60	–	620$	–
Pet. 2.ª e 3.ª	–	850$	–
Sacor 7 %	–	825$	–
Sacor 5 % 54	720$	–	–
Sacor 5 % 60		720$	–
Sid. 5 % 2.ª	–	710$	–
Sid. 5 % 3.ª	–	–	–
Sid. 5 % 4.ª	–	–	–
Socel 5 %	–	–	–
R. Fabril 67	–	–	–
R. Fabril 68	–	–	–
ULTRAMARINAS			
Carbonif. 5 %			500$
Rev. 5 % 57			
Rev. 5 % 59-60			
Moçambique 5 %			
Sonefe 5 %			
FUNDOS DE INVESTIMENTOS			
Atlântico			
F.I.D.E.S.			

Em PORTIMÃO o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na CASA INGLESA

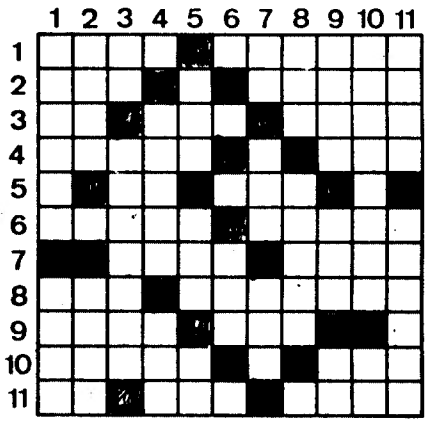
COLISEU
Telef. 361997 Para todos
2.ª OLÍMPIADA DE CIRCO!
120 artistas em pista
2 parelhas de palhaços
Todas as noites às 21.30 h.
Quintas e Sábados matinés às 16 h.
Domingos 2.ª matinées às 14.30 e 17.15h.

Palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO
PROBLEMA N.º 11610

HORIZONTAIS:

1 Chuva. Chinó.
2 Oceano. Conjunção. Madeira.
3 Grande ribeira da Ásia Russa. Reles. Gemer.
4 Limpes com água. Mulher chinesa da classe baixa.
5 Prefixo de negação. Gosta muito de.
6 Manha. Interjeição que designa satisfação ou admiração.
7 Bambú. Remam para trás.
8 Fileira. Precipita.
9 Pronome indefinido. Duna na Suécia.
10 Nasce. Claridade.
11 Zomba. Base aérea portuguesa. Anéis.



VERTICAIS:

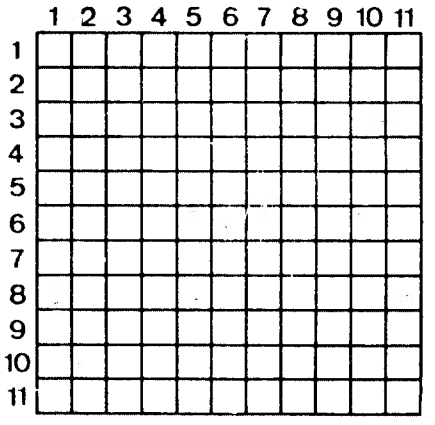
1 Afiar. Bordo (planta).
2 Série (fig.). Turco que, nas cidades da Palestina, desempenhava as funções de guia.
3 Cidade da antiga Caldeia. Marcada (fig.).
4 Chegue. Espaço de doze meses.
5 Aqui está. Rainha de Inglaterra que foi decapitada no Torre de Londres. Átomo.
6 Bolo de farinha de arroz e azeite de coco usado na Ásia.
7 Artigo definido (ant.). Íntimo. Freguesia do concelho de Penafiel.
8 Mãe de Rómulo e Remo. Grandes veados também chamados grã-besta.
9 Ligava. Suspiros. Doutor.
10 Estamparas. Satélite de Júpiter.
11 Ilha do Pequeno Belt. Metes em mala.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE
PROBLEMA N.º 7670

HORIZONTAIS:

1 Nome de vários rios da Alemanha. Freguesia do concelho de Portimão.
2 Levas à sirga. Adeja.
3 Seguias. Ponta aguçada. Preposição.
4 Viração. Grita. Seguia.
5 Visagens.
6 Nome de fruto. Gostar muito de.
7 Maior. Raer. Realiza.
8 Bau. Borbulha.
9 Ecoara. Paixão.
10 Sua Santidade. Abreviatura da palavra inglesa mister (senhor). Aqui. Escândio (s.q.).
11 Cidade da Suíça. Esmonca.



VERTICAIS:

1 Mulheres. Cidade de Itália.
2 Prender. Permeável.
3 Preposição e artigo ( ). Construção que rodeia um terreno.
4 Nota musical. Botequim. Classe de tropa.
5 Aguardar. Sapo do Amazonas.
6 Princípio criado por Ormuzd origem do mundo material, na religião parse. Tempo do verbo ser.
7 Desviar. Fedor.
8 Pélos de certos animais. Medida de líquidos da Holanda Alemanha e Suíça. Grandes.
9 Reles. Cidade da Palestina ao N. de Tiberíade.
10 Rezei. Que tem ramos.
11 Galeria transversal de mina. Mulher que tem os olhos azuis.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11609

HORIZONTAIS:

1 Cafre. Morfa.
2 Amai. A. Caos.
3 Noz. Dam. Ura.
4 Sr. Tolas. Cr.
5 Aarau. Tarai.
6 Urrai.
7 Meda. Zara.
8 Melódia. Oro.
9 Ara. Ser.
10 Rosa. In.
11 És. Ru. UNIÃO.

VERTICAIS:

1 Cansas. Maré.
2 Amora. Meros.
3 FAZ. Ruelas.
4 Ri. Tardo. Ar.
5 Dourada.
6 Aal. A. Ias.
7 Matizar.
8 Oc. Sa. Rn.
9 Raros.
10 FORÇA. Areia
11 Asaria. Orno.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7669

HORIZONTAIS	VERTICAIS
1 Nápoles.	1 Oliva. Nanci.
2 La. Sacas. Te.	2 Atam. Unias.
3 Ita. Ras. Aer.	3 Aroma. Cia.
4 Varar. Casca.	4 As. Ala. Rosa.
5 Amole. Arses.	5 Parreiras.
6 Maiorca.	6 Oca.
7 Nua. Mas.	7 Lascariam.
8 An. Ramal. Ca.	8 És. Arc. Liga.
9 Nicos. Mimar.	9 Assam. Mar.
10 Cais. Gata.	10 Tece. Acata.
11 Isaac. Taras.	11 Meras. Saras.

Provérbio: A UNIÃO FAZ A FORÇA

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO C-1

Até às 22 horas

ALVALADE
Aviz, Avenida de Roma, 56 B/C (Telef. 715370)

AREEIRO
S. Jorge, Largo do Leão, 3 A/B (Telef. 534027)

AVENIDA DA LIBERDADE
Vieira Borges, Rua Alexandre Herculano, 28/30 (Telef 40536)

BAIRRO DA ENCARNAÇÃO
Ascenso, Praça Norte, 11-A (Telef. 311216)

BENFICA
Vitex, Estrada de Benfica, 373-B (Telef. 780548)

BOA HORA
Seixol, Calçada da Boa Hora, 94-A (Telef. 631958)

CAMPO DE OURIQUE
Lobel, Rua de Infantaria 16, 98-B (Telef. 688807)

CAMPO PEQUENO
Campo Pequeno, Avenida Júlio Dinis, 10, lojas 18 e 19 (Telef. 771661)

GRAÇA
Rosa e Viegas, Rua de S. Vicente, 31 (Telef. 864351)

LUMIAR
Central, Rua do Lumiar, 77 (Telef. 790480)

PENA
Silmar, Rua de S. Lázaro, 128 (Telef. 42829)

SANTA CATARINA
Modelar, Largo Dr. António de Sousa Macedo, 7-A (Poço Novo) (Telef. 603896)

XABREGAS
Grijó, Rua do Grilo, 25 (Telef. 385264)

TURNO C-2
Toda a noite

ALVALADE
Alentejo, Avenida da Igreja, 28-B (Telef. 712682)

ANJOS
Confiança, Avenida Almirante Reis, 46-B (Telef. 821653)

AREEIRO
Algarve, Avenida de Roma, 7-B (Telef. 801478); Nova Lisboa, Rua Guilhermina Suggia, 12 (Telef. 727721)

AVENIDAS NOVAS
Cruz Nunes, Praça Duque Saldanha, 14 (Telef. 41845)

BAIXA
Barral, Rua Augusta, 225 (Telef. 361534-5)

BELÉM
Remisio, Rua dos Jerónimos, 14-C (Telef. 631699)

BENFICA
Benfica, Estrada de Benfica, 578-E (Telef. 702532)

CAMPOLIDE
Central, Rua General Taborda, 17 (Telef. 680304)

MADRAGOA
Nunes Simões, Rua Quelhas, 1 (Telef. 661275)

PICHELEIRA
Marluz, Calçada da Pichelei-ra, 140-B/C (Telefs. 720703-728395)

OLIVAIS SUL
Fernandes Borges, Rua Cidade de Benguela, lote 300 (Telef. 311091)

SÃO SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Bairro Azul, Avenida Ressano Garcia, 7-A (Telef. 571451)

SETE RIOS
Laranjeiras, Rua Filipe da Mata, 160-162 (Telef. 761035)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Almeida Nito, Av. C.G.Guerra, 64 (T.2112070)

ALCABICECHE
Carvalho. Até às 21 horas

PAÇO DE ARCOS
Trindade Brás, R.Costa Pinto, 184 (T.2432034)

OEIRAS
Godinho, R.Cândido dos Reis, 98 (T.2430090). Até às 24 e das 0 as 9 horas

NOVA OEIRAS
Leal. Até às 21 horas

CARCAVELOS
Central. Até às 24 e das 0 às 9 horas

S.DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Sabóia, 29-B (T.260085). Até às 21 horas

PAREDE
Brandão, Av. da República, 77-C (T.2471054). Até às 24 horas; Junquiro. Até às 21 e das 0 às 9 horas

MURTAL
Primavera

ESTORIL
Parque, Arcadas do Parque 3 (T.260191). Até às 21 horas

AMOREIRA
Amoreira (T.262313/267314). Até às 22 horas

CASCAIS
Marginal, Av. Marginal (T.280078). Até às 21 horas; Cova, E.de Alvide, Fontainhas (T.281044). Até às 24 e das 0 às 9 horas

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Jardim, Av. Conde de Oeiras, 120, Reboleira (T.938424). Toda a noite; Melo, P.D.João I, 9-B (T.932758).Até às 22 horas; Central, Av. Cardoso Lopes, 25 (T.932210). Até às 22 horas; Igreja, P.da Igreja, 22-A (T.937740). Até às 22 horas

DAMAIA
D.João V, Av. Gurgel do Amaral, 2-A (T.970461) Até às 22 horas

QUELUZ
Correia, L.do Mercado, 3 (T.950906)

CACÉM
Rodrigues Garcia, Av. dos Bons Amigos, lote 5-D

MEM MARTINS
Quimia, E.de Mem artins, 285 (T.2910012)

S.PEDRO DE SINTRA
Valentim (T.980456)

SINTRA
Marrazes, Estefânia (T.2930058)

COLARES
Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L.António dos Santos Jorge, 15 (T.234100)

ALHOS VEDROS
Gusmão, R.Cândido dos Reis, 30 (T.204020)

ALMADA
Magalhães, R.Capitão Leitão, 8-B (T.2750242)

BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, E.Nacional, 178-B (T.2040302)

BARREIRO
Higiene, R.D.Manuel I, 178 (T.2073017)

COVA DA PIEDADE
Morgado, R.Cabo da Boa Esperança, 25-A (T.2767356)

MOITA
União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (T.239025)

MONTIJO
Higiene, R.José Joaquim Marques, 50 (T.2310032)

SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (T.2233471)

SETÚBAL
Soromenho, P.Machado Santos (T.22691); Alice, P.do Quebedo (T.23743)

SEIXAL
Soromenho, R.Paiva Coelho, 38 (T.2218560)

PORTO

Nau Vitória. R.Nau Vitoria, 723 Ordem da Trindade. R.Heróis e Mártires de Angola. Confiança. R.de Santa Catarina, 960 Antas. Av. Fernão de Magalhães, 1076 Antiga Porta do Olival. Campo Mártires da Pátria, 122 Ferreira. P.D.Afonso V, 55-B Lousada. L.do Campo Lindo, 62

TODA A NOITE
Alves da Silva. Av. da Boavista, 1016 Azevedo. R.d Azevedo, 136 Gomes Ferreira. R. aria Guimaraes, 449 Falcão. R.de Santo Ildefonso, 61

COIMBRA

RAINHA SANTA — Rua Figueira da Foz — Tel. 24737.

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

S. LUIS
21.30 (13 anos)
«Tudo no Jardim»

CIRCO MARIANO
Alameda D. Afonso Henriques
21.30 (6 anos)

LAURA ALVES
20.30, 22.45
«Vamos Trocar de Mulheres»

VARIEDADES
20.30, 22.45 (18 anos)
«Isto é que me Dói»

COLISEU
21.30 (10 anos)
«2.ª Olimpíada de Circo»

MARIA VITÓRIA
20.30 e 22.45 (18 anos)
«O Bombo da Festa»

MARIA MATOS
21.30 (18 anos)
«O Director da Ópera»

TEATRO ABERTO
21.15 (13 anos)
«O Círculo de Giz Caucasiano»

TEATRO DO BAIRRO ALTO
21.45 (13 anos)
«Tambores na Noite»

LISBOA/Cinemas

SATÉLITE
21.45 (13 anos)
«Matrimónio»

CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«Loucuras Porno»

RESTELO
21.15 (13 anos)
«Eram os Deuses Astronautas?

CALEIDOSCÓPIO
21.00 (18 anos)
«O Império dos Sentidos»

CAPITOLIO
21.00 (18 anos)
«Wester porno»

EUROPA
21.15 (13 anos)
«Doze Indomáveis Patifes»

JARDIM
21.15 18 anos)
«Tres Tipos Duros»

LUMIAR
21.15 (18 anos)
«Sua Ex.ª Gostava de Saias»

MONUMENTAL
21.15 (18 anos)
«O Último dos Duros»

CINEARTE
21.15 (18 anos)
«Arizona Colt»

ROYAL
21.15 (14 anos)
«O Dragão Ataca»

PARIS
21.15 (18 anos)
«A Mulher Sózinha»

OLÍMPIA
Sessões Permanentes
«O Meu Nome é Ninguém»

VOX
21.15 (18 anos)
«Os Teatros Eróticos de Paris»

PALÁCIO FOZ
21.00 (18 anos)
«O Preço do Silêncio»

ARCO
21.30 (18 anos)
«Mao Tse-tung»

ROCIO
A Partir das 14.30 (18 anos)
«Sinos do Inferno»

IDEAL
21.15 (18 anos)
«Profissão Aventureiros»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Lido
21.15 (13 anos)
«Não Há Azar»

AMADORA
Cinestúdio
21.30 (18 anos)
«Alfie Darling»

LINHA DE CASCAIS

ESTORIL
Casino
17.00 e 21.15
«Madly — a outra Mulher»

ESTORIL
Palácio
21.15 (13 anos)
«M.A.S.H.»

OEIRAS
Oeiras-Cine
21.15 (13 anos)
«Sansão e Dalila»

CASCAIS
Oxford
21.15 (18 anos)
«Os Teatros Eróticos de Paris»

CASCAIS
S.José
21.15 (13 anos)
«Bernardette»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«Liztomania»

LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.15 (18 anos)
«Brincando com o Fogo»

PORTO/Cinemas

TRINDADE
21.16 (18 anos)
«Rollerball»

ÁGUIA DE OURO
21.15 (13 anos)
«Passado Inesquecivel»

SALÃO BEBÉ
21.15 (18 anos)
«Em Nome do Pai»

BATALHA
21.15 (13 anos)
«Não há Azar»

OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«Prostituição Clandestina»

CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«O Criado»

JÚLIO DINIS
17.45 e 21.15 (18 anos)
«O Homem de Hong-Kong»

SÁ DA BANDEIRA
21.30 (18 anos)
«Fantasia Azul»

RIVOLI
21.15 (13 anos)
«OURO»

COLISEU
21.15 (13 anos)
«A 7.ª Alvorada»

ESTUDIO
21.15 (13 anos)
«A Filha de Ryan»

ESTÚDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«E Tudo o Vento Levou»

ESTÚDIO 400
21.30 (18 anos)
«Os Diabos Aliados»

PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«O Amante»

VALE FORMOSO
21.15 (10 anos)
«Spartacus»

cinemas

ALVALADE
T. 897490 14.00, 16.30, 19 e 21.15

Os prados floridos, as montanhas, os vastos horizontes, são o pequeno mundo de

HEIDI

a rapariga dos Alpes

um filme de Werner Jacob

Para todos

APOLO 70
T.763319 14,16.30,19 e 21.15

Não acons. a men. de 13 anos! Vittorio Gassman, Alessandro Momo Agostina Belli

PERFUME DE MULHER

3.ª Semana
Um filme de Dino Risi

Hoje às 24,00 horas
Grupo D (M. 18 anos)
LUA DE PAPEL

AVIS
T.47163 15.15, 18.15 e 21.15

Não acons. men. 13 anos
27.ª semana
BOBBY
A projecção do filme começa 5 minutos após os horários

BERNA
T.776098 14.00, 17.30, 21.00

A mais espectacular obra que o cinema realizou

SPARTACUS

2.ª semana
Um filme de Stanley Kubrick

Grupo B (10 anos)

CAMÕES
T.795093 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

«O filme sensação» Festival de Cannes 1976

O IMPÉRIO DOS SENTIDOS

A obra-prima de Nagisa Oshima
2.ª semana
Interdito a menores de 18 anos

Aviso ao público: Este filme contém cenas eventualmente chocantes

CASINO ESTORIL
T.264996 264996 17.00, 21.15

Não acons. men. 18 anos

MADEY A OUTRA MULHER

CASTIL
T.530194

Às 15.00, 17.00, 19.00, 21.15

Interdito a menores de 18 anos

UM AMOR COMO O NOSSO

Um filme de Andrée Marchand

4.ª Semana

(Este filme pode ser considerado pornográfico)

COLISEU
T.322523 14.00, 16.30, 18.45, 21.15

Não acons. men. 18 anos

É PRECISO VIVER PERIGOSAMENTE

c/ Annie Girardot

ESTOIL
Tel. 320768 14,16.30,19 e 21.15

Robert Taylor, Elizabeth Taylor Joan Fontaine em

IVANHOE

um filme de Richard Thorpe

Para todos

ESTÚDIO
T.779095 14 15, 17, 19 e 21.15

O filme sensação do Festival de Cannes 76

O IMPERIO DOS SENTIDOS

A obra-prima de Nagisa Oshima
Interdito a menores de 18 anos

ESTÚDIO 444
Tel. 779095 15.30, 18.30 e 21.15

Não acons. a men. 18 anos

MEU DEUS AO QUE EU CHEGUEI!

4.ª semana
com Laura Antonelli

IMPÉRIO
Tel. [illegible]134 15.15, 18.30 e 21.15

Não acons. men 13 anos

Michael York/Susannah York Trevor Howars

A HONRA DO REGIMENTO

Um filme de Michael Anderson Colorido

LONDRES
Tel. 801313 14,16.30,19 e 21.30

Não acons. m. 13 anos

A FLAUTA MÁGICA

Atenção: o filme é exibido logo no início da sessão

MUNDIAL
Tel. 538743 Hoje às 21.15

Não acons. men. 13 anos

O ROLLS ROYCE AMARELO

c/ Ingrid Bergman, Rex Harrison, Omar Shariff

NIMAS
Tel. 574313/574313

14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

CHOVE EM SANTIAGO

5.º mês de lotações esgotadas

O Chile de Allende e Pinochet

ODEON
Tel. 326283 Hoje estreia às 21.15

uma maravilha musical indiana

MILÍ

PATHÉ
Tel. 821933 15, 18,21.15 e 24

Uma dimensão exacta de amor, com mistura de pecado e inocência!

AAINA

4.ª Semana

Um filme de K. Balachander
Não acons. a menores de 13 anos

POLITEAMA
Tel. 323805 14.15, 16.30, 19.00,21.30

Interdito men. 18 anos
Em 4.ª semana êxito total
PROSTITUIÇÃO CLANDESTINA
(Cont. cenas eventualmente chocantes)

RESTELO
T.610375 As 21.00

Não acons. men. 13 anos

ERAM OS DEUSES ASTRONAUTAS

ROMA
Tel. 727778 Às 15.30, 18.30, 21.15

CÉSAR ET ROSALIE

com Yves Montand, Romy Schneider
2.ª Semana

ROXY
Tel. 48560 14.15,16.30,18.45 21.15

Robert Taylor, Elizabeth Taylor, Joan Fontaine em

IVANHOE

Um five de Richard Thorpe

Para todos

S. JORGE
Tel. 554153 15.00, 18.15 e 21.15

O êxito continua!

UM VIOLINO NO TELHADO

TIVOLI
Tel. 570595 15.15, 18,30 e 21.15

Das profundezas do oceano surge o mais grandioso de todos os filmes!

20.000 LÉGUAS SUBMARINAS

um filme de Richard Fleischer

3.ª Semana

Não acons. a men. de 13 anos

UNIVERSAL
Tel. 774402 15.00 e 21.00

Int. men. 18 anos

A MÃE E A PUTA

Às 18.30 Int. men. 18 anos

MARIDOS

Só durante uma semana

Sábado e domingo às 00.30 h.

NÚMERO DOIS

BARES - BOITES
RESTAURANTES
TEATROS
DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859-368197. Rosy Striptease

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264596/264621/264945

Em SILVES o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFÉ D. SANCHO I

Em S. MARTINHO DO PORTO o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFÉ ROSA

rádio

1.º Programa

16.00: Música variada; **17.00**: Música popular; **17.30**: Orquestras; **18.00**: Música portuguesa; **19.00**: Cultura e actualidade, por Luís Pereira de Sousa; **19.30**: Música variada; **20.00**: Jornal da noite; **20.30**: Melodias; **21.00**: Contraponto — editorial; **00.00**: Último jornal; **00.15**: Jazz; **00.30**: Música portuguesa; **01.00**: Música na noite.

2.º Programa

16.15: O violoncelista Pierre Fournier; **16.45**: O Quarteto «Borodine»; **17.00**: Quinzena espanhola; **17.30**: Pequenas obras de grandes compositores; **18.00**: Poema sinfónico «A Tragédia de Salomé», de Florent Schmitt; **18.30**: Artistas célebres; **19.00**: Música do século XX; **20.00**: A Orquestra de Câmara do Sudoeste da Alemanha; **21.00**: Solos de piano; **21.30**: A Orquestra Filarmónica de Berlim; **23.00**: «Fantasia para um Gentil Homem», obra para viola dedilhada e orquestra, de Joaquim Rodrigo; **23.45**: Intercâmbio musical; **01.00**: Fecho.

3.º Programa
Nacional e Regional (294 m)

16.00: Variante (continuação); **16.15**: Casos ao acaso; **17.10**: Prevenção e saúde; **17.30**: Teatro em variante; **18.00**: Contacto; **19.30**: Debate em directo; **19.35**: A lei em que vivemos, pelo dr. Ruy Moura Guedes (repetição); **20.30**: Mistério e fantasia, por Matos Maia; **21.00**: Música, só música; **21.30**: Futebol — Campeoato do Mundo — relato do jogo Portugal-Dinamarca; **23.30**: Nocturno; **24.00**: Nocturno (continuação); **00.30**: Imprevisto; **02.00**: Fecho.

3.º Programa
Local (187,5 m)

18.00: Entardecer; **19.30**: Romance de uma cidade (repetição); **21.00**: Fecho.

19.00: Em órbita; **20.00**: Programa da noite; **22.00**: Auditório; **24.00**: Prisma; **02.00**: Fecho.

RÁDIO RENASCENÇA

16.05: Sequência da tarde; **18.08**: Apelos; **18.15**: Igreja em notícia — palavra do dia; **18.30**: Transmissão do terço; **19.00**: Programa da Liga dos Amigos de Rádio Renascença; **20.00**: Objectivo; **20.53**: Apelos; **21.05**: Gente grande; **21.30**: O som da noite; **22.00**: Quando o telefone toca; **22.30**: Temas vivos; **23.05**: Trifónico; **23.50**: Textos e pretextos; **00.00**: Meditando; **02.00**: Encerramento da estação.

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S A R L
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 323271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

Futuro da Universidade discute-se em Coimbra

. Começa amanhã em Coimbra, a partir das 10 horas, na Faculdade de Ciências e Tecnologia, o III Encontro Nacional de Conselhos Directivos e Associações de Estudantes do Ensino Superior.

É o decreto-lei de gestão do ensino superior que irá ser discutido. Melhor: a posição que comprometa toda a Universidade em relações às formas de luta que venham a ser adoptadas.

Para já recorde-se — neste momento duas propostas são avançadas: uma que defende que os Conselhos Directivos se não demitam e não apliquem o decreto (seja: que os cadernos eleitorais não sejam elaborados, que o Conselho Científico não seja convocado pelo que não pode funcionar); outra que sustenta que os Conselhos Directivos se devem demitir colectivamente.

Tomadas de posição de faculdades, individualmente, têm criado de alguma forma problemas que tem retardado o encontro de uma solução conjunta que todas as Universidades acatem e a que fiquem ligadas.

Factores novos, no entanto, se estão a desenvolver dentro das estruturas universitárias, que poderão vir, a curto prazo mesmo, alterar os dadosdo problema: referimo-nos concretamente ao caso de doentes que já em algumas faculdades, começam a recusar-se fazer parte do Conselho Científico. Se esta tendência que agora surge entre os doentes se generalizar, a existencia legal de um Conselho Científico com os poderes (muito grandes) que o decreto-lei lhe confere, poderá passar por uma inexistência na prática.

A segunda proposta (demissão colectiva dos Conselhos Directivos) nas suas consequências previsivéis apresenta-se: O M.E.I.C. poderá nomear um gestor ou uma Comissão com competências de Instaladora para o que seria necessário acelerar a definição e nomeação das escolas superiores afectadas pela «degradação pedagógica». Se na prática, em princípio, é a paralisação da Universidade, não poderá deixar de ser sublinhado o perigo de o movimento estudantil não ter ainda suficiente força e capacidade de mobilização para responder em conjunto a uma medida deste teor tomada pelo MEIC

Com efeito, reconheça-se, faculdades há, onde a direita, uma concepção conservadora de estrutura universitária permanecem em peso.

Outras opiniões são avançadas em relação ao decreto. Se as duas referidas propostas vêem o decreto como um todo e como um todo é recusado, uma proposta há, veiculada pelo Executivo do Encontro Nacional e divulgada à Imprensa pelo Conselho Directivo da Faculdade de Engenharia do Porto, que aponta para correcções do decreto.

Assim, defendem que «todos os órgãos da escola sejam eleitos e respondam, em última instância, perante a Assembleia Geral de Escola.

Mais: «que a Assembleia de Representantes seja eleita a partir dos cursos ou anos e tenha poderes delegados pela Assembleia Geral de Escola; que a eleição do Conselho Directivo seja por voto secreto, directo e universal». Sustentam ainda que não devem existir «Conselhos Disciplinares,

Economia e Socialismo
Revista Mensal de Economia Política
Director MÁRIO MURTEIRA / NOVEMBRO 1976 / 27$50
A desvalorização do escudo
Forças e correntes da economia internacional
Controle operário em Portugal e na Argélia
notícias da tra...
Distribuição exclusiva: LIVRARIA BERTRAND

Rede bombista

Continuação da pág. 1

aos civis e restantes ramos das Forças Armadas envolvidas está «em vistas» às partes interessadas.

Relembramos que conforme noticiámos na passada segunda-feira, o juiz-instrutor ordenou o arquivamento dos autos com base na argumentação de que, tendo-se verificado uma série de actos que violavam os preceitos do Programa das Forças do M. F. A., era perfeitamente legítima e constituiria mesmo um dever a rebelião dos militares, que chegou a provocar um morto.

J. S. PROPÕE COMISSÃO DE INQUÉRITO AO BOMBISMO NA A. R.

No comunicado enviado esta manhã à nossa Redacção, o Secretariado da Grande Lisboa da Juventude Socialista denúncia, a propósito da bomba que explodiu em casa de Lopes Cardoso, os ataques das forças da direita às conquistas dos trabalhadores, sublinhando que «é a CAP, o C. D. S. e o P. S. D. / P. P. D. que procuram liquidar as bases da Reforma Agrária, procuram impedir o prosseguimento das expropriações, procuram votar à miséria milhares de operários agrícolas, de camponeses e de pequenos agricultores».

A J. S. frisa ainda ser «inaceitável a existência legal de organizações que fazem da calúnia, da ameaça e do terror, o seu programa de acção» e exige «a dissolução imediata da CAP», afirmando ainda ser inevitável que «pides e bombistas continuem a ser libertos (como aconteceu com Mota Freitas e com Joaquim Torres) para conspirarem contra as liberdades e a democracia».

A J. S. propõe também a constituição de uma Comissão de Inquérito à actividade bombista, eleita pela Assembleia da República e à constituição de uma nova Comissão de Extinção da P. I. D. E. / D. G. S. formada por elementos civis, reconhecidos antifascistas sob o controlo da Assembleia da República.

Entretanto tomaram também posição de repúdio e exigência de castigos de bombistas e fascistas, outras organizações como o M. D. P. e secções do P. S. É de destacar a posição da Federação do Porto do P. S., apelando para «a vigilância dos militantes, simpatizantes e aderentes e do povo em geral, para que todos os bombistas sejam desmascarados e punidos, para que a liberdade do povo português não esteja à mercê de forças marginais portadoras de um projecto fascista, violento e cruel, forças que urge desmantelar, para segurança e tranquilidade de todo o povo português».

Suárez em Lisboa no dia 24

. O primeiro-ministro espanhol Adolfo Suárez virá a Portugal na próxima semana para conversações com o Primeiro-Ministro Português, Mário Soares — anunciava ontem, simultâneamente com a de Lisboa a Imprensa de Madrid.

Suárez, que virá acompanhado do ministro dos Assuntos Exteriores, Marcelino Oreja, estará em Lisboa apenas um dia. Segundo os jornais espanhóis, este dia é quarta-feira, 24.

Nota de rodapé

LAPSUS LINGUAE

Mário Soares assistiu à inauguração da exposição de numismática do gravador Vasco Nuno e do escultor espanhol Carlos Parés, que teve lugar na livraria Bertrand.

As colecções assentam em originais de Carlos Parés e nela figuram efígies de Mário Soares, António de Spínola, Costa Gomes, Vasco Gonçalves, Álvaro Cunhal Sá Carneiro e Otelo Saraiva de Carvalho, além de outras figuras políticas.

Ao contemplar as efígies, e segundo a ANOP, Mário Soares terá exclamado: «Está a família toda».

Moral da história: até um primeiro-ministro pode ter um «lapso de língua» e um engano familiar.

C.R. está reunido no Restelo

"Caso Canto e Castro" concentra expectativa

. O caso do major Canto e Castro, a quem o Presidente da República mandou instaurar um inquérito em consequência de notícias vindas a público sobre um encontro que teria havido entre este oficial e o dirigente do FNLA Holden Roberto, domina as atenções do Conselho da Revolução, que se encontra reunido no edifício do Restelo, desde o princípio da tarde.

Embora se trate da reunião habitual e não de uma reunião especialmente convocada, há grande expectativa em saber o que o Conselho da Revolução irá fazer relativamente a esta questão. Recorde-se que nas suas declarações de ontem o porta-coz do CR, a este propósito, declarou apenas que não confirmava nem desmentia as notícias vindas nos jornais, o que revela o delicado da situação.

Em alguns círculos bem informados refere-se que o major Canto e Castro, independentemente de se ter ou não encontrado com Holden Roberto, não é a figura principal do complicado «puzlle» que começa agora a mostrar a sua forma, podendo mesmo ter sido um instrumento utilizado por forças poderosas e organizadas.

SALGUEIRO MAIA CONTINUA «APRESENTADO»

O capitão Salgueiro Maia, que solicitou transferência da Escola Prática de Cavalaria de Santarém para Lisboa, continuava esta manhã na situação de «apresentado na direcção da Arma de Cavalaria, aguardando colocação» informa a ANOP, citando fontes oficiais.

Entretanto, o Estado-Maior do Exército deverá emitir esta tarde um comunicado sobre o assunto.

Novo Governo para Angola

Neto escolherá Gabinete

A constituição do novo Governo angolano, de que farão parte, além do primeiro-ministro, três vice-primeiros-ministros, deverá ser oficialmente anunciada no decorrer da próxima semana — lê-se num «telex» da ANOP.

A alteração da estrutura e da composição do Governo foi decidida na última reunião do Comité Central do M. P. L. A, efectuada em Luanda há menos de um mês.

Pronunciando-se a favor de uma «concentração de poderes», o Comité Central decidiu igualmente que o presidente Agostinho Neto passasse a desempenhar as funções de chefe do Governo, o que, para já, lhe confere competência para escolher o novo Gabinete.

Fontes bem colocadas na capital angolana admitem com certa insistência que dois dos três lugares de vice-primeiros-ministros virão a ser confiados a Carlos Rocha («Dilowla») e a Nito Alves, actuais ministros do Planeamento e Coordenação Económica e da Administração Interna.

Na estrutura do novo Governo já não figurarão os Ministérios da Informação e da Administração Interna, cuja extinção também foi decidida pelo C. C. do M. P. L. A. A Informação do país passa para a dependência de órgãos do M. P. L. A., enquanto que as funções do primeiro-ministro serão alargadas ao âmbito da Administração Interna.

O primeiro-ministro do novo Governo, que terá poderes mais limitados do que actualmente, uma vez que não chefiará o Governo, deverá continuar a ser Lopo do Nascimento.

Em alguns ministérios do novo Governo, serão igualmente criados lugares de vice-ministros, alguns dos quais poderão ser escolhidos entre os actuais secretários de Estado.

Desmente-se, por fim, notícias segundo as quais Nito Alves teria sido afastado do Comité Central. Apenas o congresso, que se deverá reunir no segundo semestre de 1977, tem poderes para proceder a alterações na composição do actual Comité Central.

Rodésia: já não se fala do "Plano Kissinger"

. O presidente da conferência de Genebra, Ivor Richard, insistiu esta manhã que começassem as conversações sobre um governo provisório para o território, apesar da rejeição total da sua fórmula para marcação de uma data para a independência por dois destacados dirigentes nacionalistas.

Robert Mugabe e Joshua Nkomo, unidos numa aliança, declararam efectivamente ontem que era inútil a conferência passar à discussão de outros assuntos sem que houvesse uma data fixa para a independência.

Ivor Richard tenciona esta tarde encontrar-se com um outro dirigente nacionalista, o bispo Abel Muzorewa, com quem discutirá a estrutura de um governo multirracial que guiará a Rodésia para um governo de maioria negra.

André Malraux hospitalizado

. PARIS, 17 — (ANOP) — André Malraux, escritor, filósofo e político francês, foi ontem hospitalizado em Paris, a fim de ser submetido a tratamento por congestão pulmonar. Malraux, de 75 anos, foi há três meses submetido a uma intervenção cirúrgica, da qual parecia ter recuperado bem.

O escritor encontrava-se na sua casa nos subúrbios de Paris e seguia, há algumas semanas, uma medicamentação à base de antibióticos para debelar uma infecção ligeira nas vias respiratórias.

Palácio ardeu em seis horas

. Calcula-se em cerca de 70 mil contos os prejuízos provocados pelo violento incêncio que ontem, pouco antes das 17 horas, deflagrou no Palácio de Samora Correia, onde estavam instaladas a Comissão Administrativa da Companhia das Lezírias do Tejo e Sado, e três famílias que ficaram sem lar.

Mais de uma centena de bombeiros das corporações de Benavente, Salvaterra de Magos, Vila Franca de Xira, Arruda dos Vinhos, Alenquer, Coruche, Alcochete e Montijo combateram durante cerca de seis horas as chamas, antes de, já ao princípio da madrugada, os bombeiros de Benavente encetaram a «operação-rescaldo».

Nessa altura, o edifício, fundado por D. Miguel, nacionalizado após o o «25 de Abril» e hoje ocupado pelos escritórios da Companhia das Lezírias, era um montão de paredes calcinadas, um esqueleto negro e ainda fumegante, apesar dos esforços díspendidos pelos «soldados da paz».

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA
NO MES ANTERIOR: 40 930 EXS

madeira
viagens especiais em avião fretado
desde
2 680.
30 Nov a 4 Dez
4 Dez a 8 Dez
feriados de Dez.
Europeia
• a experiência ao serviço do turismo •